

# proposta 32

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR



## NORTE-SUL

**A Cooperação Internacional  
e as Iniciativas Populares**

FASE ☐ FASE ☐ FASE ☐ FASE ☐ FASE



# SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO . . . . .	1
2. VOLUNTARIADO E EDUCAÇÃO POPULAR	
O Movimento Laico para a América Latina – (MLAL) . . . . .	2
Memorial dos 20 anos do MLAL na América Latina . . . . .	7
3. CONJUNTURA E EDUCAÇÃO POPULAR NA AMÉRICA LATINA	
Elementos para uma Análise da Situação na América Latina . . . . .	10
Elementos para uma Análise sobre Educação Popular . . . . .	14
4. EXPERIÊNCIAS LATINO-AMERICANAS	
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE – Rio de Janeiro . . . . .	17
Serviço de Educação Popular – SEDUP – Paraíba . . . . .	21
Taller de Capacitação da Mulher – Nicarágua . . . . .	24
Equipe Sócio-Sanitária Chuquibambilla – Perú . . . . .	29
Centro de Investigación e Promoção do Campesinato – CiPCA – Bolívia . . . . .	32
Confederação Nacional Indígena do Equador – CONFENIAE – Equador . . . . .	35
Fundo Equatoriano Populorum Progressio – FEPP – Equador . . . . .	37
Programa Interdisciplinar de Investigación e Educação – PIIE – Chile . . . . .	38
5. EXPERIÊNCIAS ITALIANAS	
A Experiência das 150 horas na Itália . . . . .	40
Experiência de Formação de Base no Sindicato Italiano – Confederação Italiana dos Sindicatos de Trabalhadores – CISL . . . . .	44
O Movimento Primeiro Trabalho da Associação Católica dos Trabalhadores Italianos – ACLI . . . . .	48
A experiência dos Consultórios Familiares – Milão . . . . .	50
Comunidade Popular de Caivano – Nápolis . . . . .	53
Grupo Camponês de Veneto . . . . .	55
Trabalhar pela Paz no Sul da Itália; Experiências de Coordenação Sul da Pax Christi . . . . .	58
6. SÚMULA DAS EXPERIÊNCIAS APRESENTADAS NO CONGRESSO . . . . .	60
7. MOVIMENTOS POPULARES E MOVIMENTOS ALTERNATIVOS: PRÁTICA DO VOLUNTARIADO E SIGNIFICADO DA EDUCAÇÃO POPULAR . . . . .	63

PROPOSTA Nº 32/Novembro de 1986



**PROPOSTA:** Experiências em Educação Popular é uma publicação trimestral da FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

Conselho Editorial: Jorge E. Saavedra Durão  
Jean-Pierre Leroy  
Carlos Minayo Gomez  
Haroldo Baptista de Abreu  
Maria Emília L. Pacheco

Coordenador Editorial: Alfons Klausmeyer  
Editor de Arte: Gerardo Hanna  
Arte: Marcelo Riani Marques

Redação: Ademir Figueiredo

Revisão: Henrique de Souza Júnior  
Datilografia: Cecy R. de Abreu e Elita V. de Paula

Este número da Revista PROPOSTA foi organizado por Ademir Figueiredo e Luciano Columbara, voluntário do MLAL.

Redação: Rua das Palmeiras, 90 - Botafogo  
22270 – Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: 286-6797



# APRESENTAÇÃO

A realização do Congresso do Movimento Laico para a América Latina (MLAL), no mês de agosto, em Salvador, como comemoração e avaliação de sua atuação neste continente, pareceu-nos bastante oportuna para a socialização, divulgação e para o estreitamento de laços entre os movimentos populares da América Latina. Oportuna também neste mesmo sentido, foi a presença, no Congresso, de várias experiências italianas, que, além do trabalho de educação popular na Itália, desenvolvem uma prática de apoio, solidariedade e de denúncia nos países europeus, da violência política, social, cultural e econômica a que estão submetidos os povos latino-americanos.

Não se trata, portanto, de uma tiragem meramente comemorativa do aniversário do MLAL. A intenção é o registro, a sistematização e a reflexão sobre as práticas populares, segundo casos significativos em alguns países. O que nos permite dizer que o pano de fundo desta proposta é a gritante heterogeneidade das condições de exploração e opressão a que estão submetidos os povos latino-americanos, a despeito da heterogeneidade da formação cultural, política e econômica das nações, bem como das questões conjunturais enfrentadas por elas.

Busca-se, também, fornecer uma base comparativa com os movimentos italianos, sobretudo no que diz respeito às práticas convencionalmente denominadas como ligadas "ao mundo do trabalho". Aqui, salta aos olhos a problemática do desemprego, apontando para a ineficiência da via liberal como solução do problema.

A apresentação deste número está dividida em cinco partes: o MLAL, Educação Popular e Conjuntura Latino-Americana, Experiências Latino-Americanas, Experiências Italianas, Movimentos Populares e Movimentos Alternativos.

Na primeira parte, apresenta-se a organização e o papel desempenhado pelo MLAL na América Latina e na Itália. Deve-se ressaltar, entretanto, que outros órgãos de apoio ao desenvolvimento também atuam junto a movimentos populares neste continente.<sup>1</sup> E que na concepção original desta Proposta, seriam abordados comparativamente. Não obstante, problemas de tempo editorial e de número de páginas da revista determinaram uma dívida nossa nesse sentido.

Na segunda parte, um texto enfrenta a problemática conjuntural na América Latina, como que um leito no qual correm os movimentos populares, e outro texto busca o significado da educação popular nesse contexto.

A terceira e a quarta partes são destinadas ao relato sintético das Experiências Latino-Americanas e Italianas, respectivamente. Um número certamente limitado frente ao conjunto de Experiências que participou do Congresso. Vários problemas técnicos contribuíram para a limitação do número de Experiências, bem como das sínteses apresentadas. Tal lacuna, entretanto, pode ser sanada bastando recorrer ao MLAL<sup>2</sup> para se conseguir os textos, no caso dos que desejarem uma leitura mais detalhada. Para tal finalidade, apresenta-se uma súmula das Experiências participantes do Congresso.

Por último, procura-se compreender o papel desempenhado pelos voluntários na América Latina, sobretudo no que diz respeito ao cruzamento dos movimentos populares com os alternativos, e a implicação disto sobre o próprio significado da educação popular.

<sup>1</sup> Tais como o SACTES e CROCEVIA, dentre alguns.

<sup>2</sup> Para isto basta escrever ao Projeto MLAL no IBASE — Rua Vicente de Sousa nº 29, Botafogo, Rio de Janeiro — RJ.



# O Movimento Laico para a América Latina - (MLAL)



O MLAL é uma organização não-governamental para a cooperação internacional. Sua fundação se dá em 1966 visando promover e apoiar o trabalho dos voluntários italianos na América Latina, e favorecer na Itália a solidariedade com os povos deste continente.

No âmbito das relações institucionais, o MLAL constitui o setor leigo do Centro Eclesial Italiano para a América Latina (CEIAL). Desde 1982 é reconhecido pelo Ministério das Relações Exteriores como idôneo conforme a legislação sobre a cooperação ao desenvolvimento. É membro da Federação de Organismos Cristãos de Serviço Internacional Voluntário, colabora regularmente com a Associação de Estudos sobre a América Latina (ASAL), bem como com inúmeros organismos governamentais e não-governamentais da Itália, e de outros países que estejam voltados para a solidariedade internacional.

Dentre os principais objetivos do MLAL, destacam-se:

- A co-participação em projetos de desenvolvimento propostos por grupos e movimentos populares, por entidades latino-americanas, propiciando uma contribuição de caráter profissional.
- O estímulo à opinião pública e à Igreja Italiana para um maior empenho em relação à América Latina, no tocante à problemática da dependência internacional, do subdesenvolvimento, da paz e de uma nova ordem econômica e política.
- A pressão sobre os órgãos de decisão italianos, em particular sobre os legislativos, para uma cooperação mais justa ao desenvolvimento do "Terceiro Mundo".



## A Estrutura Organizacional

O órgão de base do MLAL é a assembléia dos aderentes e dos voluntários. Cabe a esta definir a linha de ação do órgão e a eleição da Junta Diretiva. Esta última elege a presidência.

O trabalho da Junta Diretiva é apoiado em várias comissões formadas segundo os setores de trabalho dos voluntários (educação, saúde, sindicato, etc.) e segundo o tipo de atuação desenvolvido na Itália.

Para seu funcionamento o MLAL é organizado em escritórios setoriais, cada qual com competência específica. O **Setor de Programas** responsabiliza-se por todas as etapas de desenvolvimento dos projetos e também amplos contatos com as contrapartes latino-americanas, fazendo-se presente nos países através de um coordenador. O **Setor de Seleção** e o de **Formação** ocupam-se, respectivamente, dos contatos com os candidatos e sua orientação aos projetos de cooperação, de todo processo formativo dos voluntários. O **Setor de Promoção** responsabiliza-se pelas iniciativas na sociedade e na igreja italianas, destacando-se as atividades de imprensa e audiovisual, de sensibilização da população, e do Centro de Estudos e Documentação sobre a América Latina e sobre o voluntariado. Por último, o **Setor de Gestão**, do qual fazem parte a secretaria técnica, a administração e a assistência voluntariada.

As atividades do MLAL são desenvolvidas através de financiamentos objetivos junto a diversos canais:

- contribuições dos aderentes e dos grupos de solidariedade;
- contribuições do Departamento para a Cooperação ao Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores da Itália;
- contribuições da Cáritas e de outras Agências italianas e do exterior;
- co-financiamentos a projetos por parte da Comissão das Comunidades Europeias.

## O Corpo de Voluntários e os Aderentes ao MLAL

Os membros constitutivos do MLAL formam duas categorias básicas: os voluntários e os aderentes.

A categoria dos aderentes é constituída por pessoas que na Itália ou no exterior empenham-se em colaborar com o movimento de modo coerente com as suas finalidades e princípios.

A categoria dos voluntários divide-se em dois tipos: os voluntários que trabalham na América Latina e os voluntários reentrantes. Estes são os voluntários que, ao terminarem seus trabalhos na América Latina, retornam à Itália, permanecendo automaticamente como membros do movimento por um período de dois anos, quando então decidem por sua continuidade ou não no MLAL. Quanto aos voluntários que trabalham na América Latina, são diversos os tipos de inserções no movimento, a saber:

- o voluntário que formalmente se insere no programa do MLAL, independentemente da opção ser feita através da lei que estabelece o "voluntário civil";
- voluntários inseridos em programas de outras Agências Não-Governamentais de voluntariado;
- pessoas que desenvolvem atividades equivalentes às do voluntariado internacional italiano, seja sob a forma individual, ou em Organizações que não são de voluntariado. Nestes casos, considera-se particularmente os ex-voluntários que residem na América Latina, as(os) esposas(os) de voluntários(as) e de aderentes;
- elementos da estrutura do MLAL destacados temporariamente para este objetivo.

CEDECO



Ao se apresentar os tipos de inserção de voluntários do MLAL, fez-se referência à lei que estabelece o "Voluntário Civil". Esta Lei (nº 38 — 9/2/79) permitiu ao homem, em idade de prestar o serviço militar, substituí-lo pelo serviço civil sob a forma de trabalho voluntário. Parte dos voluntários do MLAL originam-se desta opção.

A designação dos voluntários para trabalharem na América Latina segue a orientação básica de atender às solicitações de entidades, órgãos governamentais e movimentos populares destes países. A solicitação torna-se uma condição necessária de acordo com o princípio de se respeitar os desígnios e a soberania dos povos, evitando-se uma postura "colonialista".

A presença de voluntários do MLAL na América Latina ultrapassa a quatrocentos, dos quais 129\* encontram-se atualmente em projetos na Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Nicarágua, Paraguai, Peru e Venezuela.

O quadro que se apresenta a seguir é ilustrativo do número de programas e de voluntários nos diversos países da América Latina:

\*Dados de outubro de 1985.



## PROGRAMAS E VOLUNTÁRIOS MLAL

Programas (Quantidade)	Países	Voluntários 03/10/1985
1	Argentina	2
3	Bolívia	8
14	Brasil	41
1	Chile	4
1	Colômbia	1
9	Equador	25
1	México	1
7	Nicarágua	21
1	Paraguai	4
8	Peru	18
2	Venezuela	4
48	Total	129

Fonte: *Lettera Agli Amici Del Movimento* N.º 133 – Aprile 1986.

### Áreas e Setores de Intervenção

A escolha de áreas e setores de intervenção na realidade social Latino-Americana depende de solicitações de agentes sociais dos países, segundo as prioridades de seus movimentos populares. De acordo com este princípio, ao longo do tempo, tem-se consolidado algumas especializações dos setores de trabalhos, a saber:

#### Educação Popular e Organização de Base

Este setor de atividades colabora com a educação de base, de modo a favorecer a organização coletiva e a participação política popular nos processos sociais, tanto nos bairros populares como nas comunidades rurais, voltando-se com particular atenção aos grupos juvenis, aos grupos de mulheres e às comunidades indígenas.

## Agricultura e Desenvolvimento Rural

As atividades visam à promoção rural através do desenvolvimento agrícola e zootécnico, e da organização da classe camponesa na defesa dos seus direitos à terra e ao trabalho. O objetivo central é a melhoria das estruturas organizativas da produção e da comercialização, além da valorização de tecnologias alternativas, nos setores das culturas tradicionais e das criações de gado, para o autoconsumo ou pelo mercado.

### A Saúde

A orientação central dos trabalhos de saúde visa à educação sanitária com fins preventivos, valendo-se do desenvolvimento de centros de saúde distribuídos no território. Grande empenho é dispensado na formação de quadros de agentes de saúde, e no acompanhamento do pessoal sócio-sanitário local.

### Formação Profissional

Desenvolve atividades de formação técnico-profissional nos diversos setores de intervenção dos programas, com especial atenção às periferias urbanas das grandes cidades. Objetiva apoiar os movimentos de base e cooperativas no sentido de formar e recuperar as capacidades produtivas locais, evitando-se o desemprego e a marginalização social.

### Centros de Estudo e Documentação

Este setor de intervenção recolhe e elabora dados da realidade social e econômica dos países, formulando estudos para subsidiar tanto as iniciativas do movimento como das organizações de base.

Para permitir uma visão global da atividade do MLAL, segundo as áreas e os setores de intervenção nos países da América Latina, apresentamos os quadros a seguir:

### SETOR DE INTERVENÇÃO

Países	Sanit.	Agro./Al. Coop.	Sócio- Educat.*	Centros Estudos	Outros**	Total
Argentina		1	1			2
Bolívia	4	2	2			8
Brasil	5	2	32	2		41
Chile	2	1	1			4
Colômbia			1			1
Equador	7	2	12	3	1	25
México			1			1
Nicarágua	10	1	5	3	2	21
Paraguai		2	2			4
Peru	5	1	9	3		18
Venezuela		3	1			4
TOTAL	33	15	67	11	3	129

\*Promoção social – Formação e organização de serviço.

\*\*Atividade técnica específica.



## ÁREA DE INTERVENÇÃO

Países	Urbana	Rural	Indígena	Total
Argentina		2		2
Bolívia	6	2		8
Brasil	11	30		41
Chile	1	3		4
Colômbia	1			1
Equador	7	12	6	25
México		1		1
Nicarágua	8	13		21
Paraguai		4		4
Peru	7	9		18
Venezuela		4	2	4
TOTAL	41	80	8	129

## A Atividade na Itália

A atividade do MLAL na Itália é considerada tão importante quanto a desenvolvida na América Latina. Em contato com organizações de base, movimentos e associações, grupos de apoio ao voluntariado, o MLAL colabora e fornece suportes — documentação, subsídios, contatos com latino-americanos, organizações de convênios, etc. — a todo tipo de iniciativas voltadas para a conscientização sobre as problemáticas do Terceiro Mundo, para a cooperação internacional e para o voluntariado. É considerado prioritário também o apoio às iniciativas de solidariedade entre grupos italianos e organizações de base latino-americanas.

Estas atividades orientam-se principalmente para um plano educativo sobre o desenvolvimento,

realizadas com grupos de jovens, adolescentes e crianças. As relações mais estáveis para estes tipos de atividades são as escolas, sindicatos, grupos de jovens, associações de voluntários, paróquias, etc.

O MLAL também desenvolve uma ampla atividade de informação e contra-informação no território italiano, seja diretamente, seja com a colaboração de organizações e entidades locais.

Na sua atividade editorial, publicam-se quatro periódicos. Um destinado à ligação interna do movimento, a *Lettera Agli Amici*, uma resenha informativa sobre a realidade do voluntariado internacional, e duas resenhas de imprensa, uma sobre a realidade América Latina e outra sobre a italiana, endereçadas respectivamente a um público de agentes da solidariedade internacional e aos voluntários em ação na América Latina.

Em colaboração com a Editora ASAL, editam-se livros, dossiês, estudos, audiovisuais, dirigidos a diferentes públicos. Em colaboração com o CEIAL, o movimento dirige o Centro de Documentação Oscar Romero — Itália, no qual é armazenado e ordenado com avançados sistemas eletrônicos abundante material originário da América Latina. No acervo deste centro estão fichados artigos de mais de 300 publicações periódicas, e arquivados mais de 5.000 livros, além de uma grande quantidade de opúsculos, fascículos e documentos originais latino-americanos.

Neste conjunto de atividades, e em particular no trabalho de sensibilização, encontra-se a continuidade do trabalho dos voluntários que voltaram ao serviço na América Latina.





## Centro Crocevia

O Centro CROCEVIA é uma entidade italiana não-governamental, que desde 1958 vem trabalhando no setor de cooperação com países da África e da América Latina.

Seu objetivo é contribuir para o fortalecimento entre os povos que estão empenhados na defesa da própria independência, na perspectiva de um modelo de desenvolvimento autodeterminado, e pela melhoria das condições econômicas, políticas e sociais destes países.

O CIC trabalha com projetos de desenvolvimento rural, de capacitação técnica e de comunicação, estabelecendo convênios de cooperação com entidades não-governamentais de outros países. Estes projetos são elaborados e realizados conjuntamente. Quando se faz necessário para o desenvolvimento do projeto, é enviado pessoal técnico italiano para integrar a equipe local por um período de 2 anos renovável por mais 2 anos.

CROCEVIA está presente na África e na América Latina: Costa Rica, Nicarágua, Peru, Equador, Bolívia.

No Brasil, CROCEVIA iniciou suas atividades em julho de 1986 com um projeto de comunicação em colaboração com o Centro de Treinamento Audiovisual (CETA) do IBASE.

Na Itália, CIC se dedica à sensibilização e educação no que diz respeito aos problemas de desenvolvimento, com cuidado especial aos mecanismos econômicos, políticos e sociais que determinam as relações atuais entre países industrializados e países em via de desenvolvimento.

Além disso, CROCEVIA dispõe de um centro de produção audiovisual e de uma mediateca que acolhe e distribui vídeos produzidos em diferentes países.

Para contatos e informações:

Manoela Andreozzi e Marcello Leotta  
IBASE – Tel.: 226-5412

## SACTES

**SACTES** – Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (Deutscher Entwicklungsdienst – DED) – Órgão de cooperação internacional da República Federal Alemã.

Foi fundado em 1963, dirigido por um conselho de representantes dos partidos políticos alemães, das Igrejas e da Universidade, e é mantido por orçamento federal.

Atua na África, Ásia e América Latina: Nicarágua, Peru, Bolívia, República Dominicana e Brasil.

Mantém escritório em Belo Horizonte e Recife. Atualmente são 44 voluntários que trabalham nas áreas de desenvolvimento comunitário, saúde, agricultura, educação de excepcionais e formação profissional, junto à órgãos públicos (Estaduais, Municipais, Universidades) ou com entidades particulares (eclesiásticas ou privadas).

Os voluntários passam por um processo de seleção bastante sério, participam de um curso de 3 meses na Alemanha e têm mais 2 meses de adaptação/estágio no Brasil.

Tempo de permanência: 2 anos, prorrogável até 5 anos ao todo.

Os seus princípios: "Em relação à cooperação com países em desenvolvimento, a ajuda deveria concentrar-se ainda mais nas camadas sociais mais carentes. A mobilização e a participação ativa da população, no processo de desenvolvimento, assim como a orientação de suas necessidades básicas, deveriam ser os critérios decisivos para a seleção e execução dos projetos."

Escritórios:

SACTES  
Av. Conde da Boa Vista, 50, sala 401  
50060 – RECIFE – PE  
Tel.: (081) 221-0075

SACTES  
R. Aimorés, 1297, sala 403  
30 000 – BELO HORIZONTE – MG  
Tel.: (031) 226-5139



---

# Memorial dos 20 anos do MLAL na América Latina

---

Exposição de abertura do encontro  
*"A contribuição das experiências de educação popular para a mudança das instituições e da sociedade civil"*

Salvador-Bahia (Brasil), 4 de agosto de 1986

Antes de mais nada, um grande abraço para todos, de onde quer que vocês tenham vindo, qualquer que seja o motivo que fez com que decidissem participar destes dias de trabalho comum, qualquer que seja a experiência que vocês trazem e de que são testemunhas, quaisquer que sejam as idéias que inspiram e sustentam seu caminho entre as pessoas e com as pessoas que vocês vivem.

Segundo, em ordem mas não em importância, obrigado a todos. Obrigado a vocês que estão aqui e que, na maior parte dos casos, se submeteram a uma viagem fatigante. Obrigado a vocês que estão aqui para contribuir para o trabalho que faremos juntos, mesmo sabendo que cada um dará sua contribuição de uma maneira diferente. Obrigado àqueles que, aqui, estão se empenhando na organização do encontro em seus diversos aspectos logísticos e técnicos e que nos permitirão trabalhar nas melhores condições possíveis. Obrigado também a quem não está aqui mas nos ajudou, de modos e formas diferentes, a preparar o encontro e a realizá-lo.

Finalmente, uma boa notícia: serei breve. O título dado a esta minha exposição de abertura talvez tenha feito imaginar algo comemorativo e, necessariamente, de uma certa extensão. Mas não é o caso. Serei breve. Minha intenção, aqui e agora, não é nem percorrer os 20 anos de estrada do MLAL, nem entrar no assunto do tema do encontro.

O material preparatório me parece mais do que suficiente para indicar em que perspectiva, com que objetivos se move o MLAL no âmbito da educação popular e como pretende atuar.

Aqui, na abertura do nosso trabalho, me limitarei a algumas reflexões que, a meu ver, podem soldar pontos de referência que aparecem constantes na vida do MLAL com o tema da educação popular, que está no centro do interesse e do trabalho destes dias.

Antes de mais nada, uma constatação: num sentido amplo, a educação popular, assim como vem configurando-se nos materiais preparatórios do encontro, apresenta-se como um processo. Um processo dinâmico, envolvente, com participação. Enfim, é um caminho em direção a algo além e diferente em que se coloca a plenitude do homem que está se criando no e para o caminho.

Se isso for de algum modo educação popular, então eu direi que a história de 20 anos de atividade do MLAL é uma história de educação popular. Isso porque a história do MLAL é a história de um processo, de um caminho. É a história de uma tentativa de procurar e criar um homem novo, participante, envolvido e envolvente. É a história de uma busca além e em outros lugares nas pistas da solidariedade para criar o novo homem solidário.

Parece-me poder dizer com razão que este é, de uma maneira bastante resumida, o sentido global dos 20 anos de história do MLAL. E este sentido global dos 20 anos de história do MLAL. E este



global é o mesmo sentido daquilo que chamamos de educação popular.

Porém, devo precisar imediatamente uma coisa importante. A história do MLAL não é, nem pretende ser, a história da educação popular, mesmo se entendida nesses termos genéricos, nem é a maneira de fazer a educação popular. As afirmações que fiz a esse respeito não têm e não querem ter nenhum sabor de orgulho, de bandeira.

Portanto, digamos, de uma maneira relativa, conforme convém a quem é criticamente consciente da própria realidade e dos próprios limites, que o MLAL seja uma pequena corrente localizada no interior de um grande rio que corre. Uma pequena realidade, com suas qualidades e seus defeitos, que porém existe e se move junto a outras realidades semelhantes visando a um objetivo comum: a busca e a criação do novo homem solidário. Busca e construção consideradas possíveis, realistas, se efetuadas através daquele caminho, aquele processo dinâmico que chamamos de educação popular.

Neste caminho, nesta busca além e em outros lugares do MLAL, parece-me poder identificar três pontos de referência, três indicadores que se configuram como constantes.

O primeiro desses indicadores é constituído pela centralidade e pela primazia do indivíduo.

Essa afirmação, de acordo com os ângulos em que é vista, pode parecer banal, óbvia, demagógica ou outras coisas mais.

Na verdade, dizer que no MLAL e para o MLAL o indivíduo é o elemento central e principal do processo significa indicar, ao mesmo tempo, um ponto de partida e de chegada que está além e em outro lugar.

Significa indicar um ponto de partida que, além do mais, indica explicitamente uma opção de campo que tem origens precisas e desenvolvimento histórico distinguível naquele personalismo comunitário anunciado como linha do MLAL desde suas origens e denunciado, fora do mesmo, também como linha "subversiva".

Trata-se daquela linha de pensamento segundo a qual a noção de pessoal é a de homem e que, de uma concepção de ser humano bidimensional, conduz à concepção tridimensional desse ser. De fato, à corporalidade e à inteligência e vontade, que são características da noção aristotélica do homem, vem se juntar e fundir a característica de participante da vida divina, própria do indivíduo.

Agora, no MLAL e para o MLAL, esse ponto de partida e de chegada é uma constante do seu caminho e envolve tanto o voluntário quanto o quadro local que o recebe: ambos são pessoas. Estão eles e somente eles no centro do processo dinâmico que foi encaminhado. São eles e somente eles sempre em qualquer circunstância prioritários.

Essa afirmação é um princípio e já se tornou realidade. Ao mesmo tempo, porém, ainda é uma realidade para ser construída. Enfim, depois de 20 anos de experiência e de atividade não se pode dizer de maneira nenhuma que se tenha chegado ao fim da viagem. O caminho que leva os homens — atra-

vés do processo da educação popular — a se tornarem progressivamente pessoas deve continuar, e a meta não parece próxima.

Trata-se de um caminho cheio de riscos e de armadilhas. Um dos riscos, talvez o maior, desse caminho — embora não só do nosso — é o de trocar ou confundir os meios com os fins.

É esse risco que se corre, por exemplo, se forem confundidas as teses da nossa última assembléia que dizem respeito à centralidade do programa na vida do Movimento. O programa, sem dúvida, é central. Mas ele ocupa a centralidade dos meios que o Movimento utiliza para alcançar seus fins. É o programa, de fato, que resulta no meio a ser privilegiado para servir, ajudar, apoiar, racionalizar, tornar eficaz a intervenção do voluntariado e para que este auxilie as pessoas — do voluntariado e dos quadros locais — a se tornarem pessoas cada vez mais plenamente. Se a ordem de prioridade fosse inversa, ou seja, se o programa se tornasse prioritário com relação às pessoas, o próprio programa trairia aquilo que, ao contrário, deveria ajudar a fazer. Na prática, acabaria fazendo das pessoas o objeto ao invés do sujeito do processo. Transformaria as pessoas em não-pessoas, na negação de si mesmas.

Dessa centralidade e prioridade da pessoa deriva, quase logicamente, o segundo ponto de referência que eu gostaria de relembrar. É a segunda das condições da existência e do caminho do MLAL: o pluralismo.

É o pluralismo das idéias, das motivações, das teorias, dos meios, das próprias pessoas. Não há, porém, pluralismo de objetivos e de pontos de referência prioritários.

É a própria noção de pessoa que implica e reclama o pluralismo. Uma realidade é coessencial à outra e vice-versa. Cada pessoa, de fato, é em si mesma uma realidade corpórea-espiritual-divina única e irrepetível. Portanto, é distinta das outras pessoas.

A opção pelo pluralismo, sendo este coessencial à pessoa, não implica de modo algum — ao contrário do que certas pessoas gostariam — nem falta de identidade nem incoerência com a inspiração cristã, que é um aspecto fundamental do Movimento. Pelo contrário, acontece exatamente o oposto. Ser pluralista é manifestar com os comportamentos — muito mais do que com as declarações de princípios — uma qualidade positiva coessencial à pessoa. Isso quer dizer que se exprime um aspecto qualificado e qualificante da pessoa. Quanto à inspiração cristã, direi, para ser breve — embora para algumas pessoas isso possa parecer um paradoxo ou, o que é pior, uma espécie de blasfêmia —, que, de acordo com o caminho cristão que nos esforçamos a percorrer, a fé em Cristo solicita um pluralismo legítimo. Portanto, somos pluralistas porque somos pessoas, porque somos cristãos, e não vice-versa.

Também quanto a isso, porém, é preciso relativizar e não enfatizar demais, confundindo declarações de princípio e vontade de ser com a realidade, com o que somos realmente.



Digamos, então, realisticamente, que o pluralismo, no e para o MLAL, coloca-se como ponto de partida necessário, mas ao mesmo tempo como ponto de chegada de um processo, de um caminho para percorrer. Aquele processo e aquele caminho constituídos pela educação popular que implicam um educar educando-se, razão pela qual entre aquele que educa e aquele que é educado cria-se um relacionamento circular de interatividade.

O novo homem, o homem solidário, que é a meta do processo, se identifica e se caracteriza como pluralista, como homem que nos seus relacionamentos utiliza constantemente o método do diálogo. Faz isso em sintonia e como consequência lógica da sua condição de ser pessoa. Pessoa, de fato, significa "estar em relação com", estar em relação quase instintivamente dialógica com o outro e com os outros.

Finalmente, um terceiro ponto de referência que se mostra constante no caminho do MLAL: o fato de ser um movimento popular. Um Movimento, portanto, que não se apresenta nem como uma elite nas relações com elites diversas ou para elites diferentes, nem como elite com relação a realidades populares.

O MLAL quis e quer configurar-se como expressão de uma realidade popular que se relaciona com realidades populares diferentes a fim de verificar e pôr em ato a possibilidade de interagir, de caminhar juntos em direção a algo além e diferente.

É essa a noção de solidariedade que é praticada. Uma solidariedade que nem cai do céu nem vem de fora. Uma solidariedade que é reciprocidade, participação direta, movimento circular que envolve e requer participação.

O MLAL, portanto, é originariamente uma realidade popular, e como tal pretende continuar. Além do mais, isso significa que o Movimento identifica como um perigo até a hipótese de transformar-se em agência de voluntariado, perigo este que ameaça a própria origem, a própria história, a própria iden-

tidade do Movimento. E isso não seria por falta de capacidade organizadora ou administrativa ou por falta dos recursos humanos necessários. Trata-se de uma opção. Uma opção que é imposta de algum modo ao Movimento pela sua natureza popular.

O caráter do Movimento, portanto, está ligado e inter-relacionado, inclusive nominalmente, com o caráter da educação popular.

Porém, também vale a esse respeito a observação já feita para os outros indicadores mencionados, ou seja, o caráter popular coloca-se como realidade originária e originadora do Movimento. Ao mesmo tempo, porém, é uma realidade que se coloca como meta a ser alcançada. Se assim não fosse, seria simplesmente um movimento populista que pratica uma educação também populista. Pelo contrário, o objetivo é a criação de um novo homem solidário, pluralista, que pertence a um povo. Esse povo, porém, feito de homens novos, de pessoas solidárias e pluralistas, não pode ser ambíguo, massificante; não pode ser populista. O povo de um movimento popular como o MLAL é um povo que deve ser construído, criado, realizado através de um processo de educação autenticamente popular, ou seja, capaz de acompanhar e ancorar o processo através do qual o homem se transforma em pessoa com as outras pessoas.

Agora, apesar de todos os esclarecimentos e aprofundamentos que observações desse tipo tornam necessários, deixem-me ser fiel ao compromisso de ser breve. Acho que será o trabalho destes dias, mais do que qualquer esclarecimento e aprofundamento que eu possa fazer, a oferecer uma contribuição positiva que faça avançar o caminho do Movimento e, com ele e para ele, o caminho da educação popular.

*Amedeo Piva*  
Presidente do MLAL  
(Tradução de Raffaella de Filippis)





# Elementos para uma Análise da Situação na América Latina

*José Antônio Viera Gallo*  
(Assessor do MLAL)



As reflexões a seguir, fruto de discussão coletiva,<sup>1</sup> buscam incitar uma tomada de consciência dos principais problemas que contornam o variado quadro de nosso continente. Elas têm como ponto de partida uma afirmação ética e se inscrevem no interior de um projeto de democratização global da sociedade. Este projeto é o critério através do qual se organiza o conhecimento e a experiência, possibilitando descobrir quais são as tendências contraditórias que atravessam a sociedade latino-americanas, e possibilitando ver para onde e como, enquanto movimento, podemos nos situar frente a estas tendências.

Não é objetivo deste artigo delinear de forma mais profunda as características do projeto democrático. Basta dizer que se trata de uma perspectiva que se opõe a toda forma de discriminação, domi-

nação e marginalização, e que vê o povo não apenas como titular da soberania, mas como seu sujeito ativo nos diversos níveis da vida local, regional, nacional e internacional. Trata-se de uma concepção da história que afirma os elementos de liberação e participação. A constituição do homem a partir destes elementos, através de um processo que não se detém em nenhuma forma definitiva e consagrada. Essa utopia democrática, com seu respectivo fundamento ético, deve ser não só a meta buscada e a motivação da ação concreta, e sim deve ser o critério que orienta a ação na sociedade.

### **A Democratização É Vivenciada Historicamente**

A partir desta perspectiva se formula alguns elementos que facilitam a análise da situação da região e de cada país em particular.

<sup>1</sup> O texto foi elaborado a partir de uma reunião preparatória para o Congresso do MLAL.



Não se trata de fazer um diagnóstico do continente, trata-se de uma série de temas que devem ser levados em conta ao se abordar os problemas, mais que dar respostas formula-se interrogações. Para facilitar a análise destes temas, eles foram agrupados da seguinte forma:

- a) Realidade econômica
- b) Sistema político
- c) Movimentos sociais
- d) Dinâmica cultural

#### *A – Realidade Econômica*

Sobre este tema a primeira interrogação refere-se ao processo de **transnacionalização** da economia latino-americana que se acelerou durante as décadas passadas quando na maior parte na região predominavam as ditaduras militares. Esse processo não se deteve com o retorno da democracia. A atual crise internacional do capitalismo afeta gravemente a economia regional – por exemplo, em todos os aspectos relacionados à dívida externa e os termos de troca – porém sem deter a transnacionalização. Ao contrário, parece que esta entrou em uma nova fase cujo perfil começa a se delinear.

Essa nova fase caracteriza-se pelo seguinte:

- a) cria pólos de crescimento dinâmico desiguais no interior de cada país e no conjunto da região que aumentam os desequilíbrios estruturais e agudizam as tensões geopolíticas;
- b) a revolução tecnológica que sacudiu as economias desenvolvidas começa a chegar na América Latina provocando novas e fortes tensões.

Nesta nova fase observa-se uma maior incorporação, ainda que desigual, da América Latina ao sistema econômico mundial. A internacionalização é um fator endógeno à sociedade e não unicamente uma dimensão externa do problema. Agudiza a tensão entre a racionalidade produtivista de certos setores dinâmicos e as formas tradicionais de organização econômica e social.

Sem dúvida, a expansão da racionalidade econômica capitalista não é capaz de envolver a sociedade civil no seu conjunto, pois ao produzir a marginalidade econômica e social condena vastos setores da população (e em alguns casos a nação como um todo) a uma luta pela subsistência. Esta situação torna-se mais grave sob os efeitos da crise internacional sobre a região. Nos últimos anos constata-se uma queda nos índices econômicos e uma recuperação que é demasiado leve para fazer frente ao crescimento vegetativo da população. Se a isto se soma o esforço produtivo que deve ser destinado ao pagamento da dívida externa, fica claro o obscuro panorama do futuro devido às restrições das margens de poupança e inversão.

Um dos desafios fundamentais é, pois, como enfrentar esta nova fase transnacional e os problemas concretos que a acompanham. Não há dúvida

de que o caminho adequado é a solidariedade entre os povos da região. Porém, esta é uma solução difícil, pois, como já foi dito, produziu-se uma dispersão de interesses na América Latina que corresponde aos diversos níveis e formas de relação com a economia mundial. Não obstante, é preciso buscar pontos de convergência para enfrentar a agenda Norte-Sul. Se as posições autárquicas parecem impraticáveis, ressurgem a consciência nacional latino-americana como critério para uma situação tão delicada.

#### *B – Sistemas Políticos*

Relembra-se o fim de uma nova fase de ditadura militar na maioria dos países. No caso nicaraguense, o fim do somozismo abriu caminho para uma experiência revolucionária inédita caracterizada pelo pluralismo político, pela economia mista e pelo não-alinhamento. Nos demais países se restabeleceram regimes democráticos que, em parte, valeram-se da experiência vivida no regime autoritário. Sem dúvida, ainda que pese a revalorização das instituições e dos mecanismos da democracia política, chama-se atenção para a necessidade de impulsionar processos mais profundos de democratização de toda a sociedade, da economia e da cultura, em processos marcados pela participação organizada do povo na gestão e controle dos assuntos públicos nos diversos níveis e nas distintas regiões. Para tal, é preciso avançar as mudanças estruturais de fundo e avançar uma reforma dos aparatos estatais que desconcentre e descentralize o poder. Recordar-se a contradição existente entre o discurso liberal-democrático, por um lado, e as formas assumidas pela transnacionalização da sociedade, por outro lado.

Não obstante, ao mesmo tempo, há consciência dos fatores de instabilidade política que surgem da crise que vive a região e dos perigos de uma involução autoritária. O que determina a necessidade de avançar na democratização consolidando as conquistas alcançadas. Em muitos casos, não é fácil articular as demandas populares por mudanças com as exigências de governo do sistema democrático. Esse aspecto torna-se um dos maiores desafios políticos à democratização. Trata-se de favorecer a emergência do povo – hoje marginalizado – como protagonista das transformações, não para debilitar a democratização e sim para fortalecê-la, desenvolvê-la e estendê-la, o que pressupõe resgatá-la dos limites do liberalismo.

O processo de transnacionalização não depende do autoritarismo militar como no passado, porém sim de mecanismos de marginalização que limitem o funcionamento da democracia. Este aspecto, acrescido das duras lições vividas durante o período ditatorial, produziu nos atores políticos uma maior consciência com respeito à necessidade de reforçar a sociedade civil frente ao Estado, de modo a superar o fosso existente entre ambos. Deve-se notar que a sociedade civil transcende as fronteiras do sistema político e tem seu dinamismo próprio de



transformação. Disto resultou que os atores políticos tendem a desdobrar uma ação política que não se limita a buscar o manejo do poder central, senão que busque fomentar a organização social. Deve-se partir da visão de que a democracia está mais presente na sociedade do que no Estado, como pressuposto para o fortalecimento político e para a abertura de caminhos ao futuro. E, ao trabalhar nessa direção, as forças e os partidos políticos tornam-se intérpretes das exigências populares. A nível dos movimentos populares, a exigência é de se avançar cada vez mais destruindo os mecanismos de exclusão e de privilégios. Entretanto, as classes populares não são homogêneas, e o conjunto de grupos e setores sociais que devem impulsionar a democratização apresenta cisões e interesses diversos, que devem ir se harmonizando ao longo do processo. Por isto, torna-se muito importante estar atento a essa diversidade social, política e cultural, de modo a estudá-la e analisá-la em sua concretude, para projetar uma ação coerente com as grandes maiorias nacionais. Onde está o povo organizado ou organizando-se? O que une? Por que luta e se movimenta?

Nisto parece encontrar-se a chave da política. Partindo da experiência, resulta indispensável criar instituições democráticas novas capazes de responder a esses desafios populares e nacionais, e projetá-los a nível regional em formas também novas de integração e ordenação regional.

### *C – Movimentos Sociais*

Os movimentos sociais remetem nossa atenção ao que ocorre na sociedade civil. Quem se movimenta? Com que dinamismo e perspectiva? Apoiando-se em que valores? Surgem novos e variados movimentos sociais que respondem às questões colocadas pela modernização inorgânica e pelas injustiças seculares do sistema tradicional, reivindicando com novas forças a dignidade, liberdade e participação. Configuram-se, assim, novos cenários e sujeitos sociais que caracterizarão a evolução dos próximos anos. Dentre estes, cabe mencionar os movimentos sindicais, dos camponeses em luta pela terra, os movimentos de bairros, de mulheres e de estudantes, do indígena, etc.

Um dos perigos da crise atual é o de que se produza uma exacerbação das reivindicações setoriais. Se as bandeiras de lutas são apropriadas por cada setor do movimento de forma corporativa, corre-se o risco de uma particularização que leve à dispersão, à falta de uma consciência de classe e nacional, a uma ruptura dos mecanismos de comunicação, riscos estes que podem degenerar-se em formas degradadas de violência, que não fariam senão refletir e recolocar a violência estrutural do sistema. Em tal eventualidade, que já se observa em algumas situações extremas, a política cede o caminho à violência grupal e organizada, e em alguns grupos se produz um retorno aos interesses mais primários e imediatos, o que pode favorecer o ressurgimento, in-

clusive em setores populares, de novas formas de autoritarismo político.

Sem dúvida, nos movimentos sociais existentes germina-se o futuro, e estes podem se converter no motor da democratização. Isto depende muito do quadro social e cultural em que se desenvolvem e da acolhida que encontrem nas forças políticas e culturais. O maior dano que se poderia infringir à democracia seriam estas forças políticas permanecerem surdas e indiferentes, todavia temerosas, frente aos movimentos populares, ou que pretendessem instrumentalizá-los para fins eleitorais e de poder. Ao contrário, os partidos e as organizações sociais e políticas em geral devem expressar a nível geral esses movimentos dinamizando as mudanças necessárias para desenvolver e estender a democracia.

Um erro que dificulta a comunicação consiste, por vezes, em atribuir ao povo as convicções e crenças próprias dos setores das camadas médias da população que trabalham junto aos setores populares. Esta projeção pode provocar grandes equívocos e ações inclusive contraproducentes. A isto tradicionalmente se chamou de vanguardismo ou como "seguidismo das massas". Para evitar tal postura é preciso que ocorra um processo de renovação das forças políticas e culturais.

### *D – Dinâmica Cultural*

A renovação indicada acima deve partir de uma revisão cultural. Não existe nenhuma política que não parta de uma afirmação ética frente à sociedade. A renovação consiste em redescobrir essa premissa valorativa e articulá-la com os conhecimentos gerais extraídos da experiência. Isso supõe repensar as ideologias, que muitas vezes escondem a realidade e substituem a lógica da história pela lógica ilusória da consciência.

A esse respeito indicam-se alguns pontos relevantes.

Em primeiro lugar, a necessidade de superar a cultura do medo criada na época das ditaduras militares e que permanece na memória coletiva, mesmo depois da reconquista da democracia. O medo inibe a criatividade, a fantasia e a racionalidade. Nasce da ruptura da comunicação e do isolamento e solidão em que indivíduos e grupos são levados pela repressão direta e indireta. Nutre-se da fragmentação da sociedade. A democratização supõe a superação desta dispersão, o estar junto e caminhar numa mesma direção, a recuperação da unidade nacional. Uma vez conseguida esta primeira meta, é necessário seguir adiante. A história não se detém. Pensar que se alcançou o melhor possível e querer permanecer nisto é uma atitude cega, porque, quando não se avança, abrem-se espaços aos que corroem as bases da estabilidade. Existem formas ilusórias de escapar do medo: o consumismo, os espetáculos massivos, os meios de comunicação de massas (quantas pessoas não se refugiam na televisão buscando segurança e significado para sua vi-



da). O caminho e o objetivo é outro: olhar o presente e o futuro sem medo, conscientes do passado e dos perigos, porém seguros de poder avançar diariamente sobre novas metas.

Outro tema cultural é a importância enorme dos meios de comunicação de massas, um verdadeiro poder novo no sistema político. Seu impacto é enorme. Daí a necessidade de trabalhar sobre esses meios, de influir sobre seu funcionamento e de organizar as pessoas para que exercitem uma postura crítica frente às mensagens que recebem diariamente. Existe uma homologação social e cultural seguindo os arquétipos da pequena burguesia, especialmente seguindo o estilo de vida norte-americano. Fato que provoca profundas distorções.

A Igreja, enquanto agente cultural, tem grande responsabilidade no campo social, cultural e político. Ela confere significado à vida e estabelece critérios éticos para orientá-los. Esse papel é reconhecido em um continente como a América do Norte, inclusive pelos não-crentes. Por isso, sua ação junto aos movimentos populares tem provocado simultaneamente tanto entusiasmo quanto polêmica. Não é um fator secundário ou irrelevante. Dela depende, em parte, a mudança do consenso ético da sociedade e sua aproximação a formas autoritárias ou a formas cada vez mais avançadas de democratização.

Existe, ademais, uma ruptura geracional como consequência da política repressiva dos regimes mi-

litares. Existe toda uma geração que foi eliminada da vida política pela repressão ou pelo exílio, bem como jovens que atualmente iniciam uma atuação política, e que foram formados na etapa da censura e que carecem de conhecimento suficiente do ocorrido com o País, bem como não existem fáceis ligações entre estes e as gerações anteriores. Este é um problema que deve ser enfrentado com urgência.

Também é importante valorizar as formas culturais de auto-afirmação e resistência desenvolvidas pelos grupos marginalizados. Trata-se de uma forma de subsistência. Em alguns países de população indígena este ponto é de vital importância. Transforma-se em um dos maiores problemas culturais e políticos, pois em todos os países o povo em sua organização vai afirmando valores próprios e novos que precisam ser impulsionados. Os movimentos populares também estão imbuídos da cultura dominante, o que torna ingênua e absurda uma posição acrítica a esse respeito. Há que se fazer amadurecer a consciência na medida em que se enriquece a experiência de organização e luta.

Todos esses elementos em conjunto — economia, política, ação social e cultura — devem ser tomados em conta, ao se analisar a situação do continente, de cada sub-região e de cada país. Não se trata de realizar um diagnóstico acabado, senão formular sugestões e interrogações que permitam orientar a educação popular na perspectiva da liberação.





# Elementos para uma Análise sobre Educação Popular

Luiz Alberto de Souza\*

## A Idéia de Educação Popular

Entendemos\*\* a educação popular como um processo que nasce da prática e uma reflexão teórica para voltar logo a essa prática na forma de elementos que a orientem; um processo vivo em que o povo se educa a si próprio com a colaboração (sempre que necessária) de pessoas e/ou de organismos que se identificam com suas aspirações e que se inserem em e para a ação organizada. Acrescente-se, além disso, que não se reduz a um simples método de trabalho, o que facilitaria a cooptação de seus elementos meramente formais pelo sistema dominante e sua rede de intervenção social. Ela exige um projeto político pedagógico das classes populares.

## Implicações e Problemas dessa Perspectiva de Educação Popular

Antes de mais nada esse marco vai muito além das fronteiras da educação escolar, ainda que a inclua. Abrange uma vasta gama de intervenções sociais, políticas, culturais e religiosas, de presença das classes populares na dinâmica e transformação da sociedade como um todo.

## A Relação Prática-Teoria

Por prática não se entendem experiências isoladas, ações de indivíduos improvisadas, porém intervenções coletivas (de grupos, movimentos, comunidades, etc.) que partem da realidade tal qual é, para questioná-la e transformá-la.

A reflexão não é uma análise abstrata e meramente conceitual da realidade e de seus atores, nem tampouco uma visão impressionista e improvisada. Exige rigor, o emprego de instrumentos de análise das ciências humanas, porém permanentemente revisados pela realidade concreta, para evitar análises rígidas e dogmáticas. Muitos dos instrumentos de análise se desenvolveram fora da América Latina e aqui foram importados mecanicamente.

Em todo este processo, a relação prática-teoria-prática é um exercício permanente que exige superar o medo ingênuo da reflexão.

## A Necessidade de Precisar a Categoria Povo

Povo e popular devem ser expressões muito vagas e gerais, abrangendo praticamente todos ou quase todos os segmentos da população.

A experiência dos populismos latino-americanos mostrou a tendência de diluir os setores menos favorecidos num amplo pacto que incluía inclusive setores de dominação interna (em algumas análises até uma questionável burguesia nacional aí está in-

\*Pesquisador no Centro João XXIII, Rio de Janeiro; Assessor do MLAL.

\*\*O texto foi elaborado a partir de uma reunião preparatória para o Congresso do MLAL.



serida). A categoria classe obriga a delimitar melhor os atores sociais nas relações concretas. Mas também ela, tirada dos manuais, pode simplificar a complexidade dos setores e frações de classe. A dicotomia burguesia-proletariado não exprime a complexidade do tecido social. Fala de classes populares, trata de unir um certo rigor metodológico com a variedade de atores urbanos e rurais, na multiplicidade dos explorados e dominados, onde devem incluir-se não só relações econômicas, mas também étnico-culturais, de sexo, etc.

Mas não basta o fato estático de exploração. Estas classes populares devem ser capazes de chegar a ter uma **consciência** e uma **prática** frente à dominação e então podem ser sujeitos ativos de um processo de educação popular. Delimitar as diferentes classes populares com essa capacidade num país ou numa região de um país é uma necessidade teórica necessária e não há modelos predeterminados.

## A Colaboração dos Agentes Externos

A consciência das classes populares é uma consciência contraditória, onde convivem elementos introjetados das classes dominantes (seus valores, sua ideologia), juntamente com elementos de bom senso, de resistência e de luta. Uma das tarefas da educação popular é distinguir todos esses fatores e aí o agente externo (pessoas ou instituição) pode ter uma presença indispensável, desde que não se substitua ao movimento popular, nem jogue sobre ele elementos provenientes de outras classes, normalmente as ambíguas classes médias. O agente externo tem de saber ajudar a extrair virtualidades latentes já existentes nas classes populares, seus elementos positivos e criadores. Estará então colaborando numa tarefa pedagógica indispensável.

É o caso do animador de comunidade, do dirigente político, do agente de pastoral, dos organismos de animação e educação populares etc. Esses elementos podem ser nacionais ou estrangeiros; o importante não é tanto a nacionalidade, mas a capacidade de entender, ouvir, integrar-se e dialogar, guardando a consciência de que nunca a identificação será total e de que sempre haverá uma certa distância em relação ao movimento popular. Isso é indispensável para manter um sentido crítico de suas próprias limitações, sem fantasiar-se de "base", tantas vezes caricatural. O movimento popular aceita a necessita de agentes externos desde que críticos, capazes de servir e reconhecer seus limites.

## O Marco da Educação Popular

Como se indicou no começo, ela se inscreve num projeto político-pedagógico. Projeto que não está feito, desenhado a priori, mas é tarefa do movimento popular na relação prática. É uma alternativa histórica ao sistema social vigente que se tem de ir construindo. Certos elementos de médio e longo prazo, a nível estrutural, têm de ir sendo identificados e definidos firmemente, ao mesmo tempo que,

frente às mudanças de conjuntura sócio-política, é necessária uma análise constante e uma permanente revisão. Uma certa firmeza estratégica — não dogmática — deve conviver com uma flexibilidade tática. Estas diferentes dimensões teriam de permear a educação popular, ela própria criativa nos diversos níveis da realidade (atividades produtivas, culturais, religiosas, políticas, de aprendizado, saúde, etc.).

Daí se pode então ver como as atividades de educação popular são amplas, ligadas à produção de bens, à circulação de novos valores, aos serviços para o bem-estar da população, etc.

Uma outra consequência é a de que as diferentes práticas concretas não se esgotam nelas mesmas (uma experiência de saúde popular aqui, um clube de mães ali, uma experiência pastoral acolá), mas devem interligar-se com outras experiências similares na região ou no país e com outras experiências setoriais para ir integrando-se nesse projeto global em construção. Não só atividades de resistência ou de reivindicação, mas devem abrir-se ao alternativo, ao novo. E se não se interligam a outras práticas, mais facilmente podem ser cooptadas pelo sistema, que trata de resolver no imediato demandas isoladas. O sistema dominante procura sempre absorver experiências de práticas e de educação popular. Isso se viu no Brasil depois do golpe de 1964, quando as experiências de cultura popular, reduzidas a métodos, foram utilizadas em campanhas de alfabetização e educação governamentais. O fracasso dessas tentativas mostrou que eram mais do que simples métodos.

## Participação e Democratização

Não basta declarar que deve haver participação. Muitas experiências que fazem profissão de fé participatória estão na mão de agentes que as manipulam em nome de uma maior eficiência. Só a revisão permanente e um esforço de autocrítica podem afastar as tentações autoritárias que estão presentes subliminarmente numa sociedade que é autoritária desde os níveis da sociedade política e das práticas religiosas e pedagógicas mais difundidas, até o mesmo núcleo da família ou das relações interpessoais.

A educação popular deve romper com a cadeia fechada de formar quadros reprodutores do atual sistema injusto e autoritário (que está às vezes presente até em movimentos considerados progressistas) para fazer emergir novos valores e novas maneiras de conviver, produzir, criar, relacionar-se com os outros e com a natureza.

## A Presença de Outros Veículos Educativos

As práticas de educação popular não se dão num espaço vazio mas convivem e se misturam com as práticas do sistema e seus poderosos meios de comunicação de massas. Há presença de uma rede escolar oficial e de organizações, centros, sindicatos,



grupos políticos domesticadores e, principalmente, o fortíssimo impacto do rádio e da televisão. Em países com alto índice de analfabetismo e de não-participação, o rádio e a televisão têm um impacto muito mais profundo do que se crê sobre o conjunto da população, incluindo setores rurais e populações pobres, às quais chegam os transistores, com seus músicos preferidos, e a televisão com a mágica do mundo artificial das novelas, onde aparecem o comportamento, o nível de vida e de consumo dos setores mais ricos das grandes regiões urbanas. Hoje a América Latina exporta inclusive programas para o mundo. É só lembrar o sucesso em países como a Holanda da série brasileira "Malu Mulher", ou da novela "A Escrava Isaura", até na China Popular. Ainda no caso brasileiro, a enorme audiência de dezenas de milhões de pessoas que seguem meses a fio a novela "Roque Santeiro" indica a força desses meios. E não adianta ignorá-los ou fazer ações ao lado. Há que trabalhar sobre eles. E também eles são contraditórios. Indicou-se atrás a alienação das novelas e isso é inquestionável. Mas nesta última referida, "Roque Santeiro", por exemplo, há misturados também elementos de críticas aos setores dominantes e à utilização da crença popular. Um debate aberto permite desmistificar e também utilizar todo esse material que penetra, queiramos ou não, até o fundo das consciências.

## A Utilização dos Meios Tecnológicos Novos

Uma certa mística da pobreza, às vezes um pouco ingênua e moralista, levou ao medo de utilizar meios mais sofisticados, privilegiando os chamados meios pobres para o trabalho popular. Era o artesanal enfrentando-se a outros veículos muito mais chamativos e eficientes. Seria o momento de uma revisão crítica, aberta, de algumas destas posturas. A utilização da informática, por exemplo, a serviço das classes populares, é um imperativo, no momento que já está nas mãos dos setores dominantes. Tem-se discutido muito sobre tecnologias alternativas ou apropriadas. Elas são importantes desde que tenham raízes na criatividade popular, sua cultura,

sua sabedoria (por exemplo, no caso da medicina popular).

Mas isso não pode impedir a utilização dos novos meios tecnológicos. Às vezes sob o nome de tecnologia apropriada, vem a idéia de deixar o povo com a tecnologia velha, não renovada, obsoleta (com isso as classes dominantes podem vender linhas de produtos superados, "apropriados" ao povo, guardando para seu uso privado as tecnologias de ponta). Isto se dá inclusive a nível de países com a tentativa de uma nova divisão internacional da tecnologia. A educação popular deveria estar atenta às tecnologias poluentes, predadoras, sujas, mas tem o direito de utilizar ao máximo o novo e o mais ágil. Isso implica aceitar uma certa profissionalização e melhor organização do trabalho popular, que não é sua burocratização, ou sua modernização capitalista, mas o emprego da inovação e da racionalidade. Tudo isso tem de ser visto nos diferentes contextos nacionais e, em vastas regiões da América Latina, a dimensão étnico-cultural tem de mediar qualquer prática ou reflexão teórica a respeito.

## Considerações Finais

Na Europa emprega-se o termo educação para o desenvolvimento. Na América Latina essa expressão está desprestigiada por uma ideologia desenvolvimentista de modernização do capitalismo. Em 1967, uma reunião do CELAM, em Buga, antes de Medellín, indicava três tipos de educação: a tradicional, aquela para o desenvolvimento (de adaptação ao sistema capitalista que crescia) e a **educação libertadora** (como um caminho alternativo). É nesta última perspectiva que se situa a educação popular.

Mas inclusive a discussão só a nível das idéias gastou a reflexão e a fez repetitiva e geral. A própria palavra conscientização serve para os mais variados usos. Por isso, o mais importante não é uma discussão vaga, e voltamos ao início, mas a partir das práticas concretas do movimento popular, refletindo sobre elas e fazendo-se sempre mais eficazes.





# Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas\* — IBASE



### Origem e Objetivos

O IBASE surgiu em consequência de um conjunto de experiências acumuladas por seus idealizadores na militância junto aos movimentos populares, antes e depois do golpe de 1964 no Brasil, e também das experiências posteriores vividas no exílio, em vários países. Seus organizadores viveram essa experiência ao longo de duas décadas, em diferentes tipos de atividades, e em várias regiões do País e do mundo. A dimensão internacionalizada da experiência é um componente importante para explicar não só a existência da instituição, como também o tipo de prática desenvolvido por ela.

Do ponto de vista político mais global, foi a experiência de militância e o conhecimento de reali-

dades no contexto do autoritarismo (Brasil, Uruguai, Chile, México) e a experiência em países capitalistas avançados (Canadá, Suíça, Estados Unidos) que fizeram germinar a idéia e a decisão de desenvolver o projeto do IBASE. Nesse sentido, as experiências do IESE no Chile (fechado após o golpe de 1973) e do LARU (Latin America Research Unit) do Canadá, e da UILA (Unidade de Investigação sobre a América Latina) no México, constituem exemplos das experiências desenvolvidas fora do Brasil por seus fundadores.

De um ponto de vista mais específico, foi a experiência no campo das ciências sociais — economia, sociologia e política — e a consciência da importância do conhecimento e da informação no processo sócio-político global, e de cada país em particular, que determinaram a orientação do IBASE como um projeto especializado no campo da informação a serviço dos movimentos populares.

\*Rua Vicente de Souza nº 29 — Rio de Janeiro — RJ

Este texto foi elaborado a partir da compilação dos seguintes documentos: O IBASE descrito pelo IBASE, Catálogo do IBASE e Relatório Anual de 1985.



As motivações apresentadas somou-se a análise da realidade brasileira. Em que o avanço das lutas populares levou a importantes avanços na democratização do poder. Não obstante, a sociedade brasileira ainda enfrenta um sistema de dominação altamente centralizado, modernizado e internacionalizado, que coloca a cada momento novos desafios ao desenvolvimento dos processos de emancipação genuinamente populares e democráticos.

A produção de dados sobre a realidade econômica e social segue sendo definida majoritariamente, segundo critérios e interesses dos grupos dominantes. Muitas vezes os dados e os índices oficiais sofrem manipulações visíveis, freqüentemente prejudicando os setores populares.

A difusão das informações está praticamente monopolizada por algumas cadeias de televisão, rádio e jornais que têm o poder de dizer o que acontece e o que existe no País. Desta forma, o conhecimento direto da realidade está atomizado nas bases e centralizado a nível das elites dirigentes. Essa centralização transforma a informação em privilégio de uns poucos e "propaganda" na forma de manipular a grande maioria.

O IBASE tem por objetivo romper o monopólio da informação sócio-econômica, trabalhando pela sua democratização. Oferece uma informação alternativa, uma crítica da informação social, através da sistematização de dados e assessoria na elaboração de propostas alternativas de acordo com as necessidades do movimento popular. Oferece serviços de consultoria nas áreas de economia, estatística, processamento de dados, energia, recursos naturais, meio ambiente, saúde, estrutura agrária e planejamento urbano.

O IBASE recolhe a informação sócio-econômica produzida não apenas pelos organismos já existentes, mas também pelos movimentos populares; integra e globaliza essa informação de modo sistemático, transformando-a em conhecimento útil e traduzindo esse conhecimento em linguagem acessível, para que os movimentos de base utilizem na elaboração de políticas e diretrizes de ação.

Seus serviços estão disponíveis — prioritariamente — para associações de bairro, igrejas, sindicatos e todas as instituições e grupos de pessoas ligados ao movimento popular. Concretamente, o resultado de seu trabalho se realiza em assessoria, cursos, seminários, artigos, boletins informativos e programas audiovisuais.

O IBASE é uma organização independente, sem vinculação partidária e sem fins lucrativos, fundado em 1981 no Rio de Janeiro.

## As Atividades do IBASE

A principal atividade do IBASE é a organização de suas bases de dados (BD). As bases de dados constituem um conjunto de informações específicas, organizadas tematicamente e disponíveis sob diferentes formas: textos, documentos, livros e tabelas. A maioria das bases conta com o auxílio de

microcomputadores para facilitar o processo e o acesso às informações que são as seguintes:

### ■ BD — *Conjuntura*

A partir de materiais selecionados da grande imprensa, organiza dados para o acompanhamento da conjuntura econômica, social e política, e corre paralelo com a base de dados da cronologia. Além de textos, seleciona também as principais tabelas e gráficos, com dados recentes.

### ● BD — *Indicadores Econômicos, Sociais e Políticos*

Organiza sob a forma de tabelas, gráficos, quadros e mapas os principais indicadores econômicos, sociais e políticos, tais como custo de vida, distribuição da renda, PIB, desemprego, saúde, educação, habitação, processos eleitorais, onde os movimentos populares possam encontrar as informações básicas para entender e transformar essas realidades. Encontram-se organizados em separado os indicadores de mulher, negro e menor. Na medida do possível, esses indicadores são elaborados em séries históricas, de forma clara e de fácil entendimento.

A equipe presta também assessoria aos grupos que queiram realizar levantamentos alternativos, sobre temas definidos pelos próprios movimentos.





- **BD – Questões Agrárias**  
Esta base de dados contém informações sobre estrutura fundiária a nível nacional, estadual e municipal, sistemas de comercialização e abastecimento, distribuição do crédito rural, como também informações sobre os conflitos e movimentos sociais, sobre Reforma Agrária e as principais políticas agrícolas e projetos de desenvolvimento em convênio com as agências internacionais.
- **BD – Políticas Governamentais**  
O acompanhamento de políticas governamentais responde a uma demanda freqüente por avaliações das ações do governo federal. A produção mensal dessas análises deriva de um trabalho em equipe das Bases de Dados do IBASE, somado à colaboração de um grupo de voluntários qualificados. A produção é depois distribuída por mala direta a cerca de 1.000 instituições ou pessoas, incluindo a imprensa. Pode ser conseguida também através de assinaturas.
- **BD – Cronologia**  
A cronologia é uma base de dados totalmente computadorizada, que sintetiza as principais notícias da grande imprensa e de fontes alternativas a nível nacional, podendo oferecer listagens por temas e subtemas, desde janeiro de 1983.
- **BD – Documentação**  
É o índice geral de referências do IBASE, onde deverão estar as indicações sobre todos os materiais existentes sob as mais diferentes formas: textos, livros, documentos, audiovisuais, tabelas, recursos humanos, etc.
- **BD – Movimento Sindical**  
Esta base organiza um conjunto de informações sobre política salarial, emprego e legislação trabalhista. Contém dados sobre número de associados dos anos 1979 e 1980 para a maioria dos Estados brasileiros. Está sendo utilizada e ampliada com informações sobre eleições sindicais, greves, conflitos e seus resultados, textos e documentos do movimento sindical, assim como informações sobre política salarial, emprego e legislação trabalhista.
- **BD – Grandes Projetos Governamentais**  
Contém dados e análises sobre alguns projetos governamentais cujos investimentos tenham seu valor igual ou superior a US\$ 1 bilhão (Carajás, Proálcool, Cerrados, etc.). Através do acompanhamento e atualização permanente de dados sobre tais projetos, realiza avaliações e propostas alternativas.
- **BD – Intercâmbio de Práticas Populares**  
Esta base organiza informações sobre as questões que interessam à luta dos movimentos populares e particularmente às associações de moradores: habitação, saúde, educação, transporte coletivo, saneamento, abastecimento, legislação urbana, ação das administrações municipais, participação das comunidades na administração municipal e estadual.

Uma dimensão especial dessa base é o registro das práticas e experiências alternativas desenvol-

vidas pelos movimentos sociais e sua articulação com as administrações locais, com a finalidade de difundir-las através de um intercâmbio estabelecido entre os agentes destas práticas.

- **BD – Grandes Empresas**  
Contém informações sobre as maiores empresas do Brasil: estatais, nacionais privadas e transnacionais para atender fundamentalmente à demanda do movimento sindical em suas lutas e campanhas salariais. Ela serve também para análises do desempenho da economia por setores, avaliação da ação do setor público e do processo de transnacionalização.

Dentre as atividades do IBASE, destacam-se as ligadas aos projetos associados, sendo elas:

#### *Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA)*

A CNRA foi organizada em abril de 1983, reunindo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), CNBB-Linha 6, Conselho Missionário Indigenista (CIMI), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação Brasileira pela Reforma Agrária (ABRA), e IBASE com o objetivo de mobilizar a sociedade brasileira em apoio à luta por uma Reforma Agrária que atenda aos interesses fundamentais dos trabalhadores do campo.

A CNRA é um projeto autônomo, tem sua coordenação instalada no IBASE e publica o Boletim – **Campanha Nacional pela Reforma Agrária Informa**, além de outros materiais sobre o tema.

#### *Centro de Treinamento Audiovisual (CETA)*

O CETA oferece cursos de produção audiovisual (linguagem e técnicas básicas) para grupos ou entidades interessadas.

Produz também audiovisuais e vídeos associados a grupos e instituições do movimento popular e apóia o IBASE na área de comunicação.

Distribui nacionalmente audiovisuais e vídeos próprios de outros grupos. Divulga o Boletim **OUVIROLHANDO**, que circula entre grupos e instituições interessadas nestes meios de comunicação.

## **Coleção Fazer**

Há cerca de três anos, o IBASE assinou contrato com a Editora Vozes para a publicação da Coleção Fazer. Trata-se de uma série de pequenos livros, de caráter eminentemente didático, voltados para um grande público. Até setembro de 1986, foram lançados 19 títulos, alcançando uma venda de 150.000 exemplares. Dentre os temas abordados pela coleção, com o objetivo de esclarecer sua intenção, seguem alguns exemplos de temas abordados: como se faz análise de conjuntura; como trabalhar com o povo; como se faz humor político; como cuidar de bebês de zero a um ano; como se faz jornal comunitário, etc.



Em fase de estruturação, existem dois outros setores de atividades no IBASE:

## Relações Internacionais

A dimensão transnacional do Brasil se manifesta em todos os níveis de sua realidade. Essa dimensão atravessa também o IBASE de diferentes formas: nas articulações com outros movimentos e organizações, na produção de informações e dados para o exterior, na participação de redes e iniciativas a nível internacional, no atendimento de grupos e pessoas que visitam o Brasil.

Neste âmbito o IBASE tem desenvolvido alguns tipos de trabalho. A edição de um Boletim Internacional — o **Brazil/Brésil Information** — editado em inglês e francês, apresentando uma análise de conjuntura, e dando ênfase a um assunto por bimestre. É membro do projeto **Intercod**, que é um esforço internacional de comunicação alternativa, utilizando recursos de informática. Juntamente com o IEET (México e Chile), DESCO (Peru) e outras instituições latino-americanas, participa de uma experiência de comunicação internacional para intercâmbio de dados por computador utilizando linha telefônica. Tem recebido estagiários de instituições semelhantes em outros países. Além da participação em cursos, seminários, etc. feitos no exterior, ou com a participação de estrangeiros.

Até o momento este setor de atividades tem-se apoiado no IBASE, em seu conjunto e no trabalho específico de dois voluntários do MLAL. No ano corrente iniciou-se o projeto "IBASE internacional", que tem como objetivo estruturar uma base de organização especializada para o desenvolvimento dessas atividades.

## Rede Alternex

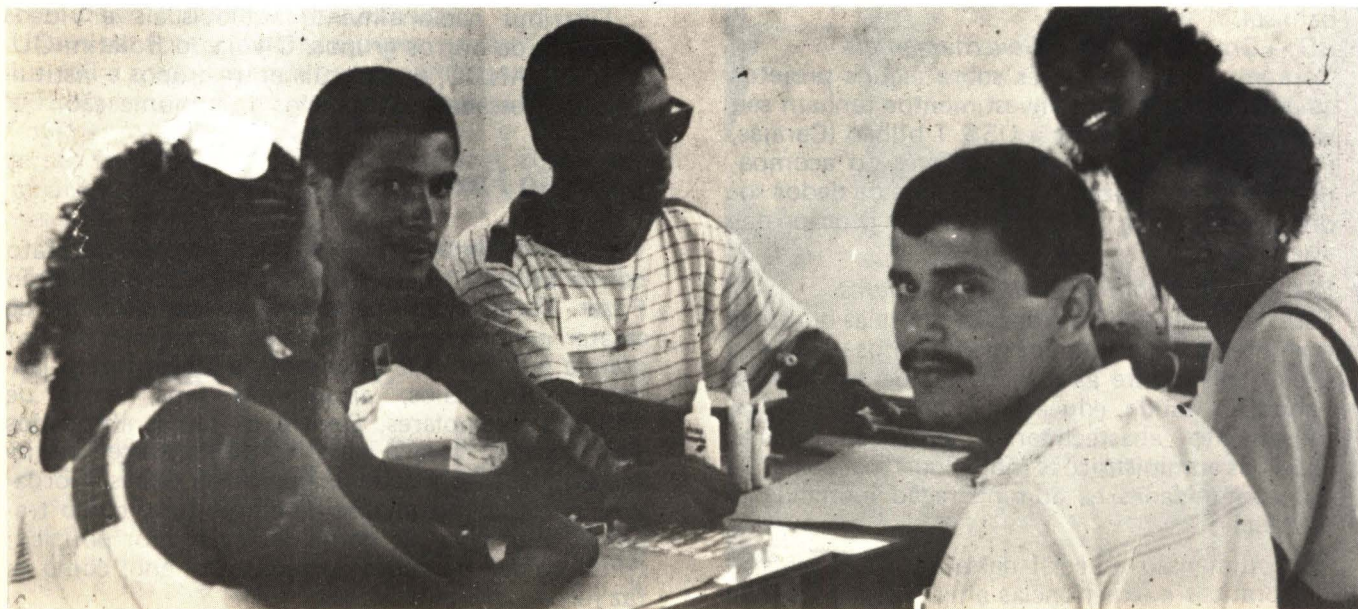
Trata-se de uma proposta de criação de uma rede horizontal — isto é, descentralizada em termos de informações, programas e equipamentos — que articule os diferentes centros, instituições e organizações do movimento popular.

A rede alternativa tem como princípio essencial a horizontalidade: nenhuma instituição terá um papel centralizador; todas compartilharão seu **know-how** e seus dados com todas as demais e com grupos interessados. Assim, o IBASE é apenas um membro da rede, destacando-se apenas o fato de ser pioneiro nesta área, o que determinou sua maior experiência frente a outras instituições e, conseqüentemente, uma maior solicitação na troca de informações, especialmente em relação ao uso de sistemas de computação.

## A Equipe IBASE

A equipe IBASE é formada por um total de 52 pessoas, distribuídas nos diversos setores de atuação: Coordenação Executiva (3); Administração (6); Serviços Gerais (9); Audiovisual (6); Conjuntura (3); Cronologia (2); Intercâmbio de Práticas Populares (4); Base Agrária (2); Sindical e Grandes Empresas (4); Grandes Projetos (3); Indicadores Sociais (6). Além de 2 voluntários do MLAL que trabalham no setor internacional.

As atividades desenvolvidas pela equipe no ano de 1986, até setembro, atingiram cerca de 39.000 pessoas. Dentre os principais tipos de atividades destacam: assessorias (64); palestras (52); painel e mesa-redonda (15); entrevistas (26); atendimento à imprensa (40); processamento de dados (8); produção de dossiê, texto, artigo, audiovisual (36); envio de publicações (435); representação IBASE (59); fornecimentos de dados e material para pesquisa (949); outros (104).





# Serviço de Educação Popular SEDUP\* - Paraíba

## A Educação Popular

O SEDUP concebe a educação popular como um processo que tem seu movimento privilegiado na análise da "realidade concreta", no planejamento e avaliação da ação em resposta a essa realidade, a partir de iniciativas de grupos populares, no seu esforço de organização e da ação libertadora.

Baseado nessa concepção, a intervenção dos educadores do SEDUP junto ao movimento popular utiliza como principal instrumento de trabalho a "pergunta". O questionamento lançado na discussão coletiva, visando à compreensão dos fatos significativos e à relação entre eles, suscitando a investigação de modo a superar as aparências da realidade, e atingindo um nível de abstração que permita a apropriação de conceitos claros como condição necessária para uma ação eficaz sobre a realidade.

## O Contexto Sócio-Econômico onde se Desenvolve a Experiência

O trabalho realiza-se na região do Brejo da Paraíba e Municípios adjacentes, totalizando 30 Municípios, onde a população atinge 500.000 habitantes.

A economia é quase que exclusivamente agrícola, com uma parte agroindustrial produtora de açúcar e álcool combustível.

A estrutura fundiária é polarizada. Por um lado, as grandes propriedades — latifúndios improdutivos e de baixa produtividade — dedicadas ao plantio da

cana e criação extensiva de gado. Em parte, estas convivem com o regime de parceria e arrendamento, foco de expulsão dos trabalhadores da terra. Por outro lado, o minifúndio situado nas piores terras, com área média de 2ha.

Os conflitos políticos multiplicam-se na região, por vezes assumindo formas de extrema violência. A violência desses conflitos fica patente no assassinato de Margarida Maria Alves em 1983, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, a mando da classe patronal. O poder político local é dominado por algumas famílias de latifundiários, o que determina os recursos do poder público ao lado de suas ações. Os camponeses e bóias-frias agem principalmente através da luta sindical, resultando numa espiral de conflitos trabalhistas, devido às expulsões da terra e ao desrespeito às condições mínimas de trabalho.

A Igreja Católica concretiza sua "opção pelos pobres" fortalecendo as comunidades eclesiais de base, fator de dinamização dos demais movimentos e organizações populares da região. Além disso, a Diocese criou e mantém uma coordenação pastoral rural, um centro de orientação dos direitos humanos (apoio e educação jurídica) e o próprio SEDUP.

## O Trabalho do SEDUP

No período 1981-84, o SEDUP dedicou-se a assessorar a luta e a organização de vários grupos e organizações de trabalhadores rurais da região. O

\*C.P.A — Guarabira — PB.



trabalho inicial consistia na realização de tarefas específicas suscitada no próprio movimento de organização em curso: pesquisas sobre a realidade local; informações sobre conjuntura e estrutura regional e nacional; produção de material de comunicação e formação sobre temas específicos; documentação fotográfica, sonora e gráfica das lutas para devolução às bases; apoio técnico à organização.

A luta dos trabalhadores rurais assume cada vez mais o caráter de oposição sindical, conseguindo retomar vários sindicatos que estavam nas mãos de "pelegos" (interventores nomeados pelo golpe de 64) e atrair para uma posição mais combativa sindicalista antes "atrasados" ou isolados politicamente.

Envolvidos nesse processo de educação popular, após 4 anos de trabalho, a avaliação da experiência mostrava o seguinte:

— uma crescente demanda dos grupos de base e das lideranças por cursos de formação. Ainda sem explicitar claramente os conteúdos, constatava-se uma certa recorrência quanto aos temas. Tais demandas assumiam um caráter mais formal por parte dos dirigentes sindicais. O sentido dessas demandas revelava o desejo de "saber mais para lutar melhor";

— ausência de tempo para uma reflexão mais aprofundada sobre a ação e a organização a longo prazo numa perspectiva estratégica de transformação social. Devido à urgência da ação, a reflexão não ultrapassava a análise da realidade imediata e os aspectos táticos;

— o movimento experimentava um crescimento de sua base sem uma correspondente formação de líderes ou quadros capazes de assumir as tarefas de direção, de articulação e organização.

A partir dessas constatações e discussões com lideranças, a equipe SEDUP elaborou uma primeira proposta de cursos de formação de base que apresentaremos a seguir.

## O Curso de Formação de Base

Não são cursos de iniciação e sim voltados para grupos que já estão engajados num processo de luta e organização. Bem como não são cursos para "líderes" e sim para toda base do movimento.

Os cursos são realizados através de sindicatos ou organizações de oposição sindical que são politicamente responsáveis pelo mesmo, controlando todo o curso através do acompanhamento e avaliação. Em discussão com o sindicato, a equipe SEDUP elaborou o conteúdo, a parte didática, e ministrou o curso. Após avaliação, fez as reformulações necessárias para a versão definitiva. A partir de então, passou a "treinar" militantes do movimento que se tornam monitores dos cursos e constituem equipes de educação em suas organizações.

O conteúdo do curso é ministrado em duas etapas. Na primeira, trata-se do sindicalismo abordando o sindicato como órgão de classe, a história do sindicalismo brasileiro e "o nosso" sindicato — história e desafio. Esta última unidade é elaborada a

partir de pesquisa feita em cada município pela própria turma em curso. Na segunda etapa, o tema é "A Lei e os Direitos", abordando assuntos tais como "O que é, como se faz e como funciona a Lei numa sociedade de classe", "Leis que podem servir na luta" e o "Direito à organização". Está em elaboração uma etapa sobre História do Brasil, das lutas populares e sobre os modos de produção. E prevista uma outra sobre política partidária, todas solicitadas pelos participantes.

Nos dois anos (84-86) os cursos atingiram 36 turmas, das quais 12 concluíram as duas primeiras etapas, 4 estão em recesso entre a primeira e a segunda, e 20 estão em andamento. Estes cursos envolveram cerca de 700 pessoas de 17 municípios da região. Os cursos estão sendo ministrados em outros Estados do Nordeste, por educadores que estão experimentando as propostas e materiais do SEDUP.

Como resultado avaliativo desse processo de educação popular, indicam-se os seguintes pontos:

— os temas, roteiros e materiais elaborados parecem atender a necessidades e interesses dos grupos de base. Indicadores neste sentido são os seguintes: praticamente não há evasão; os participantes encarregam-se de divulgar o curso, resultando em que atualmente a demanda é bem superior à capacidade de atendimento do SEDUP; e os participantes manifestam seu contentamento com o curso;

— o método e a técnica empregados parecem capazes de cumprir seus objetivos, conforme as seguintes observações: é unânime a opinião de que a participação na luta dos que fizeram o curso cresce em intensidade e qualidade; tem contribuído para formar novas lideranças; no planejamento, na ação e na avaliação observa-se que os conceitos e as informações aparecem incorporados à reflexão; os participantes tornam-se capazes de propor novos temas de forma articulada;

— a produção de módulos ou "pacotes" temáticos mostra-se como recurso útil para realizar a formação de grandes grupos de base, acompanhando o crescimento do movimento, de maneira organizada, sistemática e progressiva. Evita-se a improvisação, a repetição de temas e a superficialidade dos mesmos. Bem como permite evitar a doutrinação "de cima para baixo" e o "consumismo cursista" desde que a reflexão seja a partir da prática e de volta a ela;

— o método empregado permite ampliar o número de educadores e é adequado à formação de analfabetos;

— na medida em que a formação está voltada para a base dos movimentos, sendo o critério de seleção a participação em organizações, evita-se a formação elitista de líderes que acabam se "especializando", adquirindo uma linguagem estranha e "deslocando-se" da base.

Se os cursos de formação de base apresentam estes pontos considerados positivos, não se pode negar os problemas que suscitam, dos quais pelo menos três deve ser destacados.



Em primeiro lugar, nota-se que a realização dos cursos ainda depende da capacidade do educador em particular. A insegurança deste pode transformar o roteiro em "receita", inibindo seu caráter de discussão coletiva. O método exige um conhecimento mais amplo do que o do roteiro, capacidade de formular questões adequadas que articulem os elementos trazidos pelo grupo com o eixo temático, capacidade de abstração e generalização.

Torna-se um desafio formar educadores a partir dos quadros das organizações, devido à baixa escolarização, entre outras limitações. Desse modo, a dependência de agentes externos conflita com a autonomia do movimento.

A segunda questão problemática é sugerida por se considerar que esta ação deve estar articulada com os demais processos de organização e ação de classe, resultando em uma institucionalização no interior das organizações populares. Isso requer se evite que a direção dos movimentos, previda por suas tarefas, deixe de ter controle político da formação, delegando-a aos agentes externos e aos monitores, tornando o sistema de cursos paralelo à organização.

Como terceiro problema, aponta-se a necessidade de se garantir uma maior flexibilidade aos programas do curso, de modo que este incorpore novos temas, segundo as exigências da conjuntura política e do amadurecimento do movimento.

## O Curso de Formação de Sindicalistas

Em fase inicial de implantação, o Curso de Formação de Sindicalistas destina-se a dirigentes sindicais e a quadros dos sindicatos que desempenham funções de "responsabilidade" no movimento, e que carecem de uma formação mais aprofundada para o exercício de seus trabalhos.

A indicação para participantes deste curso é feita pela Central Única de Trabalhadores (CUT) entre os sindicatos e grupos da "oposição sindical".

Ministrado de forma intensiva (em 5 ou em 3 dias), é composto de três etapas, abordando: 1ª etapa) A luta dos trabalhadores no capitalismo brasileiro; 2ª etapa) A história da sociedade: da comunidade primitiva ao socialismo; 3ª etapa) Exigências da organização dos trabalhadores.

Até o momento foram experimentadas as duas primeiras etapas com um grupo de 35 sindicalistas rurais. Está programada a continuidade com esta turma, uma nova turma de sindicalistas urbanos, e uma mista de urbanos e rurais.

A proposta de curso foi elaborada pela equipe de assessoria sindical do SEDUP, com a contribuição crítica de dirigentes da CUT e de outros assessores.





# Taller de Capacitação da Mulher\* - Nicaraguá

---

*"Haverá um dia em que nenhuma mulher terá que vender seu corpo para dar de comer a seus filhos.*

*Algum dia. . . a única prostituição possível neste país será daqueles que por interesses, covardia ou egoísmo se vendam aos interesses do imperialismo norte-americano."*

Comandante Tomás Borge  
León, 17-7-83

O Taller de Capacitação da Mulher é uma experiência promovida por uma instituição estatal, o Instituto Nicaraguense de Seguro e Bem-Estar Social (INSSBI), em colaboração com uma instituição privada, o Centro Ecumênico Antonio Valdivieso (CAV). O trabalho é uma resposta da revolução à problemática da prostituição, pretendendo criar para todas as mulheres prostitutas de Manágua uma alternativa de vida.

O Taller somente oferece um apoio, já que as mulheres são sujeito de sua própria reeducação. Entende-se por esta o processo coletivo de análise crítica de sua realidade. Processo de reflexão-ação que se desenvolve desde entender a prostituição com um problema social, com toda degradação que impõe à mulher, até lograr uma participação ativa na sociedade revolucionária.

Todavia, quanto mais anos de prostituição tenha a mulher, maior é a degradação, porque tanto o

meio no qual convive quanto a sociedade impõem normas de comportamento que a marginalizam de outros meios sociais, e que determinam uma desvalorização de si mesma como pessoa e como mulher, pois o modelo ideal de mulher é a "honrada".

## Breve Histórico da Experiência

Em maio de 1983, uma participante do INSSBI e outra do CAV, acompanhadas de dirigentes do CDS (Comitê de Defesa Sandinista) — que manifesta a preocupação com a questão — iniciam o trabalho visitando os locais focos de prostituição. Neste contato inicial são rechaçados pelas mulheres por serem identificados com a revolução, que significava para elas a destruição dos bordéis e a repressão nas ruas pela polícia sandinista.

Devido ao contato direto das prostitutas com a Polícia Sandinista, esta representava para elas a imagem da RPS (República Popular Sandinista). Por isso decidiu-se iniciar o trabalho pela conscientização da polícia, até conseguir uma mudança no tratamento em relação a elas, o que foi fundamental para a aceitação do trabalho.

\*Apresentado por Elena Migliavacca. Optou-se por manter o termo "Taller" pela dificuldade de traduzi-lo para o português. O termo refere-se ao encontro de pessoas, cujo resultado necessariamente leva a um processo de criação coletiva.  
(Calle de la Iglesia de Belo Horizonte — Ig. al Lago, 1/2 c. Abajo — T 1 — 8 — Manágua — Nicarágua)



Desde então, passou-se a sair às ruas junto com a polícia convidando as prostitutas para as reuniões. A mudança na relação, que ganha um caráter de fraternidade e respeito, é percebida, e as educadoras passam a ser vistas como elemento de segurança e de apoio.

As primeiras reuniões serviram para tirar os temores que as mulheres tinham em relação ao projeto.\* Também servem para colocar a proposta de capacitação do projeto: aprender a ler e escrever, ou estudar mais, preparando-se para um trabalho futuro.

## As Classes de Conscientização

Em outubro de 83, um grupo de 98 mulheres é dividido em quatro classes, segundo o nível de alfabetização. A determinação dos dias e horário de funcionamento das aulas é feita pelas prostitutas.

Nesta etapa integra-se ao trabalho uma ex-prostituta nicaragüense e uma técnica do MLAL. Formada a equipe composta de quatro pessoas, define-se em conjunto o método e metas a seguir.

Nas classes, o eixo temático de debates é a prostituição, sendo as unidades constituídas de temas relacionados ao cotidiano das educandas: os filhos, o mau trato, o homem, a polícia, etc.

O trabalho do grupo é dirigido para despertar nas educandas valores e hábitos que o ambiente em que vivem deteriora ou elimina, o que exige um trabalho não só junto a elas, mas também junto a sua família, seu bairro e amigos.

## Síntese Metodológica

O trabalho nas classes de conscientização é desenvolvido a partir de três passos metodológicos, a saber:

- 1º) O primeiro passo objetiva levar as prostitutas a tomarem consciência de que constituem um grupo oprimido. A primeira atividade é destinada a incentivar a integração ao projeto, motivando-as a partir de suas necessidades e desejos. Uma vez conseguido um mínimo de confiança delas pela equipe, formou-se as classes por nível de escolaridade. Busca-se criar um clima de comunicação até conseguir que elas identifiquem-se como grupo que tem problemas comuns, a partir de socializar suas experiências de vida.
- 2º) No segundo passo busca-se levá-las a vincular sua problemática pessoal à estrutura social, e a entender as novas possibilidades que têm com a transformação revolucionária.  
A consciência de ser explorada não é suficien-

te para compreender o porquê as pessoas não tinham a possibilidade de perceber-se como parte de um todo — a sociedade. Porém, na Nicarágua, o processo revolucionário envolveu a todos, até o mais "sórdido bordel" envolveu-se na guerra de liberação.

Neste sentido, as educandas reconstróem a consciência de ser parte da sociedade, confrontando o "antes e o depois" do triunfo em suas vidas e discutindo a conjuntura do país, a partir de aspectos que as afetam. As educadoras entregam elementos de análise sobre a estrutura social e os grandes temas nacionais e internacionais. As educandas passam a compreender que a opressão da mulher era funcional à sociedade passada, e o papel que as prostitutas jogavam neste contexto, bem como descobrem as possibilidades que têm agora.

- 3º) O terceiro passo metodológico tem como pressuposto que da reflexão sobre a prática se volta à prática com uma atitude transformadora. Neste momento, surgem as inquietações por se conseguir um novo trabalho e por uma mudança integral das pessoas.

As mudanças podem levar a compromissos individuais ou grupais sobre os aspectos analisados. Geralmente aprendem a planificar seus gastos, a mudar a atitude com os filhos, a denunciar a violência sexual, ou o mau trato dos clientes e esposos, etc. Todos estes são aspectos importantes e às vezes dramáticos que indicam as mudanças ocorridas com as educandas.

A incorporação a um trabalho diferente é a principal mudança, neste terceiro passo. A preparação para tal é feita coletivamente, discutindo-se sobre o valor do trabalho, com dinâmicas sobre a organização do trabalho e análise das distintas possibilidades de trabalho. Considera-se que a obtenção do primeiro posto de trabalho não é o resultado final da reeducação, senão parte do processo que culmina na participação ativa na sociedade revolucionária, integrando-se aos sindicatos e às organizações de massa. Tal fase, em geral, requer um acompanhamento da equipe de educadoras, que se fazem presentes nos locais de trabalho, em recintos domiciliares, assim como pode ser necessária uma ajuda econômica nesta fase. Igualmente procura-se seguir acompanhando as mulheres que deixaram a prostituição, e que ou não podem ou não querem trabalhar.

Com esta metodologia pretende-se uma transformação integral da pessoa, que interfira na esfera do pensar, do sentir e do atuar. Considera-se que esta concepção metodológica desprende-se do próprio caráter da RPS, que vê como sujeito revolucionário o povo organizado dirigido por sua vanguarda; assim simultaneamente as transformações que as mulheres operam sobre si mesmas. elas estão contribuindo para a formação de uma consciência coletiva de transformação social.

\*Exemplo destes temores eram os "boatos" que circulavam entre elas de que seriam enviadas às montanhas e a Cuba, etc.



# NICARAGUA



EDUCAÇÃO POPULAR. UMA LUZ NO CAMINHO PARA



# UA LIBRE



A LIBERTAÇÃO DOS POVOS LATINO-AMERICANOS



## O Papel da Polícia Sandinista

Paralelamente à formação das mulheres, o projeto tem como tarefa a formação da Polícia Sandinista, de modo a conseguir o apoio desta na recuperação das prostitutas, e para que adquira a visão da prostituição como um problema social, conscientizando-se do papel que pode desempenhar na reeducação. Os passos principais deste trabalho de formação são: Taller sobre a prostituição, debates de avaliação sobre a prática nas corporações, oficinas de atualização e avaliação sobre a prostituição e seu tratamento reeducativo.

A atividade de patrulhagem conjunta entre a Polícia Sandinista e o projeto nas ruas tem como principais objetivos: reorientar as mulheres que estão se ausentando das classes, mostrar o apoio do projeto para que elas se sintam respaldadas frente aos donos de bordéis e hospedarias e/ou homens que as exploram. Por outro lado, os companheiros da PS podem testemunhar a resposta positiva das mulheres a um tratamento respeitoso. Quando ocorrem problemas entre a PS e as mulheres, são organizadas assembléias de crítica e autocrítica entre as partes.

A partir de julho de 84, a Polícia Sandinista passa a controlar as mulheres através da expedição de uma carteira de frequência à classe de reeducação, o que torna-se uma motivação para muitas optarem pelo projeto, criando a proximidade para se desenvolver o trabalho de integração. A utilização da carteira não foi sem problemas, porque ela passa a ser percebida pelas mulheres como uma espécie de licença para se prostituir, e os donos de hospedagem passam a exigí-la para evitar problemas com a polícia. O conflito no uso da carteira torna-se um elemento da educação e demonstra ser, tanto para a equipe como para a PS, um indicador do avanço nas relações entre as três partes envolvidas na reeducação.

A importância do envolvimento da PS no projeto é uma das condições para seu sucesso. Resumindo a ação da PS, indicam-se as seguintes atividades:

- controle das prostitutas e cafetinas;
- proibição de ingresso de novas mulheres nos focos de prostituição;
- as mulheres novas na prostituição são imediatamente encaminhadas ao projeto e geralmente a um posto de trabalho;
- fechamento dos bordéis que se encontram sem mulheres, seja por abandono da prostituição ou da região.

Além disso, uma unidade da PS iniciou o exercício de pressão sobre os clientes, ameaçando de comunicar a sua família, posto de trabalho e ao CDS, sobre o problema.

Como resultado das avaliações feitas com os patrulheiros e o comando da PS, houve o reconheci-

mento da importância de uma formação ideológica mais sistemática da PS sobre a problemática da mulher. Desde então, tomou-se a iniciativa de se ministrar um curso na Escola Nacional da PS sobre a "Problemática da mulher que requer apoio policial", cobrindo desde a análise histórica, econômica e ideológica da opressão da mulher, até a caracterização da mulher marginalizada, delinqüente ou maltratada, e o papel que a polícia pode desempenhar neste caso.

## Limitações do Projeto

A principal limitação do projeto reside em que o seu trabalho coloca em questão a moral tradicional, e mesmo que seu conteúdo encontre respaldo na política do governo, no conjunto da sociedade não há o respaldo suficiente. Isto porque o machismo está arraigado nas mais variadas dimensões da sociedade, tais como nos postos de trabalho, nas famílias, nos bairros. Também a Associação de Mulheres Amanda Espinoza (AMLAE) não tem suficiente combatividade na luta pela criação de novos valores. Assim, o projeto acaba por ser uma voz isolada de apoio aos problemas que as mulheres sofrem, o que atrasa o processo de sua independência.

Outra limitação, ligada à precedente, é a excessiva carga de trabalho do CDS, dificultando desenvolver um trabalho de sensibilização da comunidade onde as educandas vivem e trabalham, o que seria de fundamental importância para a difusão dos "novos valores".

Outros tipos de limitações encontram-se no próprio desempenho do projeto. Destaca-se a falha da equipe, que foi a falta de acompanhamento individual da educanda, principalmente na etapa de inserção no trabalho. Falha que fez com que parte da experiência tenha se perdido, pois nesta etapa algumas das mulheres acabam por se afastar por longo tempo, sem participar dos grupos de reflexão. Além disso, a falha de sistematização da história de vida pessoal de cada mulher, por falta de tempo ou de organização das educadoras, levou à duplicação deste trabalho. Uma outra falha da equipe, superada após o primeiro ano, foi o desenvolvimento de atividades que cobrissem o tempo livre — sobretudo das mais novas — para permitir a superação de problemas entre elas, e para que as educadoras pudessem conhecê-las a partir de outra perspectiva.



# Equipe Sócio-Sanitária Chuquibambilla - Perú

## Contexto Social

A província de Grau, onde o projeto se desenvolve, localiza-se na serra central do Departamento de Apurímac, uma das zonas mais isoladas e deprimidas do Peru. Sua capital é Chuquibambilla, pequeno povoado mestiço, centro administrativo e comercial.

A população da Província é de 28.000 habitantes, na sua maioria indígenas quéchuas, e vive na zona rural em comunidades campesinas, organização social e política do campesinato andino.

O território é acidentado e sujeito a erosão, variando de uma altura de 2.300 a mais de 4.500m. A escassez de terra, sua pobreza orgânica, não permitem a agricultura e criação de gado para subsistência. A família extensa é a unidade econômica, prevalecendo entre eles a reciprocidade como critério orientador das relações sociais.

A precariedade econômica provoca uma consistente migração temporal e definitiva, principalmente para Lima. Como consequência, surgem enfermidades novas, abandonos familiares e mortandade. Ou seja, a migração é um forte fator de desestruturação comunal.

A presença do Estado se dá nos serviços, de forma bastante precária: poucas e péssimas vias de comunicação, escola em cada comunidade, mas com baixa qualidade de ensino; centro de saúde em Chuquibambilla, porém pouco equipado e com instabilidade de pessoal; água potável e rede de esgotos não existentes.

Em 1968 foi criada a prelazia de Chuquibambilla, que se estende às províncias de Antabamba e Cotabambas. A administração é dos padres italianos da Congregação dos Agostinianos, que são a contraparte do projeto.

## Histórico do Projeto

O projeto de Chuquibambilla iniciou em 1982, com a chegada de três voluntários do MLAL, através da solicitação da prelazia, que se propunha a criar um centro paroquial de saúde. Na proposta inicial, como não havia uma organização popular para ser a contraparte, não se especificaram os beneficiários, oferecendo-se os serviços ao conjunto da população.

Após visitas a várias comunidades da Província, acompanhadas de um exaustivo diagnóstico do estado de saúde da população, os voluntários avaliaram que não fazia sentido continuar com o objetivo original. Opta-se por trabalhar com as comunidades indígenas que, além de serem a maioria da população, eram o setor mais necessitado.

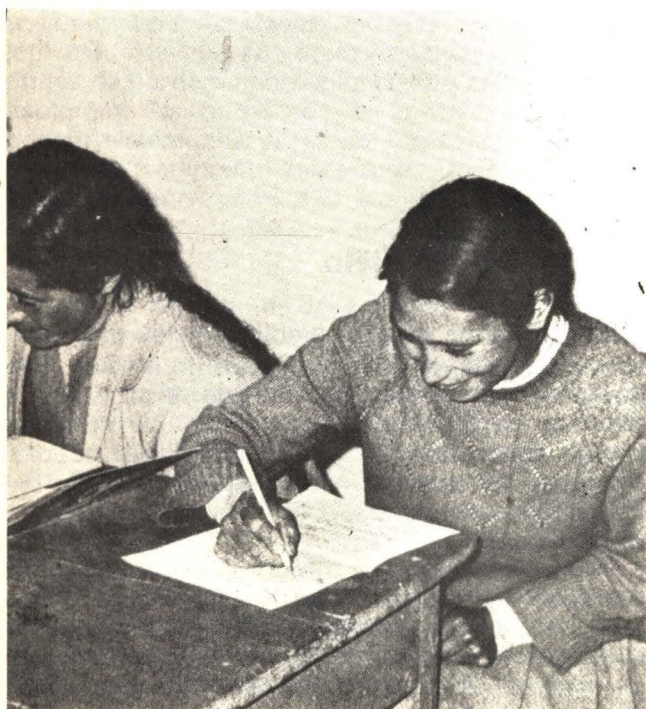
A área de trabalho foi reduzida a 18 comunidades, escolhendo-se como estratégia de intervenção a atenção primária, conforme orientação da OMS — Organização Mundial da Saúde, elaborada em Alma-Ata em 1978. Essa orientação visa à educação sanitária, formação de promotores de saúde, capacitação de parteiras, saneamento básico, etc.

Ao longo do tempo, a tarefa educativa aumenta de importância e de dificuldades. Assim, em meados de 1983, os voluntários sentem a necessidade de incorporar um técnico em educação ao trabalho.

Neste mesmo período foram estabelecidos contatos e atividades comuns com o sindicato campesino da província, a Liga Agrária. Apesar da pouca organicidade da Liga, os técnicos foram ameaçados e acusados de "comunistas" por esta vinculação. Os problemas acabaram por inviabilizar o trabalho com a instituição. A experiência junto aos camponeses semeadores de batatas — devido à seca, parte



da produção destinada à semente foi consumida — colocou em evidência a visão, que vinha se formando na equipe técnica, da impossibilidade de se resolver a questão da saúde sem resolver a da produção, já que esta é indispensável para enfrentar um dos aspectos determinantes da saúde: a desnutrição. A partir de um levantamento nas comunidades, feito por 4 membros da equipe, incluindo dois agrônomos, elaborou-se a ampliação do projeto para a área agropecuária, visando aumentar a produtividade dos cultivos e da criação de gado, com técnicas que não interferissem no ecossistema andino.



A concepção de trabalho do setor de saúde evoluiu para uma postura crítica em relação à atenção primária. Passa-se a questionar a facilidade de ser aplicado à realidade andina um conjunto de atividades elaboradas em outras latitudes. A crítica é no sentido de se considerar a possibilidade de adequação da proposta evitando o fracasso, e no caso de sucesso de modo a evitar uma postura meramente colonizadora, impondo métodos da cultura mais poderosa. Concretamente no Sul Andino, não se pode trabalhar a nível do indivíduo, e sim da comunidade. Dessa forma, se não se tem uma concepção adequada de trabalho, o promotor de saúde pode se tornar um agente de poder, contribuindo ainda mais para a crise da comunidade. Assim foi que, sobretudo a partir do trabalho com as parteiras, se sentiu necessidade de aprofundar alguns pontos básicos: conceito de saúde-enfermidade; sistema médico tradicional, sua posição e vigência em relação ao sistema oficial e limites da medicina ocidental dentro da realidade andina. Tais questionamen-

tos são básicos para se elaborar uma estratégia de intervenção que seja mais respeitosa à identidade cultural, e como tal compreenda as necessidades e prioridades da população como efetivas e legítimas.

A exposição feita até aqui permite entender o porquê, principalmente na saúde, se está trabalhando em dois níveis ou inter-relacionados. Por um lado, um trabalho sanitário de educação de base, e por outro, um debate com a estrutura pública de saúde com a finalidade de sensibilizar os órgãos públicos a desenvolverem uma estratégia mais respeitosa às comunidades. Assim, um dos objetivos é que os membros das comunidades, representantes das práticas de saúde da cultura andina, participem diretamente da discussão, de modo a eliminar a política do sistema oficial que utiliza de técnicas e meios inadequados, sem consciência do conjunto de conceitos e práticas vigentes nas comunidades.

## Atividades do Projeto

Dentre as atividades desenvolvidas pela equipe ao longo do seu trabalho na região, destacam-se as seguintes: campanha de sensibilização sobre a tuberculose como enfermidade social, formação de promotores de saúde, campanha de ensino de fabricação do soro caseiro a grupo de mães e de sensibilização para o problema da desidratação, criação de hortas escolares, programas de saúde escolar.

Na atualidade, são quatro os tipos de atividades desenvolvidas pela equipe, a saber:

### a) *Relação com o sistema de saúde oficial*

Objetivo: melhorar a qualidade do serviço público ofertado.

Atividade: apoio em material e mão-de-obra ao centro de saúde.

### b) *Trabalho com as parteiras*

Objetivo: conquistar o respeito ao Estado sobre o papel social e médico das parteiras; participação das parteiras na definição da política de saúde.

Atividades: apoio à Associação de Parteiras; publicação de um livro, elaborado através de 3 anos de investigação sobre a prática do parto; edição de 3 vídeos sobre a problemática.

### c) *Trabalho de investigação social*

Objetivo: definir linhas de trabalho de saúde na área indígena, no âmbito da cooperação internacional.

Atividades: semeadura de cereais em grupos familiares;



hortas familiares;  
assistência veterinária;  
construção de reservatórios;  
formação de promotores veterinários;  
cultivos experimentais;  
recuperação e investigação sobre as batatas nativas da região;  
investigação de medicamentos naturais.

## Aspectos Técnicos e Metodológicos

A equipe, no momento, é composta por 6 técnicos que cobrem as três áreas — saúde, educação e agropecuária — de trabalho. É ela a instância que programa todas as atividades, porém na ausência de uma organização popular que veicule problemas e supervisione o trabalho, procura-se canalizar as sugestões e críticas dos beneficiários através das assembleias, do contato direto e dos cursos. O intercâmbio constante com outras equipes ou instituições também contribui para um acompanhamento sistemático da coerência do trabalho.

O aporte metodológico da equipe se fundamenta na proposta de uma "metodologia que proponha a liberação dos mecanismos de criação coletiva". Metodologia educativa inserida no marco cultural qué-

chua, aberta a um constante ajustamento frente a essa realidade. Por essa razão, a todo trabalho educativo precede uma investigação participante, que possibilite o conhecimento da realidade em relação às diferentes temáticas a serem trabalhadas.

As atividades do projeto são realizadas em função do ciclo agrário. Antes que este se inicie, elabora-se uma programação anual, e após a consulta aos beneficiários para correções, se define um cronograma que é avaliado e ajustado mensalmente. E semestralmente faz-se uma avaliação geral, elaborando-se um informe sobre o trabalho.

Outro fator importante, dentre os aspectos técnico-metodológicos, é o respeito aos espaços e tempos de transmissão de conhecimentos próprios da cultura quéchua. Desse modo, procura-se valer de técnicas que não transgridam a ordem social das comunidades. Por exemplo, aos Anciãos cabe a transmissão da história, conhecimento de saúde, enfermidades e ritos; a mulher no campo de pastoreio transmite a seus filhos, através de contos, algumas normas de valores e cuidados pessoais e coletivos, etc. Também são utilizadas as técnicas da narrativa, que consistem na transmissão oral, sendo esta um suporte da divulgação ético-cultural entre os quéchuas, o sociodrama, no caso de pequenos grupos que serve tanto à investigação como à transmissão cultural.





# Centro de Investigação e Promoção do Campesinato - CIPCA\* - Bolívia

## Contexto Sócio-Político Boliviano

A Bolívia é um dos países mais representativos do chamado "Terceiro Mundo". Seu escasso desenvolvimento industrial, a exploração de matérias-primas para exportação, a dependência econômica, tecnológica e cultural são fatores que conformaram uma débil organização social, em que grupos minoritários controlam uma grande maioria em condições sociais desiguais. Os índices de analfabetismo, de desnutrição, desemprego, mortalidade infantil, alcançam as cifras mais altas do continente.

O campesinato representa mais de 60% da população, mas apesar de ser a maioria nacional é o setor que menos benefícios recebe do Estado. Com uma renda anual média de US\$ 40 **per capita**, a esperança de vida dos camponeses bolivianos chega aos 45 anos. O analfabetismo chega próximo a 70% dos camponeses, sendo mais elevado entre as mulheres.

A organização econômica das famílias camponesas é determinada pela produção para a subsistência, o minifúndio progressivo determina uma queda mais acentuada na renda. Os jovens encontram na migração a única alternativa de subsistência, ainda que este fenômeno implique o crescimento do desemprego urbano. A vinculação da economia camponesa com o mercado é também desvantajosa já que os produtos são vendidos a baixos preços, assim como a força de trabalho.

"Socialmente o campesinato é uma massa situada no estrato mais baixo de uma pirâmide social fortemente estratificada."

Do ponto de vista cultural, a discriminação é mais acentuada devido a que a divisão social do trabalho reservou às culturas aymara e quéchua as posições sociais mais baixas. Em outras palavras, a

estrutura colonial isolou os povos originários — **aymara, quéchua e guarani** — para dominá-lo, cultural, social e politicamente.

Esta formação social tem suas debilidades, que se traduzem num processo permanente de instabilidade política, devido aos conflitos sociais e à excessiva dependência do exterior. Essa debilidade tem influência negativa na consolidação de qualquer projeto nacional de desenvolvimento auto-sustentado.

Nesse contexto, as instituições educativas encontram campo relativamente aberto para desenvolver suas atividades, sob diversas intencionalidades e modalidades.

## A Experiência do CIPCA\*

Frente aos desafios que apresenta o contexto boliviano, a equipe inicial do CIPCA, que foi fundado em outubro de 1970, percorre todo o país antes de decidir sobre qual opção para iniciar o trabalho. Como resultado dessa pesquisa, escolheu-se a Zona Altiplana Aymara do Departamento de La Paz, conforme nos relata um companheiro narrando a história do CIPCA: "... A equipe inicial de três pessoas se dispersou por diversas partes do país com o objetivo de encontrar o lugar e caminhos concretos em que pudesse desenvolver mais eficazmente seus objetivos. Em janeiro de 1971, voltam e reúnem-se para cotejar suas observações e decidem iniciar suas atividades com o campesinato Aymara...".

Esta decisão foi marcada pela possibilidade de irradiação do trabalho, dada a proximidade de La

\* Calle Orguin 2504 - Casilla 3182 - La Paz - Bolívia.

!O MLAL se faz presente na instituição através do Projeto "SATAWI".



Paz, Centro administrativo e político; devido à importância numérica com cerca de 30% da população rural boliviana; e porque os Aymaras constituem o núcleo cultural mais homogêneo e significativo, pois ainda conservam práticas comunitárias que facilitam o trabalho autogestionário promovido pelo CIPCA.

Esta opção supõe uma análise de classes, que exigia adotar uma posição institucional e que determinaria a natureza do trabalho posterior. Esse foi o entendimento do CIPCA e nessa perspectiva orientou sua prática, que nessa hora podemos chamar de teoria da educação popular.



Da interpretação da realidade, sob esse enfoque, surgiram os seguintes objetivos:

- Promover a formulação e a concretização de um projeto histórico popular.
- Afirmar e fortalecer a organização camponesa.
- No nível econômico, promover o controle camponês dos fatores de produção.

A análise, a percepção e o diagnóstico que fez o CIPCA da realidade camponesa boliviana serviu para desenhar a estratégia e impulsionar uma experiência de educação popular.

A intencionalidade última é política, reconhece-se o potencial mobilizador do campesinato, motivado por transformações e reivindicações econômicas. Reconhece-se na prática diária camponesa a tendência a formas associadas de produção como atividade nuclearizadora da economia e da política.

Como toda ação política, tanto o movimento camponês como o CIPCA estão submetidos a pressões políticas e à dinâmica da luta de classes. Frente ao incontestável crescimento da organização camponesa, que no cenário político boliviano tornou-se uma nova força, capaz de impulsionar o movimento popular boliviano, as forças políticas antagonicas consumaram o golpe de Estado de 1980. Nessa época, a equipe CIPCA dispersou-se, tendo alguns de seus membros presos.

Na atualidade, o movimento popular, a organização camponesa encontram-se acumulando forças. Neste momento, o CIPCA está reavaliando suas ações, depurando seus objetivos para voltar sua experiência e seus recursos ao apoio e reconstrução de um projeto histórico popular.

## Aspectos Metodológicos e Técnicos

A metodologia utilizada pelo CIPCA, como visto, centrou-se na atividade produtiva. Essa opção supõe recorrer a todos os âmbitos da esfera produtiva, e acompanhar os camponeses durante todo o ciclo agrícola, para ir descobrindo com eles as implicações e as dimensões — não só econômicas, também sociais, culturais e políticas — que tem seu trabalho.

Durante o ciclo agrícola, simultaneamente se trocam informações sobre as práticas agrícolas, das vantagens e desvantagens da inovação tecnológica, das condições sociais do trabalho familiar, das tradições culturais da produção, das formas associadas de produção, dos mecanismos de intermediação e vinculação ao mercado, etc. Constituindo um momento privilegiado para tomar consciência das relações de produção. Enfim, durante o processo produtivo se relacionam aspectos da prática diária camponesa, de seus problemas, para determinar as causas, estabelecer as relações com outros fenômenos e buscar alternativas.

A ação educativa do CIPCA combina vários métodos integrados. O diálogo direto, sob formas tradicionais de reunião comunal ou entrevistas coletivas em que o uso de audiovisuais e cartilhas tem



função motivadora e complementar, é comumente usado.

Dentre as técnicas utilizadas, entretanto, a principal é a do diálogo e da discussão direta apoiados por programas de rádio. A educação radiofônica para camponeses tem um desenvolvimento e uma tradição significativas na Bolívia. Porém, concebida como uma "extensão" aos programas clássicos de educação popular — alfabetização, educação básica, etc. — veiculados no idioma Aymara. A ação do CIPCA passa a recuperar essa audiência passiva, e com a difusão de sua proposta radiofônica elabora programas com forte carga conscientizadora — no sentido de problematizar e gerar uma consciência crítica e mobilizadora.

## Avanços, Dificuldades e Desafios

Entre os avanços conseguidos pelo CIPCA está a integração entre a atividade produtiva e o processo educativo, que gera a mobilização popular, o incremento da produção agrícola, o fortalecimento da organização sindical camponesa, simultaneamente fortalecendo o movimento popular boliviano com proposições políticas.

O uso combinado de meios educativos — especialmente os programas de rádio, refletindo a identidade cultural e as atividades cotidianas da população — dinamizou uma crescente consciência coletiva, contribuindo de forma sensível para o processo de educação popular, resultando em ampliação da organização popular.

Não obstante, a entidade passa por um processo de discussão, que visa a seu aprimoramento para enfrentar a questão da educação popular. Neste sentido, um conjunto de problemas surge como desafio à entidade, sendo aqui colocados sob a forma de perguntas:

- Em que medida a dinamização cultural impulsionada pelo CIPCA não tem ocasionado desvio indigenista, que no interior do movimento camponês provoca outros conflitos?
- Quais são os próximos avanços do movimento camponês e do movimento popular em geral, uma vez que já tenham organizado e consolidado seus sindicatos como instrumento de luta?
- Qual o papel do CIPCA no apoio ao movimento camponês em relação aos seus conflitos internos?
- É possível seguir mantendo integradas as atividades educativas e produtivas?
- Que exigências novas coloca ao CIPCA a atual conjuntura política e do movimento popular?

Responder adequadamente a este conjunto de questões é uma das condições necessárias ao desempenho institucional, no seu papel da educação popular, rumo à luta de libertação do povo boliviano.





# Confederação Nacional Indígena do Equador - CONFENIAE\*

*Entrevista com Inocência Macanilla*

P.  Quando e como surgiu a CONFENIAE?

R.  A Confederação foi criada em 1980. Como resposta aos graves problemas sociais, culturais, de educação, de saúde, e da terra indígena. Porque o povo indígena, em geral, foi marginalizado pelo Estado equatoriano, em sua política social e econômica. Totalmente marginalizado.

Antes haviam sido criadas cinco federações na Região Amazônica Equatoriana: Federação do Povo Shuaras; Federação das Comunas da Amazônia Equatoriana (FECONAE); Federação das Organizações Indígenas de Napo (FOIN); Federação das Organizações dos Povos Indígenas de Pastaza (OPIP); Federação de Iatun Comuna Aguarico (ICA). A partir dessas federações, se conforma a CONFENIAE, tratando-se logo de criar uma representação em Quito.

P.  Como está organizada a CONFENIAE?

R.  A CONFENIAE tem uma diretoria, composta de presidente, vice-presidente e coordenadores de saúde, comunicação, terra e educação.

Ao presidente cabe as relações com as instituições do Estado equatoriano e com as instituições internacionais. O vice-presidente faz parte do trabalho social orgânico da Confederação, e os coordenadores cuidam das políticas específicas de cada área de atuação.

P.  Fale sobre o trabalho das coordenações.

R.  À coordenação de comunicação cabe divulgar os trabalhos da CONFENIAE e auxiliar na promoção da formação social das organizações indígenas. Para isso ela promove cursos, encontros, assembleias, tanto comunais como das federações e da CONFENIAE.

Também é responsável pelo setor de publicações. Edita um periódico chamado *Amanhecer*, onde se trata de problemas nacionais, internacionais, e os problemas provinciais e locais.

A coordenação de saúde reivindica junto ao Ministério da Saúde melhoras nas condições de saúde do povo indígena amazônico. Trata de conseguir "plantas físicas" para o funcionamento dos centros de saúde; equipamentos; e pessoal: médicos rurais, promotores e auxiliares de saúde.

P.  E a coordenação de educação?

R.  A educação é a base fundamental da CONFENIAE para o desenvolvimento sócio-cultural do povo indígena. Nós consideramos que um povo sem terra e educação não pode ser uma nação. Daí a importância da conscientização, com uma formação de amar sua própria terra, de tratar da reivindicação cultural.

Esse é o objetivo da educação popular dos povos indígenas, que visa ao desenvolvimento integral da nacionalidade indígena amazônica.

P.  Como se realiza esse trabalho e qual é a concepção de educação da CONFENIAE?

R.  Para levar essa educação nós temos uma metodologia. A CONFENIAE, através das coordenações e dos técnicos que participam da equipe educativa, tratou de desenvolver uma metodologia própria para o povo indígena. Pois entendemos que a metodologia elaborada nas "altas esferas" não é adequada para o nosso povo. Nós partimos da base, o coordenador de educação está nas bases. Este trabalho começa com reuniões, entrevistas e palestras. Questiona-se a educação: para quem? para quê? como fazê-la?

Para isso, contamos com a ajuda de pessoas e instituições "não-indígenas", que colaboram com a CONFENIAE. Desde que colaborem respeitando a



nossa maneira de pensar e nossos critérios. Com elas, estamos levando o nosso programa de educação popular, porque nós não temos educadores totalmente preparados, suficientemente capacitados temos poucos.

E os poucos que temos no nosso povo foram formados pela educação sistemática do Estado, na Escola e na Universidade, que destrói a identidade indígena. Então, em vez deles apoiarem seu povo, de colaborar, contribuem para a marginalização. Ficam do outro lado.

P.  Você falou que um povo sem terra e sem educação não pode ser uma nação. Qual é o trabalho da coordenação de terras?

R.  O coordenador de terra se preocupa com tudo que concerne à política agrária e da terra, do Instituto de Reforma Agrária e colonização. Seu trabalho é de zelar pela legal repartição das terras das comunidades indígenas. Também cuidar dos títulos de propriedade, e das questões da legalização das nossas terras.

Além disso, na educação popular o que mais se enfatiza é a política de Reforma Agrária. O que é, como está, a quem serve a Reforma Agrária no país? Mostrando que ela serviu aos proprietários de terras e não para os indígenas e os camponeses.

A Reforma Agrária, feita mais ou menos em 1970, trouxe muitas estradas para a região devido à exploração do petróleo. Depois o governo aplicou um plano de colonização que atraiu as multinacionais da "Palma Africana" (produção de óleo comestível), do trigo, das diferentes qualidades de minas, além das petroleiras. O que criou muitos conflitos com as terras da Amazônia.

Há pouco tempo, o governo publicou um anúncio nos principais jornais, convocando aos que têm título de terra e aos que as ocupam há mais de quinze anos a se apresentarem. Pois as terras que não estivessem sob estas condições seriam transformadas em uma reserva florestal do Estado. Dessa forma, o governo está exigindo a declaração pública da propriedade, de que são donos da terra. Embora sabendo que nós somos assentamentos tradicionais, que as terras são de nossos ancestrais. Es-

sa medida prejudica também aos pequenos colonos da região.

P.  Qual é o principal problema indígena do Equador?

R.  O problema é similar ao do Brasil. Faz cerca de 500 anos que o povo indígena do Equador foi conquistado, e não pode reconquistar sua identidade. Então o problema fundamental é que os indígenas tomem consciência e passem a agir para recuperar sua identidade. Pois foram arrancados de sua própria cultura.

O outro problema é o da terra que foi tomada. No Equador, o indígena é marginalizado, não tem presença econômica, social e cultural. Sofre o povo indígena: não tem voz, não tem liberdade, não tem presença.

P.  Existe alguma instituição governamental que trate especificamente da questão indígena?

R.  Não, são diversas instâncias, em cada Ministério. No Ministério do Bem-Estar Social existe o Departamento de Assuntos Indígenas, com o objetivo de promover o desenvolvimento das comunidades. Porém, isso é uma armadilha do governo para controlar a política organizativa dos indígenas. Pois, em vez de fortalecer a política organizativa, cria organização paralela às legítimas.

P.  Qual a relação que vocês mantêm com a Igreja?

R.  As missões religiosas na Amazônia, principalmente a católica, foram instrumentos de uma política de dominação. Fomos evangelizados no sentido do servilismo, do respeito, etc. Então foi uma religião opressora para nós.

Hoje em dia, a perspectiva católica é outra. Já se diz que Cristo é um ideal contestatório, um ideal de libertação. A Igreja tem participado dos problemas sociais do nosso povo, em colaboração com o nosso trabalho, ao lado do nosso sofrimento.

Já as Evangélicas, a Protestante, têm uma visão mais dogmática. Nos domou, nos amansou, para que nos conformássemos, que esperássemos o depois da morte, o dia de amanhã para resolvermos os problemas das pessoas e do povo. Isso é incorreto para nós.





# Fundo Equatoriano Populorum Progressio - FEPP\* - Equador

## Origem

O FEPP é uma instituição criada em 1970, por ação do bispo da Diocese de Guaranda, localizada na Região Andina do Equador. Surge como uma resposta para enfrentar a grave situação social vivida pelos indígenas do país. Resposta inspirada na encíclica **Populorum Progressio** de Paulo VI, elaborada em 1967.

Nasce como um fundo de crédito da Conferência Episcopal Equatoriana para apoiar o desenvolvimento dos grupos indígenas e de camponeses. Porém, paulatinamente a instituição foi se desligando de seu vínculo direto com a igreja, até se tornar privada e autônoma. Simultaneamente, ela evolui de uma instituição financeira creditícia de fomento à produção para uma instituição que tem como centro de sua preocupação a educação popular.

## Atividades do FEPP

Sua atividade consiste num conjunto de ações de apoio ao fortalecimento da consciência e da organização popular, especialmente de grupos camponeses de base e de "2º grau" (Federações, etc.). Com o objetivo de melhorar as condições de vida destes grupos, e de formar uma base para mudanças de tipo estrutural.

As atividades concretas realizadas são laboratórios, cursos, seminários e convivências nas "zonas-piloto" e em áreas mais limitadas, através de promotores camponeses e técnicos da instituição; apoio direto ao trabalho e funcionamento de organizações de "2º grau"; financiamento de atividades produtivas; publicação de material didático educativo com conteúdo de tipo social e técnico.

Na consideração das atividades do FEPP, deve ser levado em conta que a instituição é de promoção do desenvolvimento, e não um centro de investigação, e nem propriamente um centro puramente de educação popular. Assim, seus serviços tratam de integrar a atividade produtiva com a educativa. Facilitar os mecanismos de financiamento da produção aos grupos. Porém, considerando o crédito como auxiliar ao trabalho educativo. Neste, busca-se levar a uma reflexão que gere uma consciência

capaz de traduzir-se em ações concretas, como forma de se criar um homem novo, que seja sujeito de futuras transformações sociais.

## Aspectos Técnicos e Metodológicos

No trabalho de educação se utilizam normalmente materiais audiovisuais relacionados à realidade enfrentada: filmes de 16mm, cassetes, audiovisuais, etc. Utiliza-se material de elaboração própria ou não sobre diversos temas; publica-se um boletim mensal, denominado **La Bocina**.

Além disso, se está introduzindo o uso de técnicas participativas de educação popular, como uma ferramenta eficaz para favorecer a participação e o interesse. Paralelamente, desenvolve-se um processo de reflexão e formação sobre princípios e instrumentos da comunicação popular.

Na programação e execução e programação das atividades participam tanto os agentes sociais como os técnicos do FEPP. No decorrer das atividades são vários os momentos de participação de dirigentes do campesinato. A avaliação é feita de forma participativa, com devolução parcial dos resultados aos grupos envolvidos.

Os "agentes externos" em alguns casos cumprem um papel próximo à "linha tradicional", e em outros casos, com base nos princípios e metodologia de educação popular, depende em boa parte da personalidade e da formação de cada agente.

## Aspectos Organizativos

O trabalho global do FEPP é programado e avaliado semestral e anualmente. Existem equipes locais de trabalho, equipes regionais que são de uma ou mais províncias, e um conselho de coordenação a nível central no qual participam os coordenadores de equipes e outros.

Um dos problemas enfrentados pelo FEPP foi a dispersão territorial das organizações a ele vinculadas. Como solução, tratou-se de criar equipes regionais que hoje são seis. Esse processo de descentralização institucional foi acompanhado ao se dar um caráter multidisciplinar às equipes, de modo a se entenderem os diversos aspectos das problemáticas zonal e provincial.

\* (Mariano Reyes 228 - Vila Flora - Quito - Equador)  
Apresentado por Vinício Villalba.



# Programa Interdisciplinar de Investigação e Educação - PIIE - Chile

*Entrevista com Gonzalo Tapia Soko*

**P.**  Como surgiu o PIIE?

**R.**  O PIIE é uma instituição que desenvolve trabalhos de apoio e educação de grupos camponeses do Chile, através de um trabalho denominado Programa de Apoio Metodológico e Educativo a Equipes Técnicas Agrárias. Isto se dá num contexto em que temos dois elementos: o primeiro, a ditadura militar, que, a partir de 1973, desarticulou o movimento social, em particular as organizações camponesas, bem como as organizações sindicais e os partidos políticos. De modo que o campesinato ficou atomizado, amedrontado e seriamente reprimido. O outro elemento é o surgimento de organismos não-governamentais a partir de 1975-76, com uma forte influência da Igreja Católica chilena. Vinculados à Igreja, mas não necessariamente confessionais, dos quais um deles é o PIIE.

**P.**  Qual o objetivo do PIIE?

**R.**  Seu objetivo é a promoção de programas de apoio educativo, com uma perspectiva voltada para a democratização do país. Estes programas visam tanto à educação formal como informal, inscritas no interior da educação popular.

A opção pela educação formal deve-se à consideração de não abandonar os setores organizados de professores. Mas, ao mesmo tempo, realizamos trabalhos junto a moradores de bairros populares, a mulheres e crianças, através de oficinas de aprendizagem.

Quanto ao trabalho com os camponeses, é feito em conjunto com outra instituição, a AGRARIA. Para considerá-lo deve-se ter em conta que no Chile existem cerca de 250.000 pequenos proprietários que têm de 1 a 20ha. São eles os principais produtores de alimentos básicos da população; o

restante da produção agrícola é voltado para a exportação. Embora os pequenos produtores tenham uma função estratégica na sociedade, eles foram abandonados pelo Estado, devido à política livre-cambista de Chicago.

O suporte técnico é feito pela AGRARIA, consistindo em um fundo de crédito rotativo e de assistência técnica às unidades produtivas. O trabalho de educação popular é feito pelo PIIE, com a organização dos grupos de pequenos produtores, com a formação de uma metodologia para a educação popular, com a formação de dirigentes das comunidades camponesas.

**P.**  O que é mais enfatizado, a assistência técnica ou o processo educativo?

**R.**  Tanto o PIIE como a AGRARIA têm a visão de que o trabalho junto aos camponeses é eminentemente educativo. Não adianta entregar um pacote de assistência técnica, não adianta manter uma relação técnico-assistencial. Isso foi feito no passado e não resultou em nada em termos de organização social. Queremos que os camponeses se apropriem, primeiro, de sua própria organização, segundo, dos insumos que lhes são oferecidos. E que desse modo tomem consciência de seu papel como sujeito social e como produtores de alimentos. É um trabalho combinado, em parte é produtivo, em parte é social e organizativo, em que os elementos da educação popular estão muito claramente estabelecidos.

**P.**  Qual é a abrangência desse trabalho?

**R.**  No momento, o projeto é desenvolvido em cinco regiões do país, desde o sul até a zona central. Atinge cerca de 1.300 famílias camponesas. Digo famílias porque, muitas vezes, a pessoa que responde pela produção não é o homem — devido à



imigração sazonal em busca de trabalho — e sim a mulher e os filhos.

P.  Qual é a metodologia utilizada?

R.  A metodologia se inscreve no contexto da educação popular. O que significa isso no nosso trabalho? Significa a seleção de zonas com base nos critérios que levam em conta a tradição de organização, as possibilidades produtivas, a existência de instituições, etc. Feita essa seleção da região, elabora-se um diagnóstico conjunto com camponeses e técnicos. Diagnóstico físico, educacional, familiar, organizacional, etc. Busca-se assim identificar os principais problemas da comunidade.

Em função desse diagnóstico se faz a programação da assistência técnica, da concessão do crédito em sementes e fertilizantes. Por outro lado, programam-se as atividades formativas e de organização, visando à preparação de dirigentes e na comunidade. Este programa é complementado com um estudo aprofundado das condições geológicas — água, solo, salinidade, etc. — a partir da própria experimentação. Esse é o desenho comum com variações específicas quanto aos produtos a serem cultivados.

P.  Em que sentido esse trabalho contribui para a democratização?

R.  Acreditamos que é uma perspectiva válida de trabalho, não só para o momento da ditadura, ou da transição para a democracia. Porque nós não pensamos que o regime democrático vai resolver todos os problemas. Por quê? Talvez pelo mesmo que está se passando no Brasil e na Argentina. Pois os regimes democráticos se deparam com uma grande demanda social, que ficou reprimida com as ditaduras militares, tornando-se explosiva. E o Estado não tem capacidade de responder a tudo. Nós achamos que a democracia se constrói agora, em termos de criar consciência, de estabelecer relações horizontais entre os grupos, eliminando o autoritarismo.

A existência dessas organizações não-governamentais, alternativas, pluralistas, também podem contribuir com respostas técnicas, experimentando modelos a serem aplicados massivamente. Não acreditamos que o Chile voltará a uma situação antiga, onde havia financiamentos para o desenvolvimento agrário, com recursos para a parte técnica e de insumos, tal como ocorreu no contexto da Reforma Agrária. Na atualidade, isso é muito difícil e será no caso da democratização, devido às mudanças que foram feitas na agricultura, sendo algumas irreversíveis. Como, por exemplo, a dinamização das culturas para exportação, frente à necessidade de se pagar a dívida externa. Isto cria um dilema, porque a produção de alimentos é feita pelo pequeno produtor, e é preciso alimentar a população.

Uma outra coisa importante é que, no Chile, na unidade popular, os camponeses sempre foram subordinados, tanto à Confederação Sindical como aos partidos políticos. O camponês jamais foi um ator importante, com sua voz. E isso é uma questão a levar em frente. Hoje em dia se fala muito num desenho democrático, em que a comunidade rural se-

ja importante, expressando o interesse do pequeno e médio produtor, do comerciante, etc. Um projeto participativo, em que a democracia acontece em pequenos espaços. Não em grandes projetos formulados pelo Estado, onde não haja participação dos camponeses.

De maneira que nosso trabalho tem sentido nesta perspectiva, que é produtiva mas com um sentido organizativo, com um sentido de consciência, de país, de valores democráticos, de projeto de uma sociedade nova.

P.  Você vê alguma limitação nesta proposta?

R.  Esse projeto democrático é criticável do ponto de vista de seu impacto, que é restrito: com 1.200 famílias não se está resolvendo nenhum problema massivo, nenhum problema estrutural. Entretanto, sua importância está na formulação de um modelo que pode ter aplicação massiva. Porque, se chegarmos a uma etapa democrática sem propostas, será muito mais fácil cair em uma situação de desarticulação, de anomia social. Enfim, uma situação propícia a outro golpe, pois nenhuma das democracias latino-americanas está segura, e não estará enquanto não tivermos sujeitos populares fortes.

P.  Quantos projetos existem no PIIE?

R.  Na instituição trabalham cerca de 25 pessoas, entre técnicos e os de funções administrativas. Estas estão envolvidas em 6 projetos de educação popular, em 3 projetos de escolas, e em 6 pequenos projetos de investigação social!

Os projetos de investigação são considerados fundamentais pelo PIIE. É pensamento institucional que é de extrema importância investigar as práticas de educação popular, porque, do contrário, essas práticas acabam por não ter nenhuma sistematização, nenhuma reflexão, e se perdem. Mas isto é difícil, porque as agências internacionais financiadoras não compreendem essa necessidade. Consideram muito intelectual, e querem ação, ação e ação. . . Nós temos insistido muito neste ponto, para que ao final das intervenções se tenha produzido algo sistematizado, para que se possa aprender e ensinar com as experiências, para que não se façam as coisas apenas pela intuição.





# A Experiência das 150 horas na Itália \*



### Origem da Experiência

No contrato de trabalho de 1973, os trabalhadores do ramo metalúrgico conquistaram o direito de utilizar 150 horas de trabalho, com a remuneração garantida, à formação cultural e geral:

“Os trabalhadores que querendo melhorar a própria cultura, e também a atividade da empresa, entendendo freqüentar cursos de estudos em institutos públicos, ou semelhantes reconhecidos legalmente, têm o direito de usufruir de uma licença com vencimentos, de um montante de horas por triênio, colocada à disposição de todos os empregados da firma. As horas a serem utilizadas ao longo do triênio são utilizáveis também em um ano só. Os trabalhadores que simultaneamente se ausentarem da empresa. . . não devem superar 2% do total dos empregados. As licenças com vencimentos podem ser requeridas num máximo de 150 horas por empregado em cada triênio. . . sempre que o curso, ao qual o trabalhador pretende participar, se desenvolva em um número de horas que seja o dobro daquela requerida como licença com vencimentos.”

Entre as categorias que renovaram o contrato de trabalho também naquele ano, outras 17 incluíram, no acordo trabalhista, normas particulares pelo direito ao estudo dos trabalhadores.

A primeira jornada de cursos foi freqüentada principalmente pelos trabalhadores metalúrgicos. A participação foi se alargando, conforme os números a seguir, que são para toda a Itália:

1974	—	957 cursos	—	19.800 trabalhadores
1975	—	2.250 cursos	—	40.000 trabalhadores
1976	—	2.250 cursos	—	100.000 trabalhadores

A partir desse último ano até hoje, a participação tem sido de 100.000 trabalhadores, em média, por ano.

Esta educação — que em outros países europeus faz parte da educação para adultos, promovida pelo Estado Social — na Itália será parte da estratégia geral da organização operária, que estabeleceu objetivos culturais, de gestão e de linhas de trabalho.

“As 150 horas constituem um momento da estratégia geral do sindicato, que teve as suas etapas fundamentais, desde 1968 até hoje, na luta contra as diferenças salariais, contra a organização do trabalho que é a base técnica desta divisão.”

\*CEDOS — C.SO Magenta 76 — 20100 — Milão.

Apresentado por Paola Melchiorri.



## Os Objetivos

As características desta experiência e seus objetivos são por isso formulados nos documentos sindicais daqueles anos:

- fortalecimento do poder de controle coletivo sobre as condições de trabalho e sobre o processo produtivo, na medida em que a formação não está subordinada à exigência da produção;
- realização de um crescimento cultural a ser usado coletivamente pelos trabalhadores; a conquista contratual deve ser um direito;
- exercitado e gerido para todos os trabalhadores e não uma norma que garanta privilégios a grupos particulares de trabalhadores;
- **momento de unificação dos trabalhadores**, não só na ligação entre trabalhadores de diversas categorias e de vários estratos sociais, mas sobretudo ao enfrentar problemas comuns da própria condição econômica e social, e procurar juntos as soluções. Esse momento torna-se importante, na medida em que a participação é aberta aos desempregados, aos subocupados, donas-de-casa, etc. Além de uma maior ligação com os estudantes;
- **reconhecimento por todos os trabalhadores do direito a uma escola**, a freqüentar cursos nos institutos públicos a fim de melhorar sua cultura. Esses cursos não devem ser uma mera cópia dos existentes nas escolas;
- **reivindicação de massa** no confronto com a escola em todos os seus níveis, de modo a superar o aspecto quantitativo e tornar-se uma demanda pela qualidade da escola e de sua função social. Trata-se de romper uma falsa mentalidade, a separação do mundo do trabalho da dinâmica das relações sociais e da luta de classes;
- no interior da escola do Estado a Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos (FLM) escolheu dar prioridade ao curso de recuperação da obrigação escolar,\* e também se organizou cursos monográficos nas universidades. Essa escolha teve a seguinte motivação:
  - “porque a conclusão da obrigação escolar é uma garantia da Constituição, mas é negada pela estrutura classista da escola;
  - porque o título da “terça média” (oitavo ano do currículo escolar) é um instrumento importante no mercado de trabalho, e que discrimina muitos trabalhadores;
  - porque a aquisição de um nível geral mínimo de instrumentos culturais é indispensável para a aprendizagem posterior” (calculava-se que 80% dos trabalhadores não tinham a “terça média”).

\*Obrigação escolar: refere-se à lei que estabelece a obrigatoriedade de estudo. Na Itália, a obrigatoriedade é até a escola secundária.

## A Gestão

Estes objetivos implicavam em que o sindicato fizesse uma escolha sobre a gestão. Somente os conselhos de fábrica, sendo as estruturas mais representativas dos trabalhadores, poderiam superar a tendência do uso individual por um lado, e por outro contestar as manobras dos patrões pelo uso empresarial das 150 horas, bem como assumir as escolhas que acusam a capacidade de conhecimento, de controle e de intervenção dos trabalhadores dentro e fora da fábrica.

A realização das 150 horas comportava também a escolha de âmbito: “não se quis escolher um âmbito totalmente autônomo, como nos cursos de formação sindical”.

### As 150 Horas na Escola do Estado

A aceitação da proposta sindical de organizar as 150 horas no âmbito da escola federal implicava a necessidade de entrar em acordo com o Ministério da Instrução Pública sobre a modalidade de gestão do curso, ou seja:

- o financiamento, o nº de cursos e a duração;
- a contratação dos professores, os tipos de formações e a situação jurídica dos mesmos;
- as salas de aulas e os equipamentos escolares;
- a organização dos cursos e o programa de estudo;
- a regulamentação da presença das intervenções externas e da presença do sindicato;
- modalidade de exame e das avaliações e a validação do diploma.

Nunca se conseguiu chegar a esse acordo, aliás cada um destes pontos ainda é motivo de divergências abertas entre as confederações sindicais e o ministro a nível nacional, e os sindicatos e a administração a nível provincial.

Os cursos são organizados, por definição do ministro, sob a forma de módulo. O módulo é constituído de quatro classes com cerca de 20-25 trabalhadores cada uma. Cada módulo dispõe de quatro professores, que se alternam nas classes de quatro horas semanais. Cada professor é responsável por uma matéria: Italiano, História, Matemática e Língua Estrangeira. Cada módulo prevê um coordenador didático que controla o andamento do curso, e junto aos professores o programa, depois de escutar os freqüentadores dos cursos.

É importante ressaltar que a normatização das 150 horas ainda não é regulada por lei, e sim por portaria ministerial que se renova a cada ano.

### As 150 Horas e os Patrões

Se a realização das “150 horas” encontrou muitos obstáculos nas escolas federais, o desenvolvimento dos cursos se deparou com um boicote ativo e contínuo por parte dos patrões. Em todos os lugares os trabalhadores se depararam com:



- rigidez e abuso da ressalva legal que permite a empresa não liberar mais que 2% de trabalhadores simultaneamente para fazer o curso;
- mudança de turno para ter a produção, ou para obrigar os trabalhadores a freqüentar a escola no seu tempo livre;
- ridicularização da seriedade dos cursos ministrados;
- não-pagamento do tempo de freqüência à escola no horário de trabalho;
- tentativa de corrupção e ameaças para evitar a freqüência à escola;
- transferência e mudança de trabalho.

Tudo isso teve a clara intenção não só de criar obstáculos ao desenvolvimento do curso, mas também de desestimular as futuras inscrições.

## As “150 Horas” na Universidade e na Escola Superior

A idéia era a de enfrentar o ingresso dos trabalhadores na escola secundária superior (equivalente à última etapa do 2º grau no Brasil) e na Universidade; como estabelece o documento sindical:

- “Devemos apoiar com firmeza os cursos e seminários desenvolvidos junto aos estudantes, sejam universitários, sejam secundaristas. Um de 100 horas ao longo de um ano pode ser realizado num período de 8 meses, com uma carga semanal de 3 horas. Podendo-se, assim, organizar cursos regulares, válidos também para estudantes matriculados nas faculdades ou nas escolas médias superiores, para as quais os cursos são reconhecidos no plano de estudos regulares.”
  - “A atenção aos problemas da organização do trabalho deve nos fazer enfrentar mais seriamente a possibilidade de utilizar as 150 horas, tanto na universidade como no secundário superior. Identificando com cuidado o tema dos cursos, para definir um plano prospectivo de estudo de mais longa duração e pesquisa, sobre o problema da organização que mobilize junto a delegado de fábrica, sindicalistas, técnicos, docentes e especialistas e que vejam numerosas colaborações destas duas últimas categorias, e assim uma utilização diferente da Universidade, dos Institutos Técnicos e da Escola Secundária Superior. Os Seminários junto à Universidade devem tornar possível não só uma aproximação informativa, e sim um trabalho coletivo de pesquisa, sobre problemas do ambiente de trabalho, da saúde, da medicina preventiva, da organização sanitária, etc., como também aspectos técnicos da organização do trabalho, problemas sobre linhas de política industrial, sobre a divisão industrial do trabalho, sobre o peso das multinacionais, etc.”
- E sobre muitos outros temas avançados.

## O Desaparecimento do Sindicato

A proposta inicial ao Ministério, de que fossem os trabalhadores junto com os professores os res-

ponsáveis pelo conteúdo e pelo programa de estudo, tinha como objetivo criar um espaço de discussão e de direção pelo conselho de fábrica sobre aqueles aspectos. Quanto ao conteúdo, deveria partir-se das necessidades sugeridas pelos trabalhadores, mas também considerar o patrimônio de conhecimento elaborado pelo movimento organizado dos trabalhadores, através da sua história de luta.

Neste sentido, a utilização das 150 horas era proposta para a contestação da tradicional divisão entre trabalho manual e intelectual, e conseqüentemente se escolheu privilegiar a recuperação da “obrigação escolar” para todos os trabalhadores.

Essa escolha demonstrou uma grande validade, independentemente da descoberta pelo sindicato da baixa escolarização, e também de analfabetismo, não só entre os mais adultos, mas também entre os jovens. A forte demanda e o empenho dos trabalhadores participantes dos cursos não estão ligados apenas ao interesse individual pelo diploma, mas também à procura de superar a subordinação social que tais trabalhadores não estão mais dispostos a suportar.

Foi fundamental para o sindicato ter colocado ao centro desta iniciativa esta faixa de trabalhador, principalmente porque ela não é limitada, na medida em que a mobilidade dos trabalhadores, tanto a nível dos setores industriais quanto da migração campo-cidade, é grande, e em geral com baixo nível de escolaridade.

Em segundo lugar, porque os cursos, além de incentivarem um maior desejo de informação, também fizeram crescer a consciência de classe, levando muitos à militância sindical, não só pelo ativismo, mas também para enfrentar o problema da exploração coletiva na fábrica e na sociedade. Este resultado conseguido deveu-se seja ao tipo de conteúdo escolhido, seja ao método dirigido a valorizar o aporte e a responsabilidade pessoal na superação do ensino tradicional autoritário.

Este espaço, entretanto, nem sempre foi ocupado pelo conselho de fábrica, e na atuação muitas vezes se limitou a coletar a demanda dos trabalhadores pelos cursos, sem seguir o desenvolvimento dos mesmos. Só depois da iniciativa de alguns militantes sindicais e professores pôde-se notar um maior empenho dos sindicalistas e de delegados de fábrica, mas ainda é difundida a concepção da atividade como secundária, ou como separada das principais, tal como são vistas a econômica e aquelas “mais políticas”.

A tarefa principal foi, assim, deixada aos professores.

## As 150 Horas Hoje

Atualmente, muitas coisas mudaram radicalmente:

- a abertura de cursos às novas faixas de adultos, às mulheres, aos jovens, aos estrangeiros, evidenciou uma nova e diferente situação, pois para estes grupos a tradição do movimento operário



não significa absolutamente nada, nem ele é hoje capaz de exprimir alguma hegemonia;

- no interior da classe operária mesma, as conquistas conseguidas e posteriormente relativizadas, embora não suficientemente, obrigam a rever completamente o conjunto de valores e atitudes tradicionalmente atribuído à classe operária.

A solidariedade, a luta, a miséria, e o trabalho visto como organizador da identidade não são mais facilmente atribuíveis a uma unidade homogênea da classe operária.

Findou o projeto que via a classe operária como o motor político da sociedade, e as organizações que a representavam estão em crise.

Por outro lado, qualquer discussão, ainda mais hoje, torna-se uma visão economicista ou redutiva que centra tudo sobre o trabalho, deixando de lado, ou considerando secundárias, outras dimensões importantes da vida, da cultura e do poder:

"Fascinados pela pesquisa do único fundamento, devemos necessariamente absolutizar o primado das relações de produção. Um primado que mais ou menos cancelou o empenho teórico-prático sobre outras dimensões da vida social. . . Deixou-se de lado assim uma infinidade de dimensões, a relação

homem-mulher, pai, filho, as festas, os costumes, o esporte, a cura do corpo, o senso de vida, a amizade, a viagem, os trabalhos domésticos, os vizinhos, as perversões. . . tudo aquilo que não é mais sujeito da rígida e visível organização!!

Ou seja, abandonou-se tudo aquilo que, normalmente, por ligar-se à dimensão do prazer e da sobrevivência é visto como "excesso cultural" próprio dos países ricos e individualistas."

É evidente que a situação italiana é incomparável e socialmente diferente da América Latina. Todavia, pelo processo de internacionalização cultural de massa e por questões de filiações teóricas, torna-se possível estabelecer discussões de alguns temas comuns.

---

OBS.: Em relação a esta experiência, deve-se salientar que o texto apresentado pela autora é vasto e rico em muitos outros aspectos. Não obstante, para contemplar um conjunto mais amplo de experiências teve-se que optar por uma visão geral da apresentação.





# Experiência de Formação de Base no Sindicato Italiano - Confederação Italiana dos Sindicatos de Trabalhadores - CISL\*

## Notas sobre a evolução da formação sindical<sup>1</sup>

A formação sempre teve um papel de notável importância na história da CISL. Basta lembrar o papel da Scuola Confederale Di Firenze, na preparação do novo grupo dirigente para o sindicato nascido em 1949 depois da cisão da CGIL.<sup>2</sup>

Para criar e reforçar uma organização nova que objetivava ser autônoma em relação aos partidos políticos, a CISL constitui e sustenta uma escola de quadros sindicais, voltada para formar quadros intermediários, dirigentes de federações nacionais e de uniões provinciais, bem como formar especialistas, por exemplo, em contratação coletiva.

Após a metade dos anos 60, a formação também é assumida como tarefa por algumas Uniões do Norte e pela maioria das categorias. O objetivo é o de preparar ativistas e representantes sindicais nas fábricas, com a finalidade de ter a presença direta do sindicato nos lugares de trabalho.

A explosão da luta sindical e a conquista do reconhecimento do sindicato nos locais de trabalho — através de assembleias, delegados, da hora de permissão sindical, etc. — determinaram a necessidade de aumentar a atividade formativa, que passou a ser programada e realizada de modo unitário, principalmente na FLM, a nova federação dos trabalhadores do ramo metal-mecânica.

\* V. Le Monte Grappa 18 — 42100 — Reggio Emilia.

Apresentado por Pippo Morelli.

A CISL é uma central sindical de origem católica. Coloca-se entre as três maiores centrais, ao lado da Confederação Geral Italiana dos Trabalhadores e da União Italiana dos Trabalhadores.

<sup>1</sup> Particularmente na CISL e FLM (Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos)

<sup>2</sup> Sindicato Unitário criado depois do fascismo pelas principais forças políticas: socialista, comunista e democrata-cristã.

O rápido crescimento no início dos anos 70 coloca vários problemas às organizações sindicais:

a) a exigência de preparar um grande número de delegados de fábricas para desempenharem o novo papel de representantes nos locais de trabalho;

b) responder à demanda formativa de jovens não-sindicalizados e despolitizados. Por outro lado, o esforço para construir um sindicato unitário havia levado a FLM a superar as ligações com os partidos políticos — através da incompatibilidade entre cargos sindicais, partidários e da administração pública — e a procurar uma linha própria de elaboração política através de seu Centro de Estudos, Jornais e Revistas, além de uma difusa atividade de formação;

c) enfrentar o crescimento cultural de um grande número de trabalhadores decorrente do movimento "150 horas".\*

A partir de 1975 inicia-se uma grave crise econômica, com várias conseqüências, cabendo destacar a reestruturação em todos os setores industriais devido à concorrência internacional, resultando na redução do emprego e levando os trabalhadores a recorrerem à "Cassa Integrazione". Por outro lado, a Confederação havia ativado a luta reivindicatória pela reforma social — sanitária, fiscal, etc. — ainda não realizada no país, e que uma situação de crise serviria para superar a injustiça social.

Sustentou-se, então, um papel político do sindicato pela reivindicação de uma nova política econômica, e mesmo de um novo modelo de desenvol-

\* Vide texto A Experiência das "150 Horas" na Itália.



vimento, que teve sua elaboração mais ampla na Assembléia EUR de 1978.

A crescente politização do sindicato provocou reações da parte de forças políticas, tanto do governo obrigado a responder a um interlocutor não natural, como da oposição — do PCI principalmente — que viu ser ocupado o terreno clássico da contestação e da mediação política. A politização acentuou a divergência entre as Confederações Sindicais, e também no interior da CGIL entre comunistas e socialistas, e fez emergir mais freqüentemente o dissenso não só nas relações com o "quadro político", mas também entre as próprias posições sindicais.

Como conseqüência surge a necessidade de recomençar a formação das organizações, particularmente pela CISL, dada a sua identidade política, frente à necessidade contínua de elaborar a sua política e de orientar os seus quadros e militantes. Desenvolve-se então a formação de Formadores e, além disso, a preparação de um elevado número de **OPERADORES** sindicais para ativar uma campanha de formação dos trabalhadores em todos os níveis.

Para desenvolver esse processo formativo, muitos achavam que seria suficiente difundir o método da animação, que em conseqüência a formação cresceria espontaneamente, na medida em que o entusiasmo dos trabalhadores teria como contrapartida no momento de formação a sustentação de uma política de mudança, tanto nos lugares de trabalho quanto na sociedade.

Esse processo encontrou limitações nos fatos, porque os formadores muitas vezes encontraram dificuldades de exercerem o seu papel, seja porque a organização para sustentar sua plataforma geral tinha necessidade de iniciativas de socialização — assembléias e manifestações — e não de reflexões, seja porque muitas organizações sindicais não faziam formação, e por conseguinte não utilizavam sua contribuição.

## Da Formação Aparente à Formação Dirigida

Nesse momento de crise surgiu em algumas organizações sindicais — precisamente na categoria industrial e em algumas regiões do Norte — a consciência de orientar em termos precisos a atividade formativa, tanto para evitar grandes diferenças entre sua realização e proposta, como para superar uma formação meramente de fachada.

Tratou-se, então, de elaborar a programação da formação baseada nas seguintes fases:

— **Análise da Demanda.** Visando identificar as prioridades de formação, seja das bases, dos quadros e militantes, seja dos dirigentes.

— **Elaboração do Plano de Formação.** Voltado para os responsáveis política e didaticamente pela formação. Implicando um debate com os organismos dirigentes, para que as decisões sejam assumi-



das e feitas de acordo com as prioridades da organização.

— **Projeção Aprofundada do Roteiro Formativo.** Para precisar os objetivos políticos, didáticos, os destinatários, o conteúdo e o material.

— **Avaliação Periódica da Atividade Formativa.** Voltada para o acompanhamento das atividades para ver a coerência com o plano e os objetivos, e os seus resultados junto aos militantes.

Os esforços neste sentido já demonstram alguns resultados positivos nos seguintes aspectos:

a) Uma orientação mais clara da formação servindo aos trabalhadores e à organização. Formação esta que se volta para uma preparação para tarefas e papéis específicos. Por exemplo, o Contratualista, o Formador, o responsável organizativo, etc. — ou para difundir uma cultura sindical com o objetivo de favorecer o crescimento cultural e a capacidade de análise, de modo a superar o "saber fazer" pelo "saber ser".

b) Um papel principal e não secundário da formação, de modo que seja um momento autônomo de reflexão e avaliação, contribuindo para a elaboração da política da organização.

c) Um papel mais claro dos Formadores, que nos planos têm a responsabilidade de desenvolvê-los e geri-los no que respeita aos seus conteúdos, ao tempo de realização, ao método, aos relatórios e animadores envolvidos.

## O Novo Projeto Educativo para os Delegados de Base

Sem generalizar, já que a experiência ainda está restrita a algumas organizações sindicais, pode-se



indicar os projetos em realização, seus objetivos e sujeitos envolvidos.

Quanto ao objetivo geral, é o da transformação — da fábrica, do sindicato, da sociedade — partindo da mudança do modo de atuar dos sindicalistas, desde aquele da base até o dirigente nacional.

A primeira experiência deixou claro que uma nova preparação do sindicalista e militante de base não pode ser feita somente com um curso, ainda que de longa duração, mas sim com base em um roteiro formativo feito de momento de estudo, de experiência de trabalho, de período de pesquisas, sempre acompanhado pelo Centro de Formação.

Esta junção do estudo com a experiência permite uma relação entre os diversos níveis de atividades sindicais e entre diversos sujeitos sociais: da formação de base pode-se passar, com base em uma seleção efetuada sobre a experiência, ao curso de delegado sindical, ao curso de operador sindical em tempo integral e ao de especialista setorial.

Os cursos de base dirigidos aos militantes são pensados para preparar o delegado de fábrica em diferentes funções:

— **Contratualista.** Ou seja, para aqueles delegados que há tempos realizam os contratos com as empresas. Para esta função, atualmente é necessário se conhecer as rápidas transformações do processo produtivo, das mudanças organizacionais, e as consequências destas sobre o trabalho, sobre as condições de trabalho e sobre as relações sociais.

Atualmente, não é suficiente usar a força na relação com o patronato, mas, ao contrário, a habilidade contratual baseia-se no conhecimento e na capacidade de controle contínuo e da gestão. Por isso, o conteúdo desse curso é essencialmente técnico: do cálculo da produtividade à técnica produtiva, da aplicação da nova tecnologia ao conhecimento da informática, etc. Não é necessário um aprofundamento, que requeira longo tempo de formação, mas sim o suficiente para perceber as mudanças.



— **Responsável pela organização a nível de fábrica.** Voltado para os militantes que desempenham o papel de ligação entre os grupos operatórios e o sindicato. O objetivo é preparar para um trabalho mais eficaz, seja de anelação coletiva — modo de dirigir reuniões e assembléias, organização de formas de lutas e protestos, etc. — seja de relações pessoais, de preparação e coordenação dos militantes, e principalmente de organização das várias formas de formação dos trabalhadores.

— **Adido de serviço.** Dirigido a militantes das organizações que têm como função atividades de apoio ao sindicato no local de trabalho. Como, por exemplo, as questões previdenciárias e fiscais, problemas habitacionais e sanitários, etc.

— **Formação de aposentados.** Algumas destas atividades têm a participação dos aposentados, como forma de evitar a marginalização de um crescente número de trabalhadores anciãos que muito podem contribuir com a atividade social. Com tal objetivo, em 1985, foi feito um programa de formação para um grande número de aposentados: cerca de 120 animadores para iniciativas de formação cultural e recreativas, outros 60 para atividade de política social e previdenciária, 80 para coordenação organizativa das atividades dos anciãos. Em 1986, já se atuou em 12 cursos a nível inter-regional e 80 a nível local.

## Os Sujeitos Envolvidos

Nos últimos anos existe uma grande troca dos delegados e militantes de base. Um grande grupo de anciãos, ligados à CISL desde o seu nascimento, e que participaram de todas as fases de lutas e crescimento do sindicato, chegaram à idade da aposentadoria. Os grupos que cresceram nas lutas políticas de 69-73, em parte passaram para atividades políticas, outros ao empenho sindical em tempo integral, ou ainda em parte tornaram-se incapacitados de se reciclarem às mudanças ocorridas.

Na atualidade, é preciso se dirigir aos ativistas e militantes jovens, sabendo que é mais difícil encontrar quem se empenhe e que tenha uma formação política precedente. Em grande parte os jovens que se interessam pelo sindicato o fazem com uma visão existencialista de quem entende seguir — ainda que com empenho — uma experiência por dois ou três anos, para depois passar a outra.

Com estas dificuldades não podemos pensar em um número suficientemente estável de quadros e militantes sindicais. É preciso então um grande esforço de aproximação, preparação, mobilidade e troca, através de uma difusa ação formativa e uma política organizativa voltada à orientação e à sustentação do voluntarismo militante. Por tais motivos, estamos nos voltando a uma atualização dos quadros sindicais em tempo integral, para sustentar uma maior especialização e um papel diferente do tipo "tudo faz", principalmente de ajuda às funções e atividades dos militantes e delegados de base.



Para desenvolver o trabalho sindical, além das formações indicadas, está-se promovendo a reorganização dos FORMADORES em seus três níveis de preparação e função:

— ANIMADOR — Que conheça o método ativo do processo de formação e é capaz de conduzir o trabalho do grupo no qual se desenvolve o curso de formação. Sua função é desempenhada normalmente junto aos delegados e militantes de base.

— FORMADOR — É escolhido dentre os animadores com mais experiência e capacidade e que teve uma atualização sobre os conteúdos — contratação, organização, serviços — com o objetivo de traduzi-los em termos didáticos, e de acompanhar a experiência do delegado de base durante o processo de formação.

— COORDENADOR DE FORMAÇÃO — Que tem a responsabilidade de atuar no interior da estrutura sindical. São normalmente membros da Secretaria, quando não sindicalistas que dedicam todo o tempo à atividade formativa, porque devem acompanhar todo o processo formativo e responder por ele junto às organizações sindicais. Insistimos que haja em cada secretaria um responsável pela formação, que às vezes é o próprio Secretário Organizativo e, em outros casos, o Secretário-Geral, quando se quer atribuir importância prioritária à formação.

Nesta estrutura organizativa a Escola Confederal de Firenze e Toronto joga um papel fundamental. Ela é responsável pelos cursos de mais alto nível, além de dar suporte a todo trabalho de pesquisa e reflexão sobre problemas de formação, e de elaborar o plano anual. Porém, sem invadir a autonomia dos órgãos sindicais, pois sua responsabilidade é na execução.

## As Principais Dificuldades

Não obstante a experiência com a CISL seja positiva em vários aspectos, existe a dificuldade da subvalorização da atividade formativa que até agora é marginal e não uma "função" constante do sindicato, ainda que em alguns momentos adquira prioridade.

As principais dificuldades encontradas na relação entre formação e organizações sindicais são as seguintes:

- a visão que atribui a função formativa à vida associada nos lugares de trabalho, onde a atividade comum é vista como sendo propriamente educativa, realizando um "adestramento" por vizinhança entre os mais velhos experientes e os jovens. Nesta visão, não se leva em conta a fragmentação do trabalho nas grandes empresas, a descentralização progressiva das empresas, e a dificuldade de se desenvolver um trabalho organizado na pequena empresa.
- A visão que entende a formação como um momento de difundir as idéias e a política do sindicato, e por conseguinte desenvolvida de modo diretivo e catedrático. Os que têm essa visão se

opõem com tenacidade ao método ativo.

Estes são os principais obstáculos ao se difundir uma formação não "para o trabalhador" e sim "com o trabalhador". Além disso, a própria experiência que se desenvolve de uma nova formação evidencia alguns limites:

- quando não se realiza uma relação orgânica entre as fases de programação-decisão e as de atuação-verificação. Ou seja, mesmo em se conseguindo bons resultados nos contratos de trabalho como exemplo, em se tratando das pessoas em formação, torna-se difícil fazê-las entender a ligação existente entre o momento de programação e o das lutas levadas nas atividades sindicais;
- podem ocorrer contradições entre estratégias diversas, como em 82-84, quando uma estratégia sindical muito centralizada (em acordo com o governo) enfraqueceu a ação contratual descentralizada e, por conseguinte, teve influência significativa sobre a formação da periferia, tanto a nível da fábrica quanto dos problemas relativos às questões territoriais;
- quando não se realiza esse processo integrado entre a formação e a organização (p. ex., a marginalização de centros de estudos);
- às vezes, os quadros melhor preparados entram em crise por não encontrarem coerência entre o que é dito nos cursos e o que se realiza na atividade sindical;
- ainda não é funcional a relação entre os diversos momentos da formação, bem como não é percebida pelo conjunto da CISL a exigência de se estabelecer uma ligação com outras atividades formativas, como a formação profissional e principalmente a educação popular, utilizando diferentemente o instrumento contratual das 150 horas, e fazendo pressão sobre o governo e entidades locais para retomar os cursos de educação para trabalhadores adultos adequando-os às atuais exigências.

A formação pode favorecer a descoberta das dificuldades atuais e lançar uma mensagem do novo modo de ser e agir do Sindicato. Porém, para isso é necessária a vontade das organizações buscarem novos militantes e de renovarem os atuais, e de preparar uma mensagem do novo modo de ser e agir do Sindicato. Porém, para isso é necessária a vontade das organizações buscarem novos militantes e de renovarem os atuais, e de prepará-los para novas tarefas e empenhos, não só a nível experimental e de forma descontínua, e sim através de um processo difuso de elaboração e realização.

Por isso, a formação de militantes em sindicatos democráticos somente pode ser realizada se existir uma difusa formação de base, dirigida tanto a melhorar a presença sindical nos lugares de trabalho, quanto ao desenvolvimento da relação entre trabalhadores e sindicatos, e entre militantes e quadros sindicais.

Formação sindical, educação de adultos, nova cultura da organização, constituem também para o sindicato um cruzamento essencial para a sustentação de uma fase de verdadeira transformação.



# O Movimento: Primeiro Trabalho da Associação Católica dos Trabalhadores Italianos - ACLI\*

## A ACLI

A experiência associativa da ACLI se coloca prioritariamente no mundo do trabalho, através de múltiplas iniciativas de solidariedade que têm os trabalhadores como protagonistas.

O movimento aclista volta-se atentamente para a questão da formação, especialmente neste momento de vasta transformação social, cultural e moral do país. Dentre os objetivos gerais da formação aparecem:

- O **crescimento pessoal** — em termos globais e sobre as várias vertentes: cultural, política, religiosa, moral e física.
- O **crescimento político** — sempre traduzindo as exigências pessoais ou de grupo em demanda social auto-organizada e programada.
- Coerência entre mensagem e a prática do movimento, o que requer que os momentos de formação constituam processos ligados a concretas experiências sociais e de participação política.

## Profissionalização-Aquisição de competência e Habilidade Especializada

Recentemente, vem sendo desenvolvida uma particular experiência de caráter formativo e social. Tal iniciativa assume o estilo de um movimento-serviço, promovida pela ACLI, porém aberta a outras colaborações, tendo os jovens como protagonistas.

### O "Movimento Primeiro Trabalho"

A **orientação básica do movimento** — A ACLI escolheu o trabalho como um dos seus projetos prioritários para o triênio 1985-1987. Uma escolha ba-

seada no conhecimento cultural, social e político do papel do trabalho para o homem, e também o trabalho como medida histórica da justiça.

As idéias-mestras do projeto são as seguintes: uma política equilibrada de desenvolvimento, que valorize todos os recursos e que preveja medidas legislativas e contratuais, de modo a bloquear a progressiva marginalização da área e dos sujeitos mais expostos às contradições, na atual fase de reestruturação produtiva; o desenvolvimento de experiências de trabalho associado, cooperação e autogestão que têm notável potencialidade de gerar empregos e de melhorar a qualidade de vida.

Dentre as condições indispensáveis para o desenvolvimento destes objetivos, encontramos: a retomada da prática de unidade de ação do sindicato na sustentação de um papel que não se oriente apenas para os aspectos salariais, e sim para todos os aspectos relacionados às transformações que estão ocorrendo; com relação à competência do Parlamento, a realização de um eficaz diálogo sobre o mérito da reforma social e da administração da economia, e o aprofundamento das mudanças ocorridas no campo do trabalho e de suas conseqüências sobre a sociedade e sobre a qualidade de vida; impõe-se também a necessidade de uma aliança, principalmente com os sindicatos.

O "Movimento Primeiro Trabalho" não é uma nova associação, nem é um sindicato, nem um escritório de emprego. É, sim, uma experiência concreta de solidariedade com jovens e entre jovens. O Movimento tem como orientação de fundo a visão de que nem o Estado nem o mercado são capazes de, sozinhos, desenvolver uma política que aumente a oferta de empregos. Esse objetivo exige o esforço da sociedade civil, e que tenha como prota-

\* Via Tevere 37 — 30035 — Mestrino (PD).  
Apresentado por Patrizia Ortile.



gonista os jovens, os trabalhadores e os desempregados, visando uma transformação qualitativa da sociedade, através do trabalho.

## As Atividades do Movimento

O "Movimento Primeiro Trabalho" não pretende "vender a ilusão" de que pode oferecer um trabalho a todos que tenham essa necessidade.

O projeto se propõe a ser uma experiência de encontro, de crescimento da solidariedade, de experimentação e de formas de trabalho associado.

Através do Movimento, são oferecidos quatro tipos de serviços:

- 1) *Serviço de formação* — Voltado a criar condições de uma melhor inserção no mercado de trabalho, e a um maior conhecimento do próprio direito a um posto de trabalho. Para este serviço, conta-se com a competência técnica do ENAIP, tratando de orientar seu patrimônio técnico-educativo para as novas demandas.
- 2) *Serviço informativo* — É feito através de uma agência que recolhe informações sobre concursos e sobre a possibilidade de trabalho no setor privado.
- 3) *Serviço de tipo "job creation"* — Procura favorecer o nascimento de novas empresas, de novas experiências de trabalho e de cooperativas. Para este serviço, o instrumento na ACLI é o Setor de Cooperação, que desenvolve um esforço no sentido de criar agências de serviço — fiscais, financeiras, organizativas — para novas empresas e cooperativas de jovens. Este é um setor em ampla expansão e que é capaz de gerar novas oportunidades de emprego.
- 4) *Serviço de proteção ao trabalho* — Voltado para os jovens que já estão trabalhando e que não conhecem ou não fazem valer os seus direitos. Neste sentido, está se incentivando o papel do "defensor cívico", que tem como função tutelar os trabalhadores que se encontram em situação de trabalho difícil, sem a devida cobertura do sindicato.

Como resultado dos serviços do Movimento, já se conta com as seguintes cooperativas de trabalho:

- ARIETE — Cooperativa têxtil e de produção de roupas
- INSIEME SI PUO - Cooperativa Financeira
- AIES — Cooperativa de serviço para empresas agrícolas
- LIVRARIA — Cooperativa cultural e de venda de livros
- VENETE — Cooperativa de solidariedade social.

Ainda em fase de constituição encontram-se as cooperativas:

- Serviços administrativos empresariais
- Gráfica publicitária e serviços de congressos
- Serviços domiciliares e de assistência.

## A Estrutura Organizativa

O "Movimento Primeiro Trabalho" constituiu-se, portanto, de um conjunto de iniciativas voltadas a criar a solidariedade na procura e na promoção do trabalho.

Para desenvolver seu projeto, ele conta com a seguinte estrutura organizativa:

- *Uma sede* — Que é um local físico, onde os jovens encontram pessoas que podem escutá-los e oferecer informações. Nesta sede se localiza a Agência de Informações, e se realizam as reuniões e encontros. Tem-se a preocupação de que o jovem não esbarre com uma estrutura burocrática, mas sim um lugar que o ajude a enfrentar o seu problema.
- *Cooperativa de trabalho* — Nasceu com base na capacidade profissional dos jovens que se dirigem ao centro para o primeiro trabalho.
- *Cooperativa de Poupança Familiar* — Tem como objetivo envolver os pais dos jovens, tratando de criar um pequeno "BANCO MÚTUO" que garanta a liquidez necessária à cooperativa de trabalho, e se apresenta como uma forma de solidariedade social ao trabalho, um "fundo de solidariedade".
- *Agência* — Prepara seminários e cursos de formação sobre diversos aspectos do mercado de trabalho, recolhe e distribui informações, desenvolve atividades de suporte para os concursos, realiza pesquisas sobre o trabalho na região, cria um ponto de encontro entre a demanda e a oferta.
- *Jornal* — É um instrumento de ligação entre todos aqueles que aderiram ao movimento, e um modo de tornar conhecida a atividade.

Fazem parte da estrutura organizativa do movimento os seguintes organismos:

**Grupo Promotor:** constituído pela ACLI, Pastoral do Trabalho e outros.

**Grupo Executivo:** É o organismo que gere concretamente as iniciativas. Dele fazem parte os promotores e os jovens que aderem ao movimento e que têm disponibilidade e competência.

**Assembléia dos Aderentes:** Reúne-se mensalmente para discutir as iniciativas.

**Grupo de Trabalho:** É constituído sob objetivos concretos.

## As Dificuldades

A insensibilidade dos governantes, nem sempre atentos ao empenho do movimento e ao seu papel específico na sociedade, é um dos obstáculos enfrentados. Também em relação aos jovens, encontra-se a mentalidade assistencialista, impedindo a ação conjunta por um caminho da solidariedade através do trabalho.

Deve-se ainda ressaltar, também, que se pode notar uma certa indiferença das famílias, que só muito lentamente aceitam o dever urgente de investir tempo e recursos para o trabalho dos filhos.



# A Experiência dos Consultórios Familiares\* - Milão

## O Contexto Social

Os Consultórios Familiares\*\* foram instituídos na Itália com a Lei nº 405 (27/09/75), que estabeleceu a criação de um serviço sócio-sanitário que tem como finalidade a assistência à família e à maternidade. A lei nacional foi seguida pelas leis regionais que estabeleceram as normas para a programação e gestão deste serviço. Na região da Lombardia, a lei precisa como finalidade deste serviço: a educação sexual, a procriação livre e consciente, a assistência à maternidade, à infância e à família. Por outro lado, a lei de interrupção voluntária da gravidez dá aos Consultórios Familiares a tarefa de desenvolver uma ação de apoio e de prevenção neste campo.

Em Milão, existem 20 Consultórios Familiares, um em cada zona administrativa. Esta é a principal cidade da Lombardia, com alta concentração industrial, tendo cerca de 1.560.000 habitantes. Nos últimos anos o crescimento populacional se estabilizou, após um grande crescimento nos anos 60-70, devido à maciça imigração, principalmente do Sul do país.

A partir dos anos 30, houve uma progressiva expulsão da indústria para a periferia, com uma terciarização do Centro povoando o deslocamento da faixa operária. A consequência disto foi o crescimento da habitação popular na periferia da cidade, sem a adequada criação dos serviços de infra-estrutura urbana. Ao mesmo tempo, ampliou-se a rede de transporte urbano — Metrô — crescendo a edificação residencial em outras zonas.

As vinte zonas de descentralização administrativa em que está dividida a Cidade são por isso bastante heterogêneas do ponto de vista social e econômico, com alguns bairros sendo principalmente de moradia popular, outros de setores de renda média, e outros mesclados.

Os Consultórios Familiares prestam serviços aos moradores dos bairros, das zonas das quais fazem parte.

Os agentes de cada Consultório são: assistente social, psicólogo, advogado, ginecologista, assistente sanitário, obstetra e uma secretária. Todos os serviços são gratuitos.

Em cada Consultório Familiar existe um Comitê de Participação e Gestão Popular, composto de sete elementos eleitos em assembleias das usuárias, de representantes dos operadores, das associações femininas, do distrito escolar, da comunidade religiosa, do grupo de adoção da zona e da associação de bairro.

## Uma Breve História da Experiência

Nos anos 70, iniciou-se na Itália um grande debate sobre o tema da saúde, que surge principalmente das lutas conduzidas pelo movimento operário contra a insalubridade dos lugares de trabalho, e pelo desenvolvimento da medicina preventiva, entendida como luta contra as causas sociais das doenças.

Esta concepção de saúde, não como ausência de doença, e sim como bem-estar físico e psíquico, tem como sujeitos protagonistas principalmente os trabalhadores e as mulheres.

Para as mulheres o conceito de saúde assume de fato uma problemática específica: significa estar bem, viver plenamente a capacidade física e psíquica, na fábrica, na família, nas relações interpessoais. Essa visão implica trazer para a política um problema antes confinado à questão pessoal (maternidade, sexualidade, etc.).

Nasceram, no interior do movimento feminista, centros de saúde para mulheres, com projetos e realizações diferentes entre eles, mas que têm em comum o fato de serem geridos pelas mulheres, e de

\*Apresentado pela Drª Marina Ruspa.

\*\* Via Plebiscito 7 - 21052 - Busto Arsizio (VA).



privilegiar uma tomada de consciência pelas mulheres dos problemas ligados às condições femininas.

Nestes centros se pratica a auto-ajuda e a auto-visita como forma de reapropriação do próprio corpo e da gestão da própria saúde. Esta prática da medicina coloca em questão o papel do médico, do técnico, vistos não como depositários da ciência e do poder, aos quais delega-se a gestão da saúde. A instituição dos Consultórios Familiares acontece também como conseqüência dessas pressões e lutas por uma medicina que veja a mulher como protagonista.

A Lei nº 405 nasce mediada por uma ideologia diversificada (feminista, laica, católica), bem como de várias tendências culturais, entre as quais a da aquisição do direito de tutela da saúde pela mulher, a da possibilidade de fazer escolhas conscientes e participativa sobre a sexualidade e a procriação, mas também da afirmação sobre a necessidade de apoiar a família e sua problemática. Estes diversos aspectos da lei a tornaram extremamente complexa e ampla e contribuíram para a sua ambigüidade e para a extrema diversificação nas escolhas dos objetivos.

No momento da criação dos Consultórios Familiares, teve grande peso a participação das mulheres e das forças sociais e políticas mais avançadas, com suas lutas pela realização e pela definição dos conteúdos destes serviços. As peculiaridades que fazem os Consultórios diferentes dos outros serviços são:

— o caráter sócio-sanitário: que sublinha uma concepção global de saúde como um complexo de condições físicas e psicológicas, fruto das condições sexuais e sociais de cada um. A integração dos vários aspectos é feita através de um trabalho multidisciplinar que é premissa indispensável a um novo relacionamento, não mais de poder e delegação entre usuário e agente;

— a ótica da prevenção para eliminar as causas das doenças e mal-estar;

— a gestão social, com ativa participação dos usuários através do comitê de gestão, participando da programação e da realização das atividades. Essa participação é fundamental para que as questões do território façam parte do Consultório e incidam sobre a organização, evitando velhos modelos de soluções preconcebidas.

A realização e a defesa do funcionamento dos Consultórios com esta concepção de saúde comportaram e comportam muitas dificuldades. Por um lado, devido à heterogeneidade dos agentes, tanto a nível da formação cultural e ideológica, quanto profissional. Por outro lado, devido ao comitê de gestão, ameaçados em sua vitalidade e funções, dada a queda da participação social após os primeiros anos de funcionamento. Por último, as dificuldades decorrentes da mudança de gestão do serviço, resultantes de mudanças na gestão pública. Exemplo disso foi a orientação das unidades locais, no início dos anos 80, provocando o desaparecimento de inúmeros comitês.

As atividades desenvolvidas nos Consultórios Familiares ligam-se à contracepção, à preparação e assistência à maternidade, à interrupção voluntária da gravidez, à relação de casal, aos problemas dos filhos, ao problema do menor em dificuldade (tutela, adoção). Neste sentido, são desenvolvidas também atividades de informação sanitária, social e sexual no território (escola, lugares de trabalho, centros sociais).

Principalmente devido à atividade no território, tem-se trabalhado em colaboração com as forças políticas e sociais, especialmente com os sindicatos. Quase todos os Consultórios de Milão tiveram participação nos cursos das "150 horas", e em cursos de educação permanente sobre temas específicos. Na escola, a intervenção se faz no maternal com programação para pais e professores, e no segundo grau diretamente com os alunos. Além disso, o Consultório constitui-se num espaço coberto disponível para grupos de mulheres, de adolescentes, etc. que querem confrontar-se com a problemática da saúde.

Na questão "materno-infantil", os Consultórios, em alguns casos, operam em estreita colaboração com outros serviços públicos como consultórios pediátricos e serviço de orientação psicológica à adolescência. Quanto ao problema da adolescência, a cooperação se faz principalmente com grupos voluntários ligados à Igreja.

As relações com os "órgãos oficiais" e com os partidos se dão de forma mais institucionalizada através da Direção do Consultório. Em termos gerais, pode-se notar uma dificuldade na relação com os partidos católicos e com a igreja oficial, que tendem a identificar o Consultório como "lugar em que se faz aborto", e a atacar o serviço, ignorando propositalmente a ação preventiva desenvolvida.

## Sujeitos Sociais

É importante notar que após o movimento inicial de grande participação, há uma tendência nos últimos anos de se delegar aos agentes a elaboração dos programas e a condução dos serviços. O comitê de gestão tem um papel, sobretudo, de promoção e publicidade, e de intervenção na definição da política de serviço dos Consultórios.

As atividades dos Consultórios são desenvolvidas pela equipe de agentes, que em muitos casos defrontam-se com usuários que demandam serviços médicos de caráter individual, sendo difícil respondê-los em termos diferentes.

A relação com a direção dos Consultórios, em muitas situações, é pouco clara na definição dos recíprocos espaços de intervenção, dificultando o desenvolvimento do trabalho. É da parte dos órgãos responsáveis pela direção geral, não existe um projeto global para os Consultórios, porque cada realidade, mesmo com problemas semelhantes, age de maneira bastante autônoma, é deixada ao voluntarismo dos agentes.

O financiamento das atividades é estatal, gerido pela Região através da Unidade Sanitária Local



(USL). Cada USL decide a utilização do fundo, em geral através das propostas dos agentes e do Comitê de Gestão.

## **Avaliação e Metodologia da Experiência**

A avaliação, tanto quantitativa como qualitativa dos Consultórios, é bastante dificultada pelas complexas finalidades dos serviços, faltando instrumentos específicos para avaliar a resposta da população.

É possível, entretanto, extrair algumas indicações relativas aos usuários, que têm aumentado a cada ano, com um crescimento percentual de usuários da própria zona em que se localiza, o que demonstra uma imagem positiva. Houve também uma mudança tendencial da demanda: no início tendiam a prevalecer pedidos de visita ginecológica e consultas individuais, atualmente emergem problemas mais complexos, de casal e relativa aos menores, com aproximação gradual dos homens ao serviço. Outro dado importante refere-se ao crescimento dos estratos sociais mais baixos, ao alargamento da faixa etária, com um envolvimento maior de adolescentes.

No trabalho dos Consultórios, privilegia-se o momento de grupo, levando em consideração o objetivo fundamental: a circulação da informação e a socialização das necessidades e da problemática. Nos grupos, são utilizadas várias metodologias: discussão, informação através de material audiovisual, relaxamento e o autoconhecimento do próprio corpo. A publicidade das atividades, seja no Consultório, seja no território, é feita através de cartazes, panfletos e através de cartas aos usuários.

Há onze anos da criação dos Consultórios, em um momento em que a pressão social se faz sentir menor, o problema mais próximo e vivo é o de manter a potencialidade, a função de estímulo a uma tomada de consciência e socialização do problema e não acabar sendo um simples ambulatório.

## **As Principais Dificuldades**

Dentre as principais dificuldades a serem superadas, destacam-se:

— A falta de um projeto cultural global, que leve em consideração as características imprescindíveis do Consultório: a visão da pessoa na sua totalidade, a socialização dos problemas, a disponibilidade de aceitar novas demandas e elaborar respostas adequadas.

— O problema de tornar o Consultório um espaço aberto aos usuários, seja no reconhecimento dos grupos que já têm uma demanda elaborada, seja no estímulo a novos grupos que responsabilizem os sujeitos, de modo que estes cheguem a definições das próprias necessidades e problemas.

— A necessidade de superar a inércia cultural que leva o usuário a colocar a sua demanda como individual e subordinada aos agentes, fragmentando

sua própria globalidade psíquico-física. Inércia cultural que diz respeito também aos agentes, acostumados pela formação a responder com instrumentos individuais, dirigidos e isolados por especialização.

— A falta de coordenação entre agentes e Comitê de Gestão, que seja um momento de gestão, porém também de estudo, pesquisa e formação.

— A dificuldade de elaborar instrumentos adequados para identificar as necessidades reais do território, com o objetivo de desenvolver uma eficaz ação preventiva.

— A dificuldade de conseguir com a propaganda uma informação dirigida a sujeitos de "maior risco".

— A necessidade de se deixar um espaço sempre maior às atividades externas, nos lugares de trabalho e nas escolas, para iniciar a elaboração de uma nova cultura da saúde e na visão diferente da sexualidade.

— A importância de potencializar a gestão social, contribuindo utilmente para colocar em crise o velho modelo operacional e funcionando como "memória" ativa e não ritual dos valores que as mulheres atribuíram ao Consultório, e como forma de chamar a atenção constante para o problema da saúde, que não pode ser enfrentado de forma exclusivamente técnica.

O Consultório é um serviço que pode fazer cultura, que pode criar as premissas para as mudanças, oferecendo um instrumento que seja capaz de tornar a problemática individual num momento de debate e de socialização.





# Comunidade Popular de Caivano\* - Nápolis

## Contexto Social e Origem da Experiência

O terremoto que atingiu Nápoles em 1980 deixou como uma das suas conseqüências a destruição de muitas habitações populares. Muitas famílias foram compulsoriamente habitar comboios em campos de **containers**, outras acresceram as aglomerações já existentes, e outras foram transferidas para habitações construídas apressadamente na periferia de Nápoles.

Esta situação habitacional tornou-se ainda mais grave com a reconstrução da cidade, pois o que se assistiu foi à destruição do bairro do centro histórico, que após o terremoto serviu de moradia às famílias das classes populares.

A origem remota da experiência encontra-se neste contexto. Inicialmente, entre 1980-1985, com cerca de 210 famílias, que viviam em um campo de **containers**, no bairro de S. Pietro a Patierno, e que desenvolveram uma luta pela melhoria das condições habitacionais. E depois, em Caivano,\*\* bairro para onde uma parte daquelas famílias foi removida — juntamente com habitantes de outros campos de **containers** — em janeiro de 1986.

Em Caivano, a situação habitacional encontrada é de um bairro em construção, em que além da própria casa não existe qualquer infra-estrutura de serviços urbanos.

O conhecimento prévio e a luta travada nos anos precedentes pelas famílias removidas serviram para fortalecer a disposição de se continuar a luta e enfrentar os novos problemas. E assim surge o movimento da Comunidade Popular de Caivano.

## A Organização da Experiência

A experiência é desenvolvida com base no trabalho de dois grupos: o grupo de mensageiras e o grupo de promoção.

O grupo de mensageiras é formado, atualmente, por mais de vinte mulheres que, através de um periódico, denominado *Cartas às Famílias*, criou uma rede de comunicação com todas as famílias do bairro, de modo a assegurar a informação de todos os fatos relacionados ao bem comum.

O grupo tem uma organização interna e se divide por setor de trabalho:

- **Setor de Solidariedade** — É responsável principalmente pelas famílias do bairro que estejam em dificuldades e faz a ligação com as assistentes sociais da prefeitura.
- **Setor de Redação** — Elabora a cada 15 dias a *Carta à Família*, que é composta de quatro seções: tema do ano, testemunhas positivas das pessoas, encontros no bairro e notícias úteis.
- **Setor de Hospitalidade** — Responsável conhecer, o acolher e dar assistência às novas famílias e informá-las sobre os pontos de referências da comunidade.

Cada um destes setores tem uma animadora, que junto à secretária e à coordenadora formam a equipe de coordenação.

O grupo de promotoras é formado de animadoras cristãs (atualmente são dez), que se empenham em vários aspectos da vida do bairro, promovendo e apoiando iniciativas populares de diversos tipos. Encontram-se periodicamente para juntas refletirem sobre a realidade à luz da palavra de Deus.

\*Apresentado por Carla Dell'Aglio.

\*\*Circonv. Ovest. Edifício B2/1 — 80023 — Caivano (NA).



## Metodologia

A metodologia empregada visa estimular o crescimento progressivo da identidade, da autonomia e da participação popular:

- organizando ações em torno de um objetivo; obedecendo a um dado tempo de organização e de verificação,
  - redefinindo a cada ano a própria identidade a partir da experiência de coletivização e da luta vivida,
  - desenvolvendo pesquisas sobre o território;
  - assumindo responsabilidades de animação, de gestão de grupos através de encontros periódicos; desenvolvendo atividades que criem ocasiões para o conhecimento pessoal e unidade entre as pessoas;
  - criando redes de informações;
  - revitalizando as tradições populares;
  - criando momentos de encontro com outras comunidades;
  - estimulando o surgimento de organizações sociais e ajudando na fase inicial;
  - favorecendo a coordenação, seja entre comunidades populares, seja entre organizações, como por exemplo o Comitê Unitário de Luta pela Casa,
  - globalizando o problema: identificando os problemas específicos e relacionando-os com os problemas dos países pobres, de modo a encontrar a causa comum;
  - celebrando a vida e a luta nos momentos religiosos.
- A passagem da tomada de consciência dos problemas à ação é feita do seguinte modo:
- parte-se dos problemas da comunidade analisando-os e diagnosticando-os;

- os acontecimentos são avaliados dando-lhes um juízo crítico à luz da fé;
- intervém-se sobre a realidade com ações voltadas tanto para as mudanças sociais quanto pessoais.

## As Dificuldades

Esta experiência está no seu início, todavia não faltam dificuldades com as instituições.

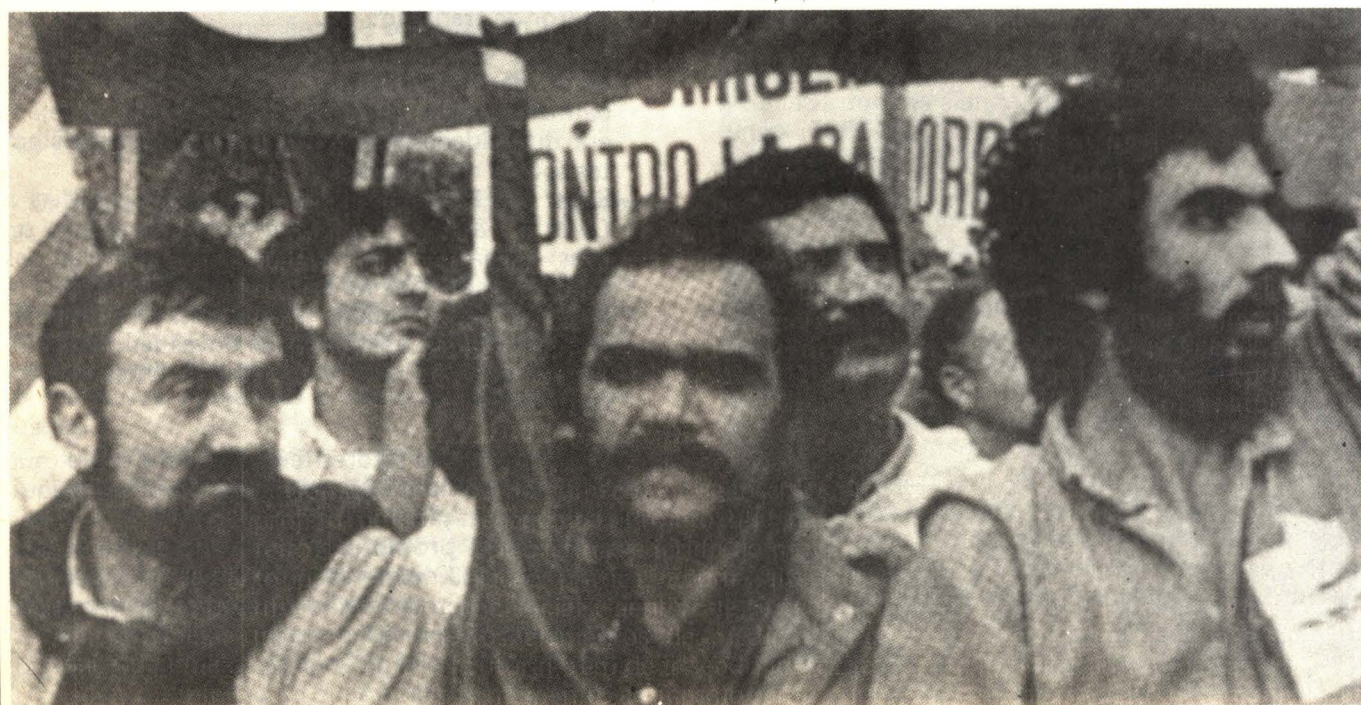
A igreja vive um anúncio desencarnado da realidade, sendo sua Pastoral centrada principalmente na sacramentalização. O Deus anunciado não tem nenhuma ligação com a vida, com a luta, com o sofrimento dos pobres. Se existe pobreza, a resposta é dada de maneira assistencial.

Com os partidos políticos a relação é bastante difícil, devido ao clientelismo e ao favoritismo destes, que procuram transformar o que é direito em favor.

Com a região a relação é também muito difícil. A população de Caivano não aceitou a chegada de napolitanos, e considera-os intrusos. Também é neste sentido a relação com a administração local, com exceção da Direção de Assistência Social, com quem vemos a possibilidade de ligações estreitas no futuro.

Com as organizações populares desenvolve-se uma boa cooperação, principalmente quando há boa coordenação. Não obstante, esta relação fica restrita a necessidades imediatas.

Uma construtiva colaboração tem sido desenvolvida com alguns missionários religiosos, com os quais se programam atividades conjuntas.





# Grupo Camponês de Veneto\*

## Contexto e Origem do Grupo

Não é um grupo formalmente constituído, e sim um grupo de pessoas que compartilham ideais e iniciativas em torno de um projeto comum. Dele fazem parte pessoas de diversas idades, proveniências e nível de estudo. Alguns se identificam pela religião católica, enquanto outros pertencem à esquerda não institucionalizada. O ambiente em que vive o grupo, a área rural do Veneto, é bastante tradicionalista, tanto do ponto de vista religioso, como político e sindical.

A agricultura da região é bem desenvolvida, baseada na pequena e média propriedades, com culturas especializadas. A terra é muito fértil, e o bom índice pluviométrico e a possibilidade de irrigação tornam esta agricultura de vanguarda em relação à de outras regiões. As fazendas são especializadas nos setores zootécnico, fruticultura, horticultura e citricultura. Não obstante, existem zonas marginais, particularmente nas franjas das montanhas e colinas, com uma agricultura pobre e com abandono da terra.

O surgimento do grupo pode ser encontrado na convivência de alguns camponeses e técnicos agrícolas em torno e no interior de uma escola familiar rural, nascida no âmbito do IAL-CISL no ano de 1964, em Valpolicella.

Esta escola surge com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal e comunitário, envolvendo jovens camponeses de 14 a 18 anos, em estreita colaboração com suas famílias, inspirando-se no método "Maisons Familiales" francesas, que implica alternar um período de vida em família com um período de vida em comunidade. Esta escola teve um bom início e desenvolvimento até 1970, porém, depois, entrou em declínio, extinguindo-se nos fins da década de setenta.

Para os jovens que a freqüentaram e para outros que aderiram parcialmente, a escola representou uma ocasião para vivenciar uma experiência de grupo autônomo. Outra ocasião, neste mesmo sentido, foi o da promulgação da lei da ocupação dos jovens, em 1977. A partir desse ano se desenvolve na região um movimento de criação de pequenas cooperativas autogestionárias de caráter industrial-artesanal e também agrícola.

Dentre as experiências agrícolas surgidas, destacam-se as cooperativas "Cadidavid", "Bronte", "Cos82" e "8 de Março". Esta última será objeto desta apresentação.

## Atividades Desenvolvidas pelo Grupo

Atualmente, o grupo é constituído de sócios da cooperativa e de pequenos e médios proprietários e de filhos destes, que trabalham tanto individualmente ou em grupo não constituído formalmente em cooperativa.

Vários tipos de interesses estão presentes no interior do grupo: o trabalho comunitário; a pesquisa por uma agricultura que se desenvolva respeitando o meio ambiente e a saúde; o empenho pela paz; disponibilidade a envolver-se no apoio aos deficientes; pesquisa e contatos em colaboração com diversas realidades agrícolas nacionais e internacionais; pesquisa de um método de formação para jovens camponeses, ligados à Escola Familiar Rural; empenho em casos particulares, casos de emergência.

Ao lado das questões presentes nos diferentes tipos de interesses, são desenvolvidos encontros de reflexão coletiva e de aprofundamento de vários temas:

- decifrar melhor a experiência agrícola em que estão envolvidos;
- refletir sobre os elementos culturais que sustentam a experiência;

\*Apresentado por Francisco Benciolini.  
Via Monte Ortigara - 37127 - Verona.



- para os que são cristãos, a descoberta do significado da fé na vida camponesa.

## Uma Breve História da Cooperativa 8 de Março

A Cooperativa 8 de Março foi formada em 1978, com um grupo de cultivadores diretos, e jovens desocupados, para enfrentar alguns problemas:

- divisão da propriedade cultivável, através da herança;
- extensão do latifúndio como propriedade externa ao modo agrícola;
- custo de produção elevado como consequência do cultivo nas colinas e montanhas;
- marginalização social, política e econômica dos camponeses;
- abandono da terra pelos jovens que não aceitam mais o sistema de vida e o conseqüente envelhecimento da população agrária.

Enfrentar essa situação individualmente seria impossível, sendo uma perspectiva válida a formação de uma cooperativa, tentando ser uma proposta de um novo tipo de desenvolvimento no campo, contribuir para ocupação dos jovens e, em particular, para chamar a atenção sobre os recursos do território.

No momento de projetar as atividades da cooperativa, contou-se com dois tipos de comportamento:

- um grupo de cultivadores diretos, assalariados rurais e arrendatários já em contato com a Escola Familiar Rural (IAL-CISL) da região, vivendo entre eles uma situação de mudança e de reflexão sobre a própria condição e realidade camponesa. Para eles a cooperativa representa a mudança de uma realidade enferma e uma alternativa para levar a vida no campo;
- um grupo de jovens desocupados da região e de peritos em agricultura que haviam desenvolvido um debate junto à CONFCOLTIVATORI — organização sinical agrícola da esquerda com objetivos de formar uma cooperativa.

Este grupo tinha em comum a procura de um posto de trabalho diferente e autogestionário. Não obstante, evidenciava-se uma grande divergência cultural, ideológica e profissional decorrente da experiência anterior. Esta diferença implicou um modo diverso de se relacionar com as forças sociais e políticas da região, embora tenha se procurado manter a unidade neste sentido.

A primeira ação da cooperativa foi tentar conseguir cultivar a fazenda "Grola", que se encontrava inculta e pertencia à administração da província. Esta tentativa baseou-se em uma lei (199-GULIO-SEgni de 1950) que previa a possibilidade de camponeses associados obterem terras incultas.

A demanda pelas terras foi feita em maio de 1978. Em outubro, a comissão designada para este fim não havia dado resposta e se julgou incompe-

tente, quando então houve uma mudança da lei. A cooperativa, após várias tentativas junto à administração e assembléias com os sindicatos e partidos políticos, decide ocupar a fazenda, em dezembro de 1978, e iniciar a recuperação do terreno, a plantação de cerejeira e recuperação das oliveiras.

Depois desta decisão, a administração pública não pôde esperar, e após alguns meses de tentativas junto à cooperativa e de polêmica com as forças políticas, assinou um contrato de empreitada por três anos com a cooperativa. Ao final dos três anos, esse contrato foi transformado legalmente em aluguel das terras.

## As Atividades Atuais

Os objetivos que a cooperativa se propôs são o desenvolvimento da ocupação, a direção coletiva, a recuperação dos terrenos não cultivados e das áreas agrícolas marginais. Para se chegar a estes objetivos foram desenvolvidos alguns projetos:

- cultivo da fazenda "Grola" e condução coletiva de pequenas fazendas dos sócios que não eram auto-suficientes;
- após uma análise do território que se adequa à criação de caprinos, decidiu-se pela produção de cabras para leite. Inicialmente utilizou-se uma raça local, sendo depois introduzida a raça saanem, geneticamente apropriada à produção leiteira. Este projeto foi financiado pelo Banco Mútuo para a Autogestão, e depois por um empréstimo regional de sustentação da agricultura. As principais dificuldades neste projeto foram a ausência de profissionais nesta área e o rodízio dos adeptos deste setor. E como consequência surgiram dificuldades na transformação do leite em queijo, e na comercialização dos filhotes das cabras;
- outro projeto voltou-se para o Turismo Rural. Consistiu na organização pela cooperativa de um ponto de encontro, com instalações adequadas em que os visitantes podem preparar suas refeições. Foi escolhida uma casa (Casa Verde) de fazenda que estava abandonada, e se pensou em comprá-la e fazer restauração. Para isto se recorreu ao Banco Mútuo para a Autogestão, que adquiriu e a restaurou, frente ao seu interesse em desenvolver programas sociais e culturais, que agora são realizados nesta casa: encontros sindicais e de outros grupos, convenções, festas populares, etc. Por seu uso a cooperativa paga um aluguel ao Banco.

## As Relações

No que diz respeito à relação com várias organizações, podemos distinguir algumas fases:

- até um pouco antes da ocupação existiam dúvidas e incertezas quanto à avaliação dos projetos e perspectivas da cooperativa, por parte das organizações envolvidas. Tais dificuldades e incertezas nasciam da incapacidade do próprio grupo de envolver as organizações agrícolas e sindicais no objetivo do grupo;



- na fase imediatamente precedente à ocupação houve uma ampliação do debate da cooperativa com os grupos sindicais e partidos da área com o objetivo, depois conseguido, de uma mobilização de massa que foi positiva para a conquista da fazenda "Grola";
- após várias reuniões houve o rompimento das relações com a CISL, que considerava a ocupação ilegal. A cooperativa, pelo contrário, foi apoiada por outras duas confederações sindicais italianas: a CGIL e a VIL. Também pela CONF-COLTIVATORI, ACLI, por diferentes categorias sindicais da própria CISL, conselhos de fábricas, cooperativas, grupos da região, PSI, PCI e DP;
- depois da ocupação e da concessão, por motivo de trabalho principalmente, desapareceram as relações com o movimento sindical, sendo no momento tentada essa aproximação;
- uma outra consideração a ser feita é a de que pode ter havido precipitação no rompimento com a CISL, da qual faltou o apoio na realização dos programas após a ocupação.

No que diz respeito aos sócios, existiram vários problemas no relacionamento:

- houve um período de grandes dificuldades devido a carências profissionais, econômicas e tensões pessoais. Essas dificuldades representaram um desafio à construção de uma sintonia capaz de superar as complexidades da atividade agrícola, principalmente baseada em técnicas alternativas, e de permitir um crescimento pessoal de cada sócio para a vida em comunidade;
- outro problema de difícil solução foi o de conseguir juntar a procura de novos ideais e valores com a exigência de gerir economicamente a empresa de modo a prover uma satisfação econômica dos sócios. Em torno desse problema geraram-se nos anos passados tensões notáveis e muitas

discussões internas. No momento o grupo está mais unido, e decidiu abrir as suas assembléias à participação de pessoas externas, que servem de mediadores nas discussões.

Nas relações da cooperativa com a população e com os outros grupos da região, devem ser destacados os seguintes aspectos:

- com a população local as relações foram intensificadas e ficaram mais claras. Com o trabalho desenvolvido pelo grupo na fazenda e na "Casa Verde", mudou-se a visão de que se tratava de um grupo de pessoas estranhas fugidas de casa, e não jovens normais, empenhados num trabalho agrícola;
- uma boa ligação existe com os grupos da região empenhados pela paz e, pelo apoio aos deficientes físicos, pela saúde e pela venda de produtos naturais, etc. Com as outras cooperativas autogeridas foram sempre fundamentais, em termos de apoio econômico, troca de trabalho e informação, etc.

## As Principais Dificuldades

Além das dificuldades já mencionadas ao longo dessa exposição, outras devem ser mencionadas:

- as principais organizações dos camponeses voltam-se para a solução de seus problemas burocráticos e econômicos, enquanto o grupo pretende ser um movimento para levar uma reflexão e uma ação não só para fins econômicos, e sim para o crescimento pessoal e comunitário. Nestas condições, torna-se difícil ampliar um movimento com esta perspectiva;
- outro problema é o de encontrar no mundo camponês os valores submersos da sua cultura, sem o desvio de procurá-los no exterior e sem que isto represente um fechamento da experiência.



# Trabalhar pela Paz no Sul da Itália: Experiências de Coordenação Sul da Pax Christi \*

## Origem

Pax Christi é um movimento católico internacional pela paz, nascido durante a II Guerra Mundial, por obra de alguns cristãos franceses e alemães prisioneiros de um mesmo campo de concentração. Eles se propuseram, depois da libertação, a se tornarem construtores da paz, da liberdade e da justiça, a partir da fé em Cristo. Nos anos pós-guerra o movimento expandiu-se em vários países da Europa, e mais recentemente em outros continentes.

Atualmente na Itália, Pax Christi está difundida em quase todas as regiões através de grupos, coordenações, associações e organizações que em suas atividades pela paz fazem parte e colaboram com o programa da Seção Nacional.

Como as seções de outros países, no nosso escolhemos prioritariamente o empenho pela educação para a paz. Educação que na Igreja é feita através da espiritualidade, teologia da paz, catequese e pastoral da paz. Na sociedade, busca-se uma tomada de consciência sobre os direitos do povo e do homem, das violências estruturais, da não-violência, do comércio de armas e da reconversão industrial, do empenho pelo desarmamento nuclear civil e militar, da objeção consciente\*\* ao serviço militar, da solidariedade com os países do Terceiro Mundo, das relações Norte-Sul e da dívida externa.

O Centro Internacional da Pax Christi localiza-se na Bélgica. À sua Secretaria cabe o estímulo e a coordenação das atividades e programas das várias seções nacionais, bem como o contato com outros movimentos análogos do mundo, como, p. ex., na América Latina o SERVIÇO DE PAZ E JUSTIÇA, fundado por Adolfo Pérez Esquivel.

Nos últimos anos, a Pax Christi Internacional tem-se interessado pela África do Sul, Filipinas, Timor Oriental, Uganda, Tchecoslováquia, Argentina e Chile. Em 1981, enviou missões de pesquisa sobre a situação de direitos humanos na Guatemala, El Salvador, Nicarágua e nos campos de refugiados de El Salvador em Honduras. Em 1985, uma missão semelhante foi ao Haiti. Os resultados dessas missões foram publicados pela imprensa internacional e enviados à Comissão Internacional de Direitos Humanos das Nações Unidas.

A seção italiana é dirigida por um conselho nacional de vinte membros de várias regiões do país. A ligação entre os membros e amigos do movimento é feita através de um boletim informativo.

A seção italiana propõe, anualmente, aos seus membros e solidários vários temas e compromissos a serem debatidos e enfrentados em congressos e jornadas de estudo, temas estes ligados à atualidade da construção da paz. Em geral, o empenho da seção italiana é apoiado por grupos especializados em temas específicos, com caráter regional, por exemplo: na Brescia, sobre o comércio de armas; em Piacenza, sobre o desarmamento; em Milão, sobre a relação Norte-Sul e direitos humanos; em Taranto, sobre a militarização do Sul; em Rossano Calabro, sobre a teologia e espiritualidade da paz; em Cozenza, sobre a educação para a paz; em Nápoles, sobre a não-violência.

Em relação às atividades dos grupos de objeção consciente ao Serviço Militar, a Pax Christi mantém um convênio com o Ministério da Defesa e faz parte da coordenação destes grupos que operam principalmente no Sul, depois que nesta região se desenvolveram dois encontros de caráter internacional que estimularam vários grupos locais. Nesses encontros foram elaboradas duas "Cartas aos Construtores da Paz", que constituem um marco de re-

\*Apresentado por Gianni Novelle.

Com. 5. Maria Delle Grazie — 37067 — Rossano Calabro (CS).

\*\* Trata-se de um movimento pela substituição do serviço militar pelo serviço civil. O termo objeção é sempre empregado no sentido de engajamento político, de opor-se conscientemente.



ferência para a ação concreta do movimento contra os obstáculos à paz, e contra suas causas pessoais e sociais, pois como em uma delas está escrito:

“A paz não é só um compromisso de política internacional

Ela é construída também lá

Onde um bairro chega a ser participação do povo  
Lá onde as pessoas deficientes ou não trabalham pelo mesmo projeto

Lá onde um país isolado chega a ser comunidade

Lá onde viver um signo de fé e religião

significa uma mudança nas relações entre as pessoas,

a vontade de que exista um lugar para todos  
uma vida restituída em uma festa maior.”

## A Coordenação Meridional da Pax Christi\*

Sua sede é no sul da Itália, na Calábria. É constituída por grupos que são mais numerosos na Puglia e Calábria, e menos na Campanha, Basilicata e Sicília. Estas são regiões caracterizadas pela violência estrutural, onde o poder político e econômico concentra-se na mão de poucos e a marginalidade acompanha a violência. O clientelismo, o desemprego crescente, a dependência pessoal, etc. são outras características, além da ausência de serviços sociais numerosos que existem em outras regiões.

Neste contexto, o grupo coordenação tem como orientação principal a organização de grupos de base e o acompanhamento das ações dos mesmos que são planejadas coletivamente. Também se prioriza a criação e o apoio às experiências alternativas relacionadas à justiça social, à libertação dos vários tipos de dependência.

## As Atividades da Coordenação Meridional da Pax Christi

Dentre as primeiras atividades, destaca-se a com os grupos de objeção consciente ao serviço militar. Com eles nasceu a “Casa da Paz” em Rossano Calabro, em Molfeta (Bari) e em Cosenza. Também a presença do serviço civil nos bairros populares da periferia de Napoles Secondigliano.

Foram organizadas várias caminhadas pela paz, tanto localmente como em conjunto com outras organizações nacionais e internacionais, bem como organizou-se a visita de grupos de testemunhas da Guatemala, da Nicarágua e de El Salvador.

\*A Coordenação Meridional surgiu formalmente no ano passado. Não obstante, há vários anos muitas ações foram desenvolvidas em comum com outros grupos e movimentos. Santa Maria Delle Grazie é a comunidade em que encontrou uma grande base de apoio para o seu surgimento. Esta comunidade teve sua formação em 1974, com pessoas que dividem o trabalho e a sua riqueza.

Nas atividades da coordenação, de grande importância é o seu papel de divulgação na imprensa das questões sobre a paz, a publicação de livros sobre o tema e a organização da “Feirinha da Paz” nos Congressos próprios e de outras organizações.

Alguns grupos desenvolveram junto às escolas de nível médio e primário um questionário sobre as armas de brinquedo, dirigido aos alunos, pais e mestres, como forma de se fazer um amplo debate sobre o tema. Também particularmente relevante foi a organização de seminários sobre o tema, durante dois anos acadêmicos, com a universidade da Calábria e Cosenza.

Nos últimos meses o empenho do grupo está voltado para um abaixo-assinado para pressionar os políticos por uma melhor regulamentação do serviço civil, e pela abolição do segredo militar sobre o comércio de armas das indústrias italianas.

## As Principais Dificuldades do Movimento

A formação acadêmica de alguns dos agentes do movimento nem sempre ajuda a uma boa inserção junto à população. Em alguns casos, o trabalho pela paz é visto como folclore, principalmente onde as manifestações pacifistas são organizadas sem o suficiente debate e maturação junto à população.

Um outro tipo de dificuldade tem sua origem na postura equivocadamente neutra de algumas igrejas frente ao problema, omitindo-se de uma tomada de posição e quanto à orientação da comunidade. Também os sindicatos, preocupados em responder ao problema ocupacional, nem sempre se preocupam com a aprovação de indústrias nocivas à saúde, à natureza e contrária à política de paz.

Outra dificuldade encontrada pelo movimento é junto à “esquerda histórica”, que devido ao seu clientelismo nem sempre tem uma linha clara na organização política. Ao contrário, em vários casos com a colaboração de forças políticas progressistas, conseguiu-se declarar como “territórios desnucleados” numerosas cidades e algumas províncias.





# Súmula das experiências apresentadas no Congresso

SÚMULA DAS EXPERIÊNCIAS APRESENTADAS NO CONGRESSO

## Brasil

NOME/ENDEREÇO	ÁREA DE ATUAÇÃO	SUJEITOS	ÂMBITO
Teatro Popular de São Félix do Araguaia C.P. 5 – 78370 S. Félix – MT	Nordeste do Mato Grosso	Camponeses e indígenas	Educação, informação e comunicação, utilizando o teatro como alternativa dinâmica.
Grupo de Medicina Comunitária de "Casa Amarela" Rua Cleto Campelo, 255, Bairro Novo Olinda – PE	Periferia urbana	Moradores de bairros populares	Conscientização e formação para saúde. Concepção preventiva e educativa da saúde.
Sindicato Metalúrgicos de São Paulo São Bernardo do Campo – SP R. Itapicuru, 488, pt. 111 São Paulo – SP	Urbana	Operários metalúrgicos	Programas: formação da diretoria, formação da categoria, formação sindical. Curso de aperfeiçoamento profissional.
Centro Aperfeiçoamento do Trabalhador – CAT BR 381, nº 58 Km 429 – Jard. Teresópolis 32500 – Betim – MG	Urbana	Categorias profissionais Grupos de bairros Grupos paroquiais	Curso profissional e Formação Sindical.
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social: Empregadas domésticas e lavadeiras de Salvador Salvador – BA Rua Aristides Novis, 101 Federação 40000 – Salvador – BA	Periferia urbana	Mulheres	Formação e organização sindical.
Centro de Educação do Instituto "Sedes Sapientiae" – CEDIS R. Ministro Godoy, 1484 05015 – São Paulo – SP	Periferia urbana da Grande São Paulo	População bairros periféricos	Alfabetização e conscientização.
CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação e Pesquisa Av. Higienópolis, 983 01238 – São Paulo – SP	Território nacional brasileiro	Povos indígenas	Grupos de apoio e defesa da população indígena.
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional R. das Palmeiras, 90 Botafogo – Rio de Janeiro – RJ	Território nacional brasileiro	Movimento Operário Movimento de Bairro Movimento Camponês	Apoio, Assessoria, Acompanhamento dos Movimentos. Produção instrumento de comunicação. Edição. Tecnologia Alternativa.



CEBES — PRELAZIA DO ACRE E PURIUS C.P. 473 69000 — Rio Branco — Acre	Rural e urbana	Grupos populares	Pastoral Popular. Organização e Formação.
Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Brasil	Rural	Pequenos proprietários Camponeses sem terra Posseiros Meeiros	Luta pela Reforma Agrária.
Centro Oscar Romero Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 2313 04309 — Jabaquara — SP	Urbana	Moradores de favelas e bairros periféricos Vítimas de violência Empregadas domésticas	Defesa dos direitos humanos e promoção do migrante. Formação e educação para a cidadania.
Universidade Católica de Goiás Rua 104, nº 819, ap. 103 Setor Sul 74000 — Goiânia — GO	—	—	Pesquisa sobre Comunidades Eclesiais de Base.

## Itália

NOME/ENDEREÇO	ÁREA DE ATUAÇÃO	SUJEITOS	ÂMBITO
Cooperativa "Alce Nero" (51030 — Isola del Piano — AP)	Rural — Centro da Itália	Camponeses sócios da Cooperativa	Agricultura Alternativa, Produção, Financiamento e Comercialização Agrária. Atividades culturais/políticas.
Atividade Cultural do "Grupo Abele" — (Via Giolitti, 21 — 10123 — Torino)	Urbana — Noroeste italiano	Camadas marginalizadas Povo em geral	Cultural: comunicação, pesquisa, instrução informal. Documentação e Editora.
Movimento non Violento. Movimento Internazionale Riconciliazione (Via Po, 3 — 10134 — Torino)	Território nacional da Itália	Experiências associativas e Grupos de Base	Cultural: informação, capacitação e educação para a paz.
CNCA — Coordinamento Nazionale Comunitari Accoglienza (Via Bandolino, 90 20142 — Milão)	Território nacional italiano	Jovens com diferentes tipos de problemas de comportamento e conduta Marginalidade	Formação política e cultural.
Parrocchia di "Torre Angela" (Via Selene 47 — 00133 — Roma)	Periferia urbana	Comunidade paroquial	Pastoral.
Medicina del Lavoro — UOTSLL (Via San Gaetanino nº 9 25100 — Brescia)	Urbana	Operários da firma "Ideal Standard"	Medicina do trabalho: investigação e cursos monográficos.
Associazione Volontari Protezione Civile PROCIV-ARCP (84 — 00196 — Roma)	Urbana e rural	Jovens estudantes e grupos de trabalhadores	Prevenção e autoproteção individual e coletiva. Educação não-formal.
GIOC — Gioventù Operaria Cattolica (Via Torino, 39 10022 — Carmagnola — TO)	Urbana	Jovens: operários, desempregados, técnicos, estudantes	Educação, Formação Cultural, Política e Teológica.



Educazione Popolare in Calabria  
(Studio Teol. S. Pio X  
88100 - Cantarazo)

Sul da Itália

Grupos populares

Eclesial-Cultural.

## Outros países da América Latina

NOME/ENDEREÇO	ÁREA DE ATUAÇÃO	SUJEITOS	ÂMBITO
Centro Educação Técnico Humanista Agropecuário CETHA - Bolívia (Calle Alvaros Plata 11 - La Paz)	Altiplano boliviano	Campesinato e grupos indígenas	Educação de Adultos: formação profissional. Formação agropecuária. Orientação e capacitação social. Alfabetização. Produção associada.
Programa Nacional Educação Básica de Adultos - Ministério da Educação (Apartado A - 194 Manágua - Nicarágua)	Território nacional nicaragüense	Povo nicaragüense	Alfabetização popular através da Cruzada Nacional de Alfabetização.
Jornadas Populares de Saúde Minist. da Saúde (Hospital São José - Matiguás - Matagalpa - Nicarágua)	Território nicaragüense	Povo organizado 140 Conselhos populares de saúde	Atenção primária à saúde. Educação sanitária, nutrição, saneamento e água, imunização, combate e prevenção de doenças transmissíveis.
CMA - Centro Medicina Andina (Tv. Ricardo Palma, 5 Sta. Mónica - Cuzco)	Regiões indígenas	Equipes Sociais, Promotores de Saúde, Parteiras e Curandeiros	Educação à Saúde, Farmacologia, Medicina, Antropologia Médica, Comunicação Visual.
Prelatura de Ayaviri (Apto. 102 - Ayaviri Puno - Peru)	Comunidade Rural da Serra Peruana	Camponeses	Educativo-pastoral. Fomento da produção.
As. Trabajadores de Hogar (Calle Tumay, 120 - Barranco - Lima - Peru)	Urbana	Mulheres Empregadas domésticas Mães solteiras	Assessoria Sindical. Promoção Humana e Social.
IER - Instituto Educação Rural (Calle Puno 725 Ayaviri - Puno - Peru)	Rural	Campesinato	Investigação, capacitação, organização do campesinato.
Centro Comunicação Popular "Villa El Salvador" (Av. Cesar Vallejo - Villa El Salvador - Lima - Peru)	Periferia urbana	Comunidades urbanas em gestão autônoma Jovens	Trabalho didático-pedagógico visando à organização popular do bairro.
CAAP - Centro Andino Ação Popular (Quito - Equador)	Rural	Camponeses indígenas na Serra Andina	Investigação e capacitação. Priorizando o conhecimento dos grupos indígenas.
Centro de Educação Popular e Centro de Estudos e Difusão Social - CEDEP e CEDIP (La Isla 416 e Cuba - Casilla 1171 - Quito - Equador)	Rural e suburbana e Serra Equatoriana	Comunidades de campo Negras e indígenas Organizações de Base e Sindicatos	Programas educativos permanentes em áreas indígenas. Serviços educativos a distintas organizações populares.



# Movimentos populares e movimentos alternativos: prática do voluntariado e significado da educação popular

*Luiz Alberto Gómez de Souza*

P.  Fale um pouco sobre a origem da cooperação internacional.

R.  O Movimento Voluntário que nasceu na década de 60 e cresceu na década de 70 em vários países ditos desenvolvidos, tem dentre as suas motivações o desejo dos jovens de conhecerem outras realidades, de se colocarem a serviço dessas outras realidades; talvez da própria sensação de que após a euforia de 1968 na Europa e nos EUA havia se chegado a um momento de refluxo, de exaustão e de cansaço, a uma visão de que nos países centrais não havia grande possibilidade de transformação e que a renovação estava sendo feita em outros continentes, outros lugares.

Todo esse movimento do voluntário tem três momentos: o momento em que eles escolhem deixar o país, o momento da inserção na outra realidade, e o momento da volta. Na partida se mistura muita coisa, o idealismo, a vontade de conhecer outras realidades, e o peso de uma situação de "desordem instalada", até a fuga de uma realidade difícil de ser vivida. O mais importante é o momento da inserção em outros países. Passada a primeira fase da aclimação, da superação do exótico e do novo, vem um momento muito fértil da inserção. E o caso do Brasil é muito interessante para se pensar esse momento, em contraste com outros países latino-americanos. Nós somos um país em que quase todos somos descendentes de não-americanos, seja europeus, seja africanos, árabes, japoneses. . . Então, o fato de ser estrangeiro não cria uma barreira tão forte quanto em outros com dimensões culturais e étnicas mais fechadas. Então a inserção no caso brasileiro é relativamente mais fácil que em outros países da América Latina, o que é comprovado pelo fato de que muitos voluntários acabam não retornando, e se transformam em brasileiros como nós. Outros regressam, e quando vivi na Itália acompanhei a volta de muitos. Para vários deles, a

experiência aqui ajudou muito a reinserção lá. Noutros eu encontrei uma certa desaclimação, uma certa nostalgia do tempo em que eram voluntários, passando por dificuldades de reinstalarem-se lá, tanto na Itália, como na França e na Alemanha.

P.  E qual tem sido o papel do trabalho voluntário na América Latina?

R.  O principal papel tem sido o de fazer uma ponte, entre uma série de experiências de educação popular na América Latina e experiências alternativas — pacifistas, feministas, ecológicas, movimentos de saúde, etc. E isto tem contribuído para superar uma falsa dicotomia, que às vezes aparece da seguinte maneira: as classes populares são os sujeitos históricos do Terceiro Mundo, e os movimentos alternativos vistos como sujeitos aos processos novos nos países desenvolvidos. Tenho a impressão de que esta dicotomia é falsa, e está sendo superada. Por um lado, porque tanto nos EUA como na Europa existem setores populares: nos bolsões de pobreza, os grupos de imigrantes, regiões menos desenvolvidas como o sul da Itália, etc.; e por outro lado, porque na América Latina nós abrimos um pouco o espectro do sujeito histórico, introduzindo a problemática dos movimentos alternativos. O problema ecológico é uma realidade entre nós, os movimentos feministas introduzem toda uma outra temática, bem como o movimento negro, o movimento pela paz, porque sem paz não adianta nada pensar em transformação e em sociedades futuras.

Esta ligação entre movimentos alternativos e populares recoloca a problemática do sujeito histórico de forma muito interessante. Frequentemente na América Latina, nós colocamos o sujeito histórico como sendo as classes populares. E no próprio Congresso insistu-se muito sobre a educação popular. Porém, será que nós não podíamos abrir ainda mais? Será que são apenas as classes populares? Será que não há toda uma série de outras lutas, reivin-



dicações, movimentos que estão brotando, e que têm contribuições para se criar uma sociedade alternativa? Será que é apenas das classes populares que vem essa força? Ou será que ela pode vir de outros segmentos que sofrem outros tipos de exploração/opressão não necessariamente econômica, que pode ser sexual, pode ser cultural, ecologia, etc.? Então, isso, nos ajuda a ampliar a perspectiva do nosso trabalho.

A questão dos movimentos alternativos coloca também uma problemática para a educação popular. Será que apenas é educação popular o trabalho com setores mais pobres? Ou educação que esteja ligada a todos os setores que estejam criando coisas novas, sejam ou não dos setores populares tradicionais? Os setores de jovens, mulheres, negros e outros movimentos que colocam desafios para um outro tipo de educação, que não necessariamente está ligada ao popular no sentido estrito. Então isto coloca a possibilidade de questionar, de repensar a categoria de sujeitos históricos. Por sujeito histórico, eu penso aqueles capazes de inovar, sujeitos portadores de práticas diferentes, laboratórios de experiências históricas novas. E o voluntariado, com todo esse esforço de pessoas que vêm dos EUA e da Europa para a América Latina, pode fazer a fonte entre estas diferentes experiências.

Também as nossas Experiências podem enriquecer as alternativas que acontecem na Europa. Por exemplo, a partir do Congresso do MLAL, está se pensando na criação de um centro de educação popular no sul da Itália, na Calábria. Que seria um lugar para se pensar um tipo de educação e organização numa região bem pobre, e que sofre um tipo de exploração regional em relação ao norte da Itália. Pode-se então pensar numa inversão de perspectiva, com voluntários latino-americanos que vão à Europa passar toda uma carga de experiências que têm sido desenvolvidas aqui, e que podem ser aproveitadas lá. Mas isso requer que as experiências não sejam levadas como receita.

A questão das receitas é uma outra contribuição dessa relação entre movimento popular e alternativo. Ou seja, é necessário romper com as receitas prontas e quebrar o triunfalismo. Nós da América Latina somos um pouco provincianos às vezes, pensamos que as nossas experiências são as únicas ou as mais importantes. Mas elas podem ser relativizadas e criticadas quando confrontadas com experiências do sul da Itália, da Holanda, Portugal, etc. E isso pode nos ajudar a repensar as nossas próprias experiências.

Insisto sobre esses pontos: ampliar a noção de sujeito histórico, ampliar a noção de educação popular/alternativa. E sobre pensar o novo, pensar o inédito. Estas são contribuições importantes.

P.  Durante o Congresso se discutiu muito sobre o papel da utopia para a transformação social. Como essa idéia se liga a essas questões levantadas?

R.  Na questão do novo e do inédito está a riqueza da idéia da utopia, que nos debates parecia meio romântica, mas que é muito mais realista do que

parece. Nós freqüentemente queremos ter projetos históricos prontos, fechados, e que são muitas vezes receitas ideológicas, dogmáticas. No momento em que nós colocamos certos horizontes utópicos, certas metas mais ambiciosas, nós abrimos a criatividade, nós rompemos a receita do que se deve fazer. É claro que aqui aparece uma outra questão também debatida, que é a necessidade de ser eficaz, de se fazer as coisas bem feitas no que se propõe no imediato. Porém, às vezes, há contradições, pois há coisas que são bem feitas no imediato e se esgotam mais rapidamente. Enquanto que certos trabalhos, certas experiências que parecem menos eficientes no curto prazo, podem ter uma eficácia muito maior no médio e longo prazos. O importante destas reflexões e debates foi, e é, quebrar com o dogmatismo, com os modelos, com os projetos fechados. Nós vivemos uma crise de civilização, em que a situação está aberta para a criatividade, para a inovação, para o alternativo no sentido mais amplo.

P.  No seu ver os movimentos alternativos apresentam um caráter revolucionário?

R.  O importante é exatamente como se pode superar essa dicotomia entre o alternativo e o revolucionário. Como o movimento revolucionário incorpora a luta alternativa transformando-a, como por exemplo o movimento feminista, que surge como um movimento sexista de classe média, e como era visto pela esquerda clássica como um movimento pequeno-burguês, então não se encontravam. Mas, hoje, ele se transformou e incorpora o problema da mulher operária, das camponesas, em várias dimensões da opressão e exploração sofrida por elas. A grande fecundidade desse tipo de trabalho é a ampliação do sujeito histórico. Superando aquela visão da esquerda tradicional do proletário, como sendo um sujeito messiânico, quase religioso. Em que um setor da sociedade tem um fetiche, uma missão de salvar a sociedade. Depois houve uma ampliação incorporando a idéia de classes populares que já é mais rica, não só pela incorporação dos setores do campo, mas também pela incorporação de frações de classe que aparentemente não seriam transformadoras mas que têm uma grande capacidade de consciência e de organização. E na medida em que surgiu o movimento negro, das mulheres, dos índios — que é um dos centrais do conjunto da América Latina — e o movimento ecológico, a própria noção de classes populares se amplia. E toda uma série de setores profissionais também pode ser incorporada nesse processo, com a contribuição específica dos seus conhecimentos. E aí surge a necessidade das alianças, o que tem a ver com a idéia do intelectual orgânico, do profissional e do estudante a serviço das classes fundamentais. Mas acho que vai um pouco mais longe, no sentido de que as experiências novas podem surgir dos lugares mais inesperados. Então não se pode dizer, a priori, que o novo vai surgir apenas de tais ou tais segmentos da sociedade.

P.  Você pode nos dar um exemplo histórico disso?



R.  Em 1968 surgiu inesperadamente do dinamismo da juventude. Não só na Europa e nos EUA e sim também na América Latina. É só pensar o 1968 no México, 1967 no Chile, o próprio 68 no Brasil. Quer dizer, de repente a juventude dos setores médios teve um enorme dinamismo. É claro, pode-se dizer que isso foi recuperado pelo sistema. Sim e não, o Touraine costuma dizer que 1968 não deu resultados imediatos, mas que ele preparou. E eu acho que muito do que está brotando hoje, em termos alternativos, é resultado de 1968 a médio prazo. E se a esquerda tradicional não revisar suas análises, ela pode ficar defasada no tempo. E aí, recoloca-se a riqueza do diálogo com pessoas que vêm de outros países, de outras experiências. Para se poder cruzar essas diferentes experiências, e a partir delas se pensar na sociedade futura. E é nessa perspectiva que a idéia de utopia foi colocada.

P.  Trata-se de rever a clássica visão do "mundo do trabalho", incorporando outras dimensões do social e do cultural na política?

R.  Esse é um ponto importante. Não reduzir tudo ao econômico. A dimensão cultural, a social, a sexual, a do corpo, a da afetividade, são todas dimensões que sofrem processo de dominação e repressão. Durante muitos anos se analisou apenas os aspectos econômicos da exploração e da repressão.

Hoje se questiona mais e mais os outros mecanismos da exploração e opressão, o que abre o espectro da libertação. Não só do homem, mas também da natureza, pois também a natureza tem os seus direitos. A ecologia é vida, em sentido mais amplo. Quanto mais num momento em que a vida corre o perigo de ser destruída seja pela guerra, seja pela contaminação. Anos atrás isso parecia um problema pequeno-burguês, problema dos países desenvolvidos, mas hoje em dia se sabe que isto ameaça a todos, basta pensar na poluição e na energia nuclear.

P.  Essa visão conhecida como "defesa da qualidade da vida" pode ser conjugada com a defesa da sobrevivência imediata?

R.  Sim. Desde que não se abafe a percepção de que temos milhões e milhões de pessoas cujo problema é de sobrevivência. Para se ter qualidade de vida é preciso não morrer, precisa-se de um mínimo de calorias, de vestuário, de habitação, do acesso à propriedade, de resolver o problema da terra, da exploração econômica. Estes são problemas fundamentais. O exemplo da terra é interessante, pois através dele ligamos o ecológico à luta camponesa. Olhe o caso da Amazônia, o inimigo do posseiro e do pulmão do mundo são as grandes empresas capitalistas. São elas que estão destruindo a natureza e o camponês.





# pragas e venenos: **AGROTÓXICOS** no Brasil e no Terceiro Mundo

David Bull  
David Hathaway

Os agrotóxicos já mataram, mutilaram e envenenaram mais pessoas nos campos do Brasil que o desastre de Bhopal. Mas, para quem os usa, os vendedores de agrotóxicos "andam bem vestidos, contam coisas boas, e parece que têm razão." Há muitos produtores rurais que não imaginam o mal que fazem estes venenos que eles conhecem por "remédios"; quando sabem, ignoram qualquer alternativa e temem perder a lavoura se deixarem de usá-los. E os consumidores de alimentos nas cidades temem estar se envenenando aos poucos pelos resíduos tóxicos na comida e na água. Apesar da atenção dada a estes fatos pelos meios de comunicação nos últimos anos, a influência das grandes empresas transnacionais que produzem e vendem os agrotóxicos tem, até agora, pesado mais que os protestos e esforços dos que querem uma reformulação total da legislação antiquada e incentivos oficiais para a difusão de alternativas mais saudáveis.

O drama, no entanto, não é só do Brasil — muito pelo contrário. Por obra e graça das mesmas transnacionais, esta situação impera em quase todos os países do Terceiro Mundo. A gravidade e a extensão deste problema convenceram a OXFAM, na Inglaterra, e a FASE, no Brasil, da necessidade de editar e divulgar ao máximo um conjunto de informações básicas capazes de fundamentar a discussão, debate e diálogo na busca de soluções.





JANEIRO - 87

CÂNDIDO GRZYBOWSKI

## **CAMINHOS E DESCAMINHOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO**

Através dos movimentos, os trabalhadores rurais elaboram as suas diferentes identidades sociais, ampliam a sua presença na arena política e impõem para a sociedade o reconhecimento de sua existência e de sua cidadania. A multiplicação de movimentos sociais significa, por isto, a possibilidade dos trabalhadores construírem alternativas, abrindo espaço e apontando para novas formas de organização e participação, econômica e política. Mas possibilidades só viram realidade na história como resultado de um processo de oposição e luta política entre as classes sociais. Está embutida como possibilidade nos movimentos sociais a construção de uma sociedade democrática. A efetiva democratização, porém, vai além da micro-democracia interna dos movimentos e depende da disputa de direção e poder, das relações de força no conjunto da sociedade e de sua expressão no Estado.

---

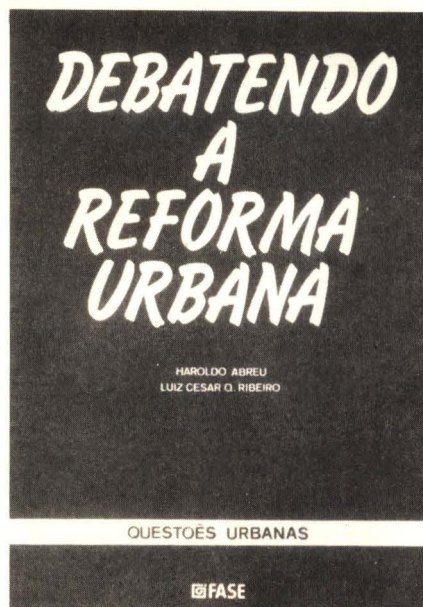
O Autor: *Cândido Grzybowski*, gaúcho de Erechim, RS, 41 anos. Graduou-se em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, (RS). Obteve o mestrado em Planejamento Educacional na Pontifícia Universidade Católica, (RJ) e o doutorado em Sociologie du Developpement na Sorbonne, Paris, França.

Atualmente é professor do IESAE/Fundação Getúlio Vargas.





cz\$ 10,00



cz\$ 15,00

## Do seu interesse

Durante longos anos junto aos Movimentos e Organizações Populares a FASE registrou as experiências no campo da Educação Popular. Continua documentando as experiências de que participa e de que toma conhecimento. Recentemente abriu um Setor de Documentação, aberto aos Agentes de Pastoral, Pesquisadores, Educadores, Estudantes e a todas as pessoas interessadas na questão da Educação Popular.

Endereço: Rua das Palmeiras, 90 Botafogo, Rio de Janeiro  
tel. 286-6797.





#### FASE NACIONAL

Rua das Palmeiras, 90  
Botafogo  
22270 – Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (021) 286-6797

Av. Beira-Mar, 216/401  
Castelo  
20021 – Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (021) 262-2158

#### FASE REGIONAL NORTE

Rua Bernal do Couto, 1329  
66030 – Belém - PA  
Tel.: (091) 222-0318

Tv. Pedro Pinheiro Paes, 330  
68440 – ABAETETUBA - PA  
Tel.: (091) 751-1181

Av. Presidente Médici, 1992  
68700 – Capanema - PA  
Tel.: (091) 821-1716

Bragança - PA  
(em implantação)

Rua Valério Botelho de  
Andrade, 488  
São Francisco  
69063 – Manaus - AM  
Tel.: (092) 234-6761

Rua Godofredo Viana, 945  
65900 – Imperatriz - MA  
Tel.: (098) 721-4474

Rua dos Afogados, 405  
Centro  
65010 – São Luís - MA  
Tel.: (098) 22-1175

#### FASE REGIONAL NORDESTE

Rua Cedro, 52  
Casa Amarela  
52071 – Recife - PE  
Tel.: (081) 268-3242

Av. Júlio Brasileiro, 1152-A  
Heliópolis  
55300 – Garanhuns - PE  
Tel.: (081) 761-0747

Rua Professor João Bosco, 73  
Parque Araxá  
60430 – Fortaleza - CE  
Tel.: (085) 223-4056

Itabuna - BA  
(em projeto)

#### FASE REGIONAL SUDESTE/SUL

Av. Presidente Wilson, 113  
Conj. 1302  
Castelo  
20030 – Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (021) 220-7198

Rua General Osório, 83  
salas 1306/7  
29020 – Vitória - ES  
Tel.: (027) 223-7436

Rua Loefgren, 1651 - c/6  
Vila Clementino  
04040 – São Paulo - SP  
Tel.: (011) 549-3888

Rua Gaspar Martins, 470  
90220 – Porto Alegre - RS  
Tel.: (051) 225-0787

Vale do Guaporé (MT)  
(em projeto)

Zona Canavieira (SP)  
(em projeto)

#### PROGRAMAS ANEXOS

Projeto Tecnologias  
Alternativas  
Rua João Afonso, 60-A  
22261 – Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (021) 286-9641

Programa de Saúde  
Rua Rui Barbosa, 200  
55300 – Garanhuns - PE  
Tel.: (081) 761-0941

Projeto Apoio Jurídico  
Popular  
Av. Beira-Mar, 216/401  
Castelo  
20021 – Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (021) 262-2158

*Coordenação Executiva da FASE: Jorge Eduardo Saavedra Durão (Coordenador Nacional); Jean-Pierre René Joseph Leroy (Coordenador Nac. Adjunto) Matheus Henricus Otterloo (Coordenador Reg. Norte), Antonio Acioli de Siqueira (Coordenador Reg. Nordeste); Lorenzo Zanetti (Coordenador Reg. Sudeste-Sul).*

**FASE FASE FASE FASE FASE**  
**A SERVIÇO DA**  
**EDUCAÇÃO POPULAR**